

**ISSN: 15148782**

**CADERNOS DO CNLF, Vol. XVII, Nº 09**

**DIACRONIA E HISTÓRIA LINGUÍSTICA E FILOLÓGICA**



**XVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 26 a 30 de agosto de 2013



**RIO DE JANEIRO, 2013**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
INSTITUTO DE LETRAS**

---

**REITOR**

*Ricardo Vieira Alves de Castro*

---

**VICE-REITOR**

*Paulo Roberto Volpato Dias*

---

**SUB-REITORA DE GRADUAÇÃO**

*Lená Medeiros de Menezes*

---

**SUB-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

*Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron*

---

**SUB-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA**

*Regina Lúcia Monteiro Henriques*

---

**DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**

*Glauber Almeida de Lemos*

---

**DIRETORA INSTITUTO DE LETRAS**

*Maria Alice Gonçalves Antunes*

---

**VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS**

*Tânia Mara Gastão Saliés*

---

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ  
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

---

**DIRETOR-PRESIDENTE**

*José Pereira da Silva*

---

**VICE-DIRETORA**

*José Mário Botelho*

---

**PRIMEIRA SECRETÁRIA**

*Regina Celi Alves da Silva*

---

**SEGUNDA SECRETÁRIA**

*Anne Caroline de Moraes Santos*

---

**DIRETOR DE PUBLICAÇÕES**

*Amós Coelho da Silva*

---

**VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES**

*Eduardo Tuffani Monteiro*

---

**DIRETORA CULTURAL**

*Marilene Meira da Costa*

---

**VICE-DIRETOR CULTURAL**

*Adriano de Sousa Dias*

---

**DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

*Antônio Elias Lima Freitas*

---

**VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

*Luiz Braga Benedito*

---

**DIRETORA FINANCEIRA**

*Ilma Nogueira Motta*

---

**VICE-DIRETORA FINANCEIRA**

*Maria Lúcia Mexias Simon*

---

# **XVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

de 26 a 30 de agosto de 2013

---

## **COORDENAÇÃO GERAL**

*José Pereira da Silva  
José Mario Botelho  
Marilene Meira da Costa  
Adriano de Souza Dias*

---

## **COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA**

*Amós Coelho da Silva  
Regina Celi Alves da Silva  
Anne Caroline de Moraes Santos  
Antônio Elias Lima Freitas  
Eduardo Tuffani Monteiro  
Maria Lúcia Mexias Simon  
Antônio Elias Lima Freitas  
Luiz Braga Benedito*

---

## **COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO**

*Ilma Nogueira Motta  
Eliana da Cunha Lopes*

---

## **COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO**

*Marilene Meira da Costa  
José Mario Botelho  
Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)*

---

## **SECRETARIA GERAL**

*Sílvia Avelar Silva*

---

## SUMÁRIO

0. Apresentação – *José Pereira da Silva*..... 07
1. A constituição do saber gramatical: Brasil, século XIX e as gramáticas de Alfredo Gomes e Augusto Freire da Silva – *Márcia Antônia Guedes Molina* ..... 09
2. Análise diacrônica dos fenômenos de metátese e epêntese à luz da teoria autosssegmental – *Clarissa de Menezes Amariz* e *Cíntia da Costa Alcântara* ..... 19
3. As contribuições dos ensinamentos de Leonard Bloomfield para a linguística – *Jônatas Gomes Duarte* e *Sebastião Elias Milani* .... 28
4. Demonstrativos na România Nova: proposta de sistema de classificação – *Clarice Soares França Silva* e *César Nardelli Cambraia* 42
5. Estudo do uso dos verbos “alugar” e “emprestar” – *Carmelita Minelio da Silva Amorim* ..... 62
6. Gramática histórica e mudança linguística no português brasileiro – *José Pereira da Silva* ..... 71
7. História da língua portuguesa: uma face secreta sob a face “neutra” – *Rafael Muniz Azevedo*, *Edilson Peixoto Moraes Filho* e *Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva* ..... 92
8. Julio e João Ribeiro – do padrão europeu ao uso brasileiro – *Gláucia da Silva Lobo Menezes* ..... 97
9. Pressupostos teóricos da estrutura saussuriana no discurso psicanalítico lacaniano: linguagem e psicanálise – *Rita de Cássia Gemino da Silva*..... 106
10. Rosa Virgínia Mattos e Silva: sobre a vida e a obra de uma linguista histórica brasileira – *Américo Venâncio Lopes Machado Filho*.. 117
11. Diacronia segundo Saussure em seu curso de linguística geral – *José Pereira da Silva* ..... 134
12. Um pouco de história externa da língua portuguesa – José Mario Botelho ..... 144

13. Para Rosa – *Sônia Bastos Borba Costa* ..... 156
14. Verbos de ação resultativa em contexto de uso – *Bárbara Bremskamp Brum, Carmelita Minelio da Silva Amorim e Lúcia Helena Peyroton da Rocha* ..... 182

## APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 09 do volume XVII dos *Cadernos do CNLF*, com 197 páginas, sobre DIACRONIA E HISTÓRIA LINGUÍSTICA E FILOLÓGICA, e quatorze artigos resultantes dos trabalhos apresentados no XVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado do dia 26 a 30 de agosto deste ano de 2013, no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Bárbara Bremenkamp Brum, Carmelita Minelio da Silva Amorim, César Nardelli Cambraia, Cíntia da Costa Alcântara, Clarice Soares França Silva, Clarissa de Menezes Amariz, Edilson Peixoto Moraes Filho, Gláucia da Silva Lobo Menezes, Jônatas Gomes Duarte, José Mario Botelho, José Pereira da Silva, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Márcia Antônia Guedes Molina, Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva, Rafael Muniz Azevedo, Rita de Cássia Gemino da Silva, Sebastião Elias Milani e Sônia Bastos Borba Costa.

Sobre este mesmo tema ainda ficaram alguns trabalhos sem publicação do texto completo, cujos resumos estão disponíveis em [http://www.filologia.org.br/xvii\\_cnlf/resumos/](http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/resumos/) **LIVRO RESUM OS.pdf**, porque os autores não conseguiram entregá-los de acordo com as regras e prazos estipulados.

Fica a nossa sugestão a esses autores, que reelaborem seus textos e os submetam à *Revista Philologus* ou os publiquem em outro lugar, porque serão importantes para o desenvolvimento das pesquisas em nossa especialidade.

Os textos publicados aqui serão integrados também à 2ª edição do *Almanaque CiFEFiL 2013* (em CD-ROM), que está sendo preparado e será enviado aos autores que não foram publicados na 1ª edição, que saiu na época do congresso.

Aproveitamos a oportunidade também para lembrar que todas as publicações do CiFEFiL são de livre acesso na Internet, e

podem ser encontradas facilmente, através do programa de busca interna da página <http://www.filologia.org.br/buscainterna.html>, seja pelo título do trabalho, pelo nome do autor ou por palavras-chaves do tema de interesse do pesquisador. Trata-se de uma excelente ferramenta de pesquisa, que você deve aproveitar e indicar a seus colegas e amigos.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos aguarda sua crítica e sugestão para melhorar suas publicações, e fica extremamente grato por qualquer crítica que for apresentada porque é delas que extrairemos as lições para os próximos trabalhos, para o progressos dos estudos linguísticos e filológicos brasileiros.

Rio de Janeiro, dezembro de 2013.



---

(José Pereira da Silva)

**A CONSTITUIÇÃO DO SABER GRAMATICAL:  
BRASIL, SÉCULO XIX E AS GRAMÁTICAS  
DE ALFREDO GOMES E AUGUSTO FREIRE DA SILVA**

Márcia Antônia Guedes Molina (UFMA)  
[maguemol@yahoo.com.br](mailto:maguemol@yahoo.com.br)

**1. Considerações iniciais**

Sabemos que a o conteúdo das aulas de gramática na escola brasileira ao longo do século XIX passou por inúmeras transformações, acompanhando as correntes que orientavam os estudiosos da época. Em grande parte do século, sobretudo em sua metade, os currículos eram predominantemente humanísticos, embasados na influência jesuítica, e a concepção de gramática era a advinda da tradição greco-latina, que a compreendia como arte de ler e escrever corretamente a língua portuguesa de acordo com os clássicos. (FÁVERO, 2001).

Depois, sobretudo no último quartel desse século, orientado pelas correntes científicas, o currículo passou a caminhar para disciplinas científicas e, com a corrente histórico-comparativa, surgiram as obras gramaticais que propunham uma ruptura com o modelo anterior. É exemplo disso, em especial, a gramática de Júlio Ribeiro (1881), que aproximava a língua dos seres vivos, informando que tal como estes, aquela nasce, cresce, desenvolve-se e morre. Mas a produção gramatical brasileira ainda engatinhava. Foi com a elaboração do programa de exames idealizado por Fausto Barreto (1877) a pedido do então Ministro da Instrução Pública, para o Colégio de Pedro II, que ocorreu a necessidade da elaboração de manuais didáticos que atendessem a esse programa, a fim de preparar os jovens para ingressarem naquela Instituição, modelo para as demais, motivando muitos lentes a produzirem seus próprios manuais.

Assim, inúmeras obras surgiram nesta ocasião, orientadas tanto pelas correntes filosóficas quanto histórico-comparativas. Nosso trabalho é apresentar uma reflexão sobre duas dessas obras: *Gramática Portuguesa*<sup>1</sup> de Alfredo Gomes e a *Gramática Portuguesa* de Augusto Freire da Silva, mostrando como os estudiosos deram-nos a ler aquele momento histórico. Nosso trabalho ancora-se na história das ideias linguísticas

---

<sup>1</sup> Atualizamos a ortografia das palavras para facilitar a leitura do texto.

(AUROUX, 1992) e na história cultural, em especial, em Chartier (2001, p. 176), que informa: “Partimos de uma operação de constituição de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, lugares e comunidades”.

Analisaremos, pois, a constituição desses manuais, balizando as contribuições das duas correntes (a de inspiração filosófica e a histórico-comparativa) que permeavam o imaginário dos estudiosos da época. Assim, avaliaremos, naquele momento histórico, como pensavam aqueles professores que criaram os manuais, como concebiam as noções gramaticais lá contidas e como as veiculavam.

## **2. Educação e ensino de língua portuguesa: visitando o passado**

Sabemos com Fávero & Molina (2006) que, depois da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, em 1759, a escola brasileira ficou órfã, uma vez que a maioria dos colégios era dirigida pelos missionários. A educação passou, então, a ser de responsabilidade do Estado, contudo, enfrentando muitas dificuldades, visto ter ocorrido um espaço de treze anos entre a expulsão dos religiosos e a contratação de novos mestres. Neste meio tempo, quando desejavam escolarizarem-se, os jovens brasileiros ou passavam pelas mãos de professores particulares, com o que foi chamado de aulas avulsas, ou pelas dos familiares – irmãos mais velhos, tios, pais e primos que lhes apresentavam as primeiras letras. Os poucos seminários que ainda mantinham instrução, apresentavam-na muito abaixo do esperado, em termos de qualidade, visto a ausência de propostas pedagógicas.

Os jovens que desejassem formação regular, dirigiam-se à pátria-mãe, em especial, a Coimbra, onde se formavam, principalmente, em Direito. Em seu retorno para o Brasil, cabiam-lhe empregos públicos importantes, muito desejados, visto garantirem-lhes um bom padrão de vida.

Diante dessa realidade, em 1772, foi criado o *subsídio literário*, um imposto que contribuiria no acompanhamento de questões educacionais e da manutenção das escolas primárias.

Somente depois da vinda da Família Real para o Brasil é que a situação começou a mudar. Com D. João VI tivemos a Imprensa Régia, a criação da Faculdade de Medicina, em Salvador, uma reorganização ad-

ministrativa e grande desenvolvimento urbano. O Brasil ganhou uma Biblioteca Pública, o Jardim Botânico, o Museu Nacional e outros estabelecimentos que iriam paulatinamente imprimindo identidade em nosso território e a nosso povo.

Algumas instituições educacionais foram surgindo, como a Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, a Escola Politécnica etc. A independência do país, conquistada em 1822, fez esboçarem-se algumas mudanças no panorama político e social. No que concerne à educação, a Constituição de 1824 firmava como compromisso do Império assegurar instrução primária e gratuita a todos os cidadãos; isso foi confirmado em 1827, pela lei de 15 de outubro, que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos. Entretanto, a promulgação do ato adicional de 1834, que delegou às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, fez com que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos (TEIXEIRA, 2001)

Somente em 1838, com a inauguração do Colégio de Pedro II é que a escola seriada voltou a ter papel preponderante na formação da população brasileira. Neste ano, o regulamento de 31/01 distribuía as matérias em oito séries, a serem cumpridas em oito anos, com um estudo predominantemente humanístico. Ao final desses oito anos, era conferido ao aluno o diploma de Bacharel em Letras, oportunizando-lhes o ingresso nas demais academias do Império sem a necessidade de prestar exames.

Em relação à língua portuguesa, cujas aulas, na ocasião, reduziam-se ao estudo da gramática, o foco era dado à gramática geral e nacional. Lembremo-nos de que o conceito de nacional na época era relativo ao território, valorizando, portanto, o português de Portugal e as gramáticas adotadas na ocasião, como a de Soares Barbosa, eram as advindas, em sua grande maioria, da pátria-mãe.

Ao lado dessas produções portuguesas, circulavam também, mesmo que modestamente, as obras gramaticais de Frei Caneca, Duarte da Costa e Coruja. Somente a última, contudo, teve maior representatividade.

O Colégio de Pedro II passou durante o século XIX por inúmeras mudanças<sup>2</sup>, chegando à década de setenta, privilegiando o estudo das ci-

---

<sup>2</sup> O Colégio Pedro II teve seu nome alterado no século XIX depois de sua reorganização em 1838. Durante o Período Imperial, chama-se Colégio de Pedro II, depois somente Colégio Pedro II

ências físicas e naturais, ministradas nas séries finais do curso, comunicando com as influências advindas do contexto histórico. Era a época do despertar para as ciências, das descobertas, do microscópio e com ele o olhar minucioso sobre os dados. O positivismo e o evolucionismo impeliam, imprimindo rigor na constatação dos fatos e em sua classificação.

Na língua portuguesa essa influência trouxe para o Brasil as orientações das gramáticas histórico-comparativas, do naturalismo. Júlio Ribeiro, profícuo estudioso, lança a sua *Gramática Portuguesa*, divisora de águas, visto inaugurar aqui no Brasil a os estudos embasados naquele modelo.

Depois dela muitas obras surgiram, sobretudo depois do Programa de Exames elaborado por Fausto Barreto<sup>3</sup> a pedido do ministro de instrução pública, para aqueles que desejassem ingressar no Colégio Pedro II. Esse programa norteou os professores, estimulando-os a produzirem seus manuais com o conteúdo prescrito nesse programa.

Dentre as obras editadas na ocasião, há as de Alfredo Gomes e Augusto Freire da Silva, sobre as quais discorreremos a seguir, delimitando nossas considerações em algumas discussões trazidas pelos estudiosos a respeito das noções gerais de gramática, morfologia e sintaxe.

### 3. *Gramática Portuguesa – Alfredo Gome*<sup>4</sup>

Esta foi uma das obras criadas para atender ao programa de exames de Fausto Barreto. Embora muito criticada<sup>5</sup>, obteve grande aceitação por parte do professorado brasileiro, tendo sido adotada em vários colégios, como no Colégio Pedro II, na Escola Normal, no Colégio Militar e ainda no Liceu Literário Português e no Liceu de Artes e Ofícios.

O autor começa sua obra com um capítulo intitulado *Gramática Geral e Particular*, em que define a linguagem como “Conjunto de sinais orais de que a humanidade se serve para representar as ideias” (p. 5) e língua como:

---

<sup>3</sup> Esse programa está disponível em *Procelárias*.

<sup>4</sup> A obra estudada é a publicada em 1895, quando de sua 6ª edição

<sup>5</sup> Figueiredo (1957, p. 102) relata que, como rompia com a *venerável rotina*, professores mais apegados à tradição *esperneavam* e tentavam retomar o *poderio antigo*.

A linguagem usada por uma ou mais nações, o falar exclusivo de um ou alguns povos (p. 5), completando: Não há essencialmente diferença entre linguagem e língua: esta porém, representa como uma parte do complexo imenso de vocábulos que constituem o meio, o veículo com que os homens se transmitem uns aos outros os seus pensamentos. (p. 5 e 6).

Como podemos ver, a distinção entre língua e linguagem não estava bem estabelecida para ele nem para muitos dos que lhes eram contemporâneos. Recordemo-nos de que essas só começaram a ser bem delimitadas alguns anos depois com o Saussure. Além disso, a noção de língua como representação do pensamento, herdada dos clássicos, está presente aqui.

Cavaleire (2000, p. 238) informa que os estudos comparativistas trouxeram a lume, na virada do século XIX/XX, o preceito de que a “língua é elemento autônomo e mutável, sobretudo oral”, ficando, pois, a escrita em um outro plano. Talvez seja este o motivo por que Alfredo Gomes considere apenas o falar em detrimento da escrita.

Continuando, o estudioso divide a gramática em duas partes: Morfologia e Sintaxe, acompanhando Alexander Bain, autor que iluminou muitos dos estudiosos na época. Na primeira parte, considera: fonética, prosódia ou ortoépia, taxinomia, campeonomia e etimologia. Na segunda, a disposição das palavras, a concordância, “a boa escolha dos adjuntos ou complementos” (p. 252).

Observamos que, se de um lado Alfredo Gomes acompanha os estudiosos da gramática histórico-comparativa na questão da fala, por outro, informa ser papel da sintaxe “a boa escolha dos adjuntos e complementos”, aproximando seu ponto de vista da clássica definição da gramática como arte de falar e escrever de acordo com os clássicos.

Mais uma vez, comungando com os princípios das obras de influência científica, inscreve as palavras em dez espécies: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, mas antagonicamente informa que essas deveriam reduzir-se, na realidade, a sete, uma vez que a interjeição é mais um *grito*, do que classe; o artigo é um adjetivo e o particípio ora adjetivo, ora verbo.

Por esse posicionamento, percebemos claramente que, embora tenha um pé na modernidade, o outro está bem fincado na tradição.

Em relação à sintaxe, o autor inicia informando que essa parte compreende a concordância, a subordinação ou regência, a colocação ou

ordem (p. 252). Depois, define proposição ou oração como enunciado de um juízo, dividindo-a em duas partes: sujeito e predicado, calcado na Gramática de Port-Royal (p. 28):

O julgamento que fazer das coisas, como quando digo: ‘A terra é redonda, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um sujeito, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro, chamado atributo, que é o que se afirma, como *redonda* (...)

Prossegue apresentando uma definição bastante minuciosa tanto do sujeito: sujeito: lógico, gramatical, simples, composto, complexo e incompleto; quanto do predicado: lógico, gramatical, complexo e incompleto. Em relação à oração informa serem plena ou elíptica; afirmativa ou negativa. Esta pode ser enunciativa, interrogativa, optativa, imperativa ou exclamativa.

Quanto ao valor sintático, pode ser principal, coordenada ou subordinada. A primeira é a única que num período forma sentido independente; a segunda é a que tem sentido perfeito e a última a que tem sentido suspenso (*sic*) ou dependente do sentido da outra.

Finalizamos por ora nossas discussões a respeito dessa obra, informando que, na sintaxe, passa então a discorrer sobre os termos da oração e suas relações de concordância e regência, revelando grande apego à gramática greco-latina.

#### **4. Gramática Portuguesa de Augusto Freire da Silva<sup>6</sup>**

Esta obra foi outra publicada para atender ao Programa de Exames proposto pelo Prof. Fausto Barreto. Há divergências quanto à data de sua publicação, visto que a página de rosto da obra consultada (publicada em 1906) informe que ela fora premiada em 1877, momento de sua segunda edição, Leite de Vasconcelos (1929, p.893) verbaliza que sua primeira edição data de 1879. De toda forma, sua importância na História dos estudos gramaticais brasileiros é irrefutável. Nesse sentido, assevera Leite de Vasconcelos: “O trabalho do Dr. Freire é vazado aos moldes modernos, e encerra uma sistematização completa das matérias que fazem parte do estudo da filologia portuguesa”. (*Idem*)

Na parte introdutória da obra encontramos as *Noções Gerais* em que discute o termo *gramática*, informando que é o “estudo dos fatos e

---

<sup>6</sup> Obra consultada: 8ª edição, 1906

das leis da linguagem, dividindo-a em geral e particular”. A primeira é o “estudo dos fatos e das leis de uma língua determinada” (p. 27), classificando-a em “comparativa e histórica”, explicitando que essa última é a que analisa “os fatos da linguagem em diferentes épocas de uma língua ou em diferentes línguas, investigando que leis presidem as suas alterações” – e descritivas ou expositivas, a que se “limita a expor os fatos da linguagem, observados no emprego de uma língua em uma dada época, abstraindo do estudo de suas transformações” (p. 28). Tais definições fazem-nos crer que Augusto Freire já percebia a diferença entre estudos sincrônicos e diacrônicos, dicotomia proposta anos mais tarde por Saussure.

Na sequência, divide a gramática em três partes: lexicologia, sintaxe e semiologia, introduzindo com essa última parte os estudos do significado, bastante inovador na época.

Para Freire da Silva, a lexicologia está tripartida em fonologia, lexicografia e morfologia. Em virtude de nossa delimitação, avaliaremos a última parte. Para ele, a morfologia estuda as palavras “como seres organizados constitutivos da linguagem” (p. 95), dividindo-a em lexicologia e organografia.

Algumas considerações devemos fazer aqui: primeiramente que já se percebe seu apego à tradição, ao dividir a gramática em geral e particular. Contudo, percebe-se também seu olhar para a gramática de inspiração científica, quando apresenta tal rigor e minúcia nas categorizações, como exigiam as correntes positivistas e evolucionistas.

Prosseguindo, o autor define

morfologia como o estudo das palavras, como seres já organizados, constitutivos da linguagem, inscrevendo as palavras em espécies, e em seus órgãos ou elementos morfológicos, explanado a doutrina atinente às flexões, e à sua formação, já como derivadas, já como compostas de outras (p. 95).

Depois, informa que os estudos morfológicos compreendem a lexicologia – “classificação das palavras em várias espécies ou categorias, correspondentes às ideias que exprimem” (taxionomia). Mais uma vez fica clara sua aproximação das correntes naturalistas, visto a adoção de expressões como: seres, seres organizados, órgãos.

Diferentemente de Alfredo Gomes, inscreve os vocábulos em oito classificações: substantivo, pronome, adjetivo, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição, proposta que se coaduna com a apresentada na de Port-Royal.

Nesta primeira parte da obra, destacamos dois fatos importantes: há momentos, sobretudo na discussão dos gêneros, em que o autor aproxima-se da gramática latina, ao discutir o gênero neutro:

O gênero neutro latino, já a obliterar-se sob o Império, perdeu-se nas línguas românicas, por virtude da decadência do latim barbarizado pelos godos, e do caráter negativo e tradicional distribuição de tal gênero. Todavia conservamos ainda vestígios dele em *isto* de *istud*; *isso* de *ispum*; *aquilo* de *ecce-illud* (...) (p. 128)

mas há outros, em que se apoia em línguas modernas, como na língua inglesa: “A língua inglesa é a única que segue este caminho natural, por isso é nela a doutrina do gêneros dos nomes matéria sumamente fácil, ao invés do que se dá com as outras”. (p. 126). Na sequência, recorre a outra língua sapiencial para reforçar a doutrina: “Muitos vocábulos mudaram de gênero, quer na passagem do latim ou do grego para o português, quer mesmo depois de já pertencerem ao nosso léxico”.

Outro fato importante na morfologia é o estudo extremamente minucioso do verbo. Lembremo-nos de que, nas gramáticas tradicionais, ao verbo era reservada praticamente metade dos compêndios, visto a latina importância dada a essa classe de palavra. Nos estudiosos da Antiguidade Clássica julgavam que, enquanto não se pronunciasse o verbo, nada teria sido dito.

Na sintaxe, informa que essa ensina a coordenar as palavras e as proposições, de modo que sejam a expressão “pura ou artística do pensamento”. (p. 291), dividindo-a em gramatical e literária. A primeira subdivide em sintaxe de palavras e de proposições e a segunda informa que é a que trata do estilo.

Julgamos que essa maneira de classificar e definir a sintaxe muito aproxima-se da proposta de Soares Barbosa (1875, p. 362), para quem:

Sintaxe quer dizer coordenação; e chama-se assim esta parte da Gramática que das palavras separadas ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniência ou de determinação, em que suas ideias estão umas para as outras (...) a construção pode ser direta ou invertida (...)

Prossegue Augusto Freire informando que a sintaxe das palavras é a que trata das palavras relacionadas entre si, “formando a proposição ou o período simples” (p. 292) e é “geral ou particular”. Esta trata da função de cada uma das categorias; aquela da proposição definindo esse termo como o fizeram os estudiosos da *Gramática de Port-Royal*, como “enunciado de juízo”. Continua ensinando que proposição também se chama

“oração, frase, sentença” e contém três termos: “sujeito, verbo, atributo”. (p. 292). Novamente, parece ter sido Soares Barbosa inspiração do autor:

Oração, ou proposição ou frase (pois tudo quer dizer o mesmo) é qualquer juízo de entendimento, expressado com palavras (...). Toda oração tem necessariamente três termos, um que exprime a pessoa ou coisa, da qual se diz e enuncia alguma coisa; outro que exprime a coisa, que se enuncia, e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra. O primeiro termo chama-se sujeito, o segundo atributo, e o terceiro é o verbo. (*Op. cit.*, p. 363).

Para finalizar, na sintaxe das proposições, o autor discorre sobre as “proposições relacionadas entre si, formando o período composto”, dividindo-as em absolutas e subordinadas. As primeiras são as que conhecemos hoje como coordenadas e nas segundas inscreve as circunstanciais, que conhecemos com adverbiais, e as integrantes, muito próximas das nossas atuais substantivas.

## 5. *Considerações finais*

Como vimos, o final do século XIX foi muito profícuo em relação aos estudos gramaticais. Foi o momento de gramatização brasileira (FÁVERO & MOLINA, 2006), ou seja período em que os manuais portugueses foram perdendo a força nos bancos escolares e surgiram os instrumentos gramaticais realmente brasileiros. (AUROUX, 1992). O programa de exames do professor Fausto Barreto, podemos dizer, foi a mola propulsora para isso, visto a necessidade de ser adaptarem os estudos de gramática àquilo que era exigido no colégio “modelo” que formava nossos homens das letras.

Pudemos observar também que o último quartel do século XIX foi um período ímpar para os estudos gramaticais brasileiros, pois duas correntes iluminavam nossos estudiosos: a corrente que se apoiava nas gramáticas de tradição greco-latina e a que seguia as de inspiração científicas, confirmando que devemos compreender esses manuais em consonância com o processo sócio-histórico em que estão inseridos.

Como momento de transição, os gramáticos avaliados aqui apresentam características das duas correntes, embora queira nos parecer que Augusto Freire da Silva tenha revelando mais apego à tradição que Alfredo Gomes. De toda forma, trata-se de grandes estudiosos que formaram importante parte dos intelectuais brasileiros, mostrando-lhes sua ótica e a forma de interpretar os fatos gramaticais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES, *Arte retórica e arte poética*. Trad.: A. P. Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d.].

ARNAULT & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*: gramática geral e razoada. Trad.: B. F. Bassetto e H. G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. *Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1875.

CAVALIERI, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

FÁVERO, L.L. Gramática é a arte... In: \_\_\_\_\_. *História das ideias linguísticas*. Mato Grosso: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, A. J. *Resenha breve das ideias gramaticais: dos gregos aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

GOMES, A. *Gramática portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.

RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. 7. ed. São Paulo: N. Falcone & Comp., [s/d.].

SILVA, A. F. da. *Gramática portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Augusto Siqueira, 1906.

TEIXEIRA, E.F. *O direito à educação nas constituições brasileiras*. Belém: UNAMA, 2001.

VASCONCELOS, J.L. *Opúsculos*, vol. IV – Filologia, Parte II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

**ANÁLISE DIACRÔNICA  
DOS FENÔMENOS DE METÁTESE E EPÊNTese  
À LUZ DA TEORIA AUTOSSEGMENTAL**

*Clarissa de Menezes Amariz* (UFPel)

[clarissa.amariz@gmail.com](mailto:clarissa.amariz@gmail.com)

*Cíntia da Costa Alcântara* (UFPel)

[cintiaca@terra.com.br](mailto:cintiaca@terra.com.br)

**1. Introdução**

Podem-se empreender pesquisas de cunho diacrônico tanto a partir de análises de textos antigos como de obras que documentem transformações que ocorreram em uma língua, a saber, gramáticas históricas. Essas obras se constituem em documentos que descrevem a evolução linguística em suas diferentes áreas da linguagem, isto é, aspectos que concernem à fonologia, à morfologia, à sintaxe e à semântica. Sendo assim, podem servir de excelentes fontes de pesquisa para estudiosos interessados em pesquisas diacrônicas, as quais se detêm em investigar fenômenos linguísticos que se modificaram com o passar do tempo.

Este trabalho apresenta, pois, uma análise inicial dos processos fonológicos de metátese e de epêntese, detalhadamente registrados em gramáticas históricas do português brasileiro, os quais ocorreram na passagem do latim para o português. Tal estudo se desenvolve sob os pressupostos teóricos da Teoria Autossegmental (CLEMENTS & HUME, 1995). Referentemente às obras consultadas para o levantamento do *corpus* estudado, tem-se Coutinho (1958), Nunes (1945), Sá Nogueira (1958), Silva Neto (1956, 1958) e Said Ali (1965).

**2. Metátese e epêntese: definições e exemplos em gramáticas históricas**

O processo fonológico de epêntese já foi largamente pesquisado em trabalhos de variação fonológica sincrônica. De muitos trabalhos, um dos mais conhecidos foi o desenvolvido por Collischonn (2003), o qual descreve a ocorrência de epêntese consonantal no sul do Brasil. Nesse trabalho, encontram-se exemplos comuns da sincronia, tais como p[i]sicólogo para psicólogo e ad[i]mitir para admitir. Além desses, há uma sé-

rie de trabalhos sobre o fenômeno na aquisição da linguagem, entre os quais se destacam Redmer (2007) e Lima (2005).

Apesar de haver todos esses trabalhos sincrônicos sobre o tema – tanto na variação quanto na aquisição – não há registros de estudos sobre ele na diacronia do português brasileiro, o que justifica o trabalho ora apresentado.

De modo geral, o processo fonológico denominado de epêntese é classificado como a inserção ou adição de elemento sonoro no interior de uma palavra. Mas também é possível encontrar denominações mais específicas sobre o fenômeno nas gramáticas históricas. De acordo com Coutinho (1958, p. 146), é definido como sendo o acréscimo de um fonema no interior da palavra, classificado como um metaplasmo por aumento, tomando o metaplasmo como sendo as modificações fonéticas sofridas pelas palavras durante sua evolução. É o que se pode ver em (1).

(1) *stella* > *estrela*; *úmero* > *ombro*

Este mesmo autor também apresenta dois outros tipos de epêntese: a *anaptixe* ou *suarabácti*, que é considerada uma epêntese especial por desfazer um grupo consonantal pela intercalação de uma vogal como pode ser visto no exemplo (2).

(2) *krupa* > *garupa*

E a paragoge ou epítese, que é a adição de um fonema no fim do vocábulo, conforme o exemplo (3).

(3) *ante* > *antes*

Nunes (1945, p. 142 e 165) divide os tipos de epêntese em vocálico e consonantal, respectivamente, a exemplo de (4).

(4) *silvestre* > *selivestree*; *mast* > *mastro*

A inserção epentética também pode ser vista como um recurso usado pela língua para eliminar hiatos, como, por exemplo, em (5).

(5) *plenu* > *cheo* > *cheio*

Quanto ao processo de metátese, a escassez de trabalhos tanto na sincronia quanto na diacronia é maior, se comparado à epêntese. Um destaque como trabalho de variação fonológica a respeito de metátese é o desenvolvido por Hora, Telles e Monaretto (2002) no qual apresentam

um estudo sincrônico com ocorrências de metátese (cf. *tauba* > *tábu*a > *estupro* > *estru*po).

Na diacronia, os gramáticos históricos também atestaram e definiram o processo. Para Coutinho (1948, p. 149), a metátese é o fenômeno de transposição de um fonema que se pode verificar na mesma sílaba ou entre sílabas, como pode ser visto em (6).

(6) *semper* > *sempre*; *capiam* > *cabia* > *caiba*

Para Nunes (1945, p. 163) trata-se de um processo glotológico que consiste em deslocar uma vogal para junto da tônica, com a qual forma um ditongo, quer uma consoante só ou duas que se substituem mutuamente; no primeiro caso ela é chamada de *simples* e, no segundo, *recíproca* (especialmente sobre o *r*), em (7) ilustrado.

(7) *paito* > *pátio*; *saclairo* > *sacrário*

Segundo Sá Nogueira (1958, p. 109), há três classificações possíveis de metátese, (i) *progressiva*; (ii) *regressiva*; e (iii) *recíproca*.

A metátese *progressiva*, (i), exige a transposição de um fonema localizado à esquerda da palavra para a direita, conforme ilustrado em (8).

(8) *frenesim* > *fernesin*

A metátese *regressiva*, (ii), requer a transposição de um fonema situado à direita do vocábulo para a esquerda, o que pode ser visto em (9).

(9) *Antoino* > *Antonio*

E, por fim, a metátese *recíproca*, (iii), lida com fonemas de um mesmo vocábulo, como é o caso do exemplo em (10).

(10) *calanização* > *canalização*

Said Ali (1968) aponta que no português antigo era comum a metátese envolvendo a líquida vibrante. A justificativa para tal acontecimento era a busca pela contiguidade com outras consoantes, como, por exemplo, *t,p,f*. Ainda segundo esse autor, a maior parte de casos de reordenamento ocorre ou apenas com o rótico /r/ ou envolvendo o rótico e a lateral /l/, mas há, no português arcaico, a transposição de /d/, segundo registra Silva Neto (1956, p. 221).

### 3. A teoria autosegmental

Segundo Matzenauer (2005, p. 45), os modelos lineares contribuíram efetivamente para a evolução dos estudos fonológicos a partir de uma análise de sequências de segmentos e ao desenvolver a noção de traços distintivos. No entanto, estes modelos apresentavam algumas limitações quando tentavam explicar fenômenos fonológicos suprasegmentais ou prosódicos. Deve-se aos modelos não-lineares a tentativa de analisar a fala não como uma combinação unidimensional ordenada de segmentos, mas como unidades que se organizavam hierarquicamente. Deste modo, segmentos formavam sílabas, que, por sua vez, formavam pés, que formavam palavras e essas, palavras fonológicas etc. Dentro desses modelos não-lineares encontra-se a fonologia autosegmental.

A fonologia autosegmental Clements e Hume (1995) trata-se de um modelo que opera não só com os segmentos de traços, mas também com autosegmentos, não há mais lugar para uma relação de objetividade entre segmento e feixe de traços. Em outras palavras, esse modelo trabalha com a noção de que não somente o segmento é uma entidade fonológica mas também os traços distintivos o são, os quais podem funcionar de forma independente. Outrossim, a estrutura de geometria de traços possibilita expressar a naturalidade dos processos fonológicos que ocorrem nas línguas do mundo, sempre recorrendo ao princípio que tem que mostrar que constituem uma mesma operação, de espraiamento ou de desligamento de traços.

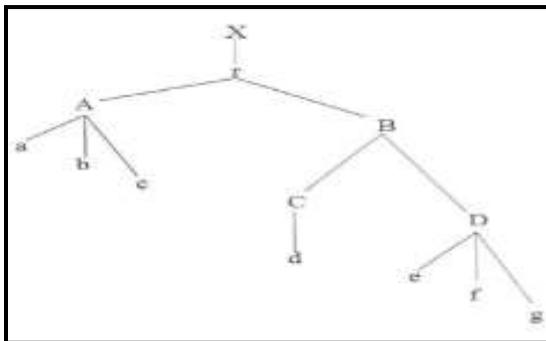
O modelo autosegmental incorporou a noção de sílaba à teoria, permitindo-lhe adquirir um *status* fonológico. Antes a sílaba era tratada como um traço [+silábico] que era atribuído ao segmento. No entanto, uma análise como esta não permitia que se abrangesse todo o universo que respeita à sílaba.

Clements e Hume (1995) apresentam a geometria de traços com o intuito de representar a hierarquia existente entre os traços fonológicos que podem ser tanto manipulados isoladamente ou em conjuntos solidários, em (11) ilustrado.

A representação arbórea, em (11), formaliza os segmentos como sendo constituídos de uma organização interna. O elemento ‘X’, localizado na camada (*tier*) CV, representa o tempo fonológico do segmento, e liga-se por uma linha de associação ao nó de raiz ‘r’. A raiz ‘r’ é a base do segmento, associa-se a outros dois nós, ‘A’ e ‘B’ – nós intermediários que expressam informações de classes de segmentos. A mesma situação

se repete sob ‘B’, porém não sob ‘A’, que se liga a nós terminais, ou seja, nós de traços distintivos. Salienta-se serem as linhas de associação as responsáveis por estabelecer a estrutura; caso contrário, os traços ficariam flutuantes. Elas são responsáveis por unir os nós e mostrar as relações existentes entre nós – todas as regras e processos fonológicos são representados nas linhas, ou as ligamos na estrutura ou as desligamos.

(11) Geometria de traços



(CLEMENTS & HUME, 1995, p. 249)

**4. Aplicação da teoria autosegmental em dados de metátese e epêntese**

O que motiva a ocorrência de epêntese na língua portuguesa, em casos como *stella* → *estrela*, em que a vogal é inserida na posição de núcleo, é que o cluster *st* em ataque (*onset*) de sílaba é proibido no português brasileiro, em virtude da condição de ataque, a qual proíbe esse tipo de formação em onset.

Em dados epentéticos é possível perceber uma operação de espraçamento de traços, ou seja, ambos os segmentos compartilham os mesmos traços fonológicos, como é possível visualizar na representação abaixo em (12), na passagem *destella* → *estrela*<sup>7</sup>.

<sup>7</sup>Ainda que para a forma resultante, *estrela*, atuem outros processos fonológicos, por razões de espaço deter-nos-emos unicamente na epêntese vocálica.



presentam a operação de espraiamento de traços, e as duas linhas que cortam as linhas de ‘V’ e ‘r’ representam a operação de desligamento.

Sendo os elementos que envolvem os processos de metátese tipicamente adjacentes, conforme postulam Butskhikridze e van de Weijer (*id.*, *ibid.*), essa ocorrência é mais bem explicada pela teoria Autossegmental, a qual, ainda que seja melhor que outras explicações sob modelos lineares, requer nada menos que quatro operações formais, duas de desligamento e duas de espraiamento, para que, só então, esse processo seja caracterizado. A mesma verificação feita pelos autores pode ser constatada em português em exemplos como *semper* → sempre, no qual ocorre a inversão da posição de *r*, isto é, inicialmente o elemento responsável pela metátese (a líquida não lateral *r*) ocupava a posição de coda final e passa a ocupar a segunda posição do ataque complexo seguida da vogal, *V*. Neste caso, consegue-se dar conta da metátese intrassilábica, nos dados da diacronia do português.

O uso dessa teoria para explicar a ocorrência desses fenômenos justifica-se pelo fato de expressar, com naturalidade, os processos fonológicos, entre eles a metátese e a epêntese, atendendo sempre ao princípio de que tem de demonstrar uma única operação seja de desligamento de uma associação de traços seja de espraiamento. Isso significa que essa estrutura encontra evidência no funcionamento da estrutura das línguas, ou seja, a existência de cada nó de classe e a subordinação de traços na estrutura não é aleatória. Em outras palavras, a explicação para a existência dos nós quando os traços estão sob o seu domínio funcionam como uma unidade em regras fonológicas (MATZENAUER, 2005, p. 51).

## 5. *Considerações finais*

Nesse trabalho, objetivou-se mostrar uma análise dos processos de metátese e epêntese presentes em obras de diacronia do português brasileiro, com base na teoria autossegmental ou geometria de traços (CLEMENTS & HUME, 1995).

Além disso, intencionou-se apresentar exemplos de ambos os fenômenos em gramáticas históricas e, assim, mostrar a importância de tais obras para a descrição do português brasileiro e quão interessantes elas podem ser para pesquisas diacrônicas de quaisquer áreas da linguística.

Também é importante ressaltar que a teoria escolhida, teoria autossegmental, é capaz de explicar a ocorrência desses fenômenos a partir

da representação de geometria de traços, desenvolvida por Clements e Hume (1995), por se tratar de um modelo caracterizado por associação ou espraçamento de traços. Além disso, é um modelo que incorpora a noção de sílaba, o que contribuiu efetivamente para essa pesquisa, que trata de dois fenômenos de mudança silábica.

Por fim, é ainda importante lembrar que não se encontrou na literatura estudos mais aprofundados sobre os processos de metátese e de epêntese discutidos neste texto. Acredita-se assim que trabalhos como o que ora se apresenta podem servir de impulso para que novas pesquisas sobre o mesmo tema sejam desenvolvidas futuramente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTSKHIKRIDZE, M.; WEIJER, V. On the formal description of metathesis: a case study of v-metathesis in Modern Georgian. *Lingua*, 113, 2003, p. 765-778. Disponível em:

<[http://www.webklik.nl/user\\_files/2009\\_10/72522/Papers/Butskhikridze%20and%20van%20de%20Weijer,%20V%20Metathesis%20in%20Georgian.pdf](http://www.webklik.nl/user_files/2009_10/72522/Papers/Butskhikridze%20and%20van%20de%20Weijer,%20V%20Metathesis%20in%20Georgian.pdf)>. Acesso em: 19-08-2013.

BISOL, L. *O ditongo da perspectiva da fonologia atual*. D.E.L.T.A. Vol. 5, nº 2, 1989.

\_\_\_\_\_. A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*, v. 7. Campinas: UNICAMP, 1999.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge: Blackwell, 1995.

COLLISCHONN, G. A epêntese vocálica no português do sul do Brasil. In: BISOL, L.; BRESANCINI, C. *Fonologia e variação*. Recortes do português brasileiro. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p. 205-230.

COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. Acadêmica: Rio de Janeiro, 1958.

HORA, D. da; MONARETTO, V. N. O.; TELLES, S. Português brasileiro: uma língua de metátese? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, set.2010. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/2799/2138>>. Acesso em: 05-12-2012.

MATZENAUER, C. L. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, Leda. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. rev, e ampl. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2005.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica do português*. São Paulo: Clássica, 1945.

REDMER, C. D. *Metátese e epêntese na aquisição do PB: uma análise via teoria da otimidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pelotas, 107 f. Pelotas: EDUCAT, 2007.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SÁ NOGUEIRA, R. de. *Tentativa de explicação dos fenômenos fonéticos em português*. 2. ed. Lisboa: Clássica, 1958.

SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1956.

## AS CONTRIBUIÇÕES DOS ENSINAMENTOS DE LEONARD BLOOMFIELD PARA A LINGUÍSTICA

*Jônatas Gomes Duarte* (UFT)

[jonatas@uft.edu.br](mailto:jonatas@uft.edu.br)

*Sebastião Elias Milani* (UFG)

*Maria José de Pinho* (UFT)

### **1. Introdução**

Este artigo tem a finalidade de demonstrar a relevância dos ensinamentos da teoria descritiva de Leonard Bloomfield para a linguística estruturalista norte-americana. A pesquisa seguiu os pressupostos teóricos e metodológicos da historiografia linguística, cujos principais objetivos são: descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo.

Leonard Bloomfield (1887-1949) estudou na Universidade de Harvard e se formou em 1906, seu doutorado foi pela Universidade de Chicago, recebeu o título de doutor em 1909. É reconhecido como grande expoente da linguística estruturalista norte-americana. Desenvolveu pesquisas em vários idiomas, e trabalhou no agrupamento dos idiomas nativos americanos. Foi membro fundador da Sociedade Linguística da América, em 1924. Seus principais livros foram: *An introduction to the study of language* (1914) e *Laguage* (1933).

Segundo Passos (2004), nas obras bloomfieldianas são abordadas as seguintes temáticas: A história dos estudos linguísticos desde a antiguidade; a gramática da Índia que se baseou na descrição do sânscrito (sendo este o primeiro grande trabalho desse tipo que surgiu na Europa e permitiu o estudo comparativo das línguas); a base teórica do autor que é fundamentada na concepção fisicalista e behaviorista que a linguagem possui na vida dos falantes e ouvintes; a linguística descritiva e sincrônica, com seus principais tópicos, a fonologia, o significado, a gramática, a sintaxe e a morfologia; a linguística histórica e comparativa; estudos sobre a dialetologia.

A obra bloomfieldiana marcou o início do descritivismo nos Estados Unidos, pois foi considerada a mais grandiosa da linguística do século, nas décadas seguintes à sua publicação. Contudo, os métodos bloom-

fieldianos elencados fizeram com que fosse considerada a existência de uma linguística pós-bloomfieldiana nos Estados Unidos.

A influência desse, que foi chamado “o maior livro de linguística publicado em nosso século, deste ou do outro lado do atlântico”, foi tal que podemos considerar bloomfieldiana, ou pós-bloomfieldiana, a linguística americana dos trinta anos seguintes a 1925 (LEPSCHY, 1975, p. 88).

No começo de sua vida acadêmica foi diretamente influenciado pelo Behaviorismo, uma corrente teórica da psicológica que se baseia no estudo do comportamento. Suas ideias foram fundamentadas pela aproximação do significado com os princípios behavioristas. Um teórico que influenciou diretamente Leonard Bloomfield foi Wilhelm Wundt (1832-1920), que se baseou na psicologia para descrever a fala humana: “Wundt baseou sua psicologia do discurso sobre toda e qualquer descrição acessível da língua”. (BLOOMFIELD, 1933, p. 18, tradução nossa).

A decisão por optar pelo behaviorismo foi uma tentativa que Bloomfield fez para seguir a escola teórica daquele momento que desenvolvia teorias científicas sobre o estudo comportamental do universo. Essa posição foi defendida por Harris:

É possível, é claro, estudar o discurso como o comportamento humano, para gravar os movimentos fisiológicos que estão envolvidos na articulação, ou a situação cultural e interpessoal em que o discurso ocorre, ou as ondas sonoras que resultam da atividade de falar, ou as impressões auditiva adquirida pelo ouvinte. Poderíamos tentar regularidades na descrição de cada um desses corpos de dados. (HARRIS, 1951, p. 4, tradução nossa).

Segundo Bloomfield (1933), somente a partir no século XIX surgiu teorias linguísticas que foram reconhecidas como sendo científicas, isso ocorreu por causa do desenvolvimento do método descritivista que buscava características gerais da língua: “Somente no século passado ou a partir daí que a linguagem tem sido estudada de forma científica, pela observação cuidadosa e abrangente.” (BLOOMFIELD, 1933, p. 3, tradução nossa).

De acordo com Hall (1970), na teoria bloomfieldiana a linguística apresenta uma determinada orientação metodológica, ao contrário dos linguistas contemporâneos de Bloomfield, pois mesmo que se tenham esforçado para aprimorar um método de descrição sincrônica, não tiveram êxito na formulação de um método mais claro e completo. “Bloomfield foi o primeiro a demonstrar a possibilidade e exemplificar por meio de uma abordagem científica unificada para todos os aspectos da análise

linguística: fonética, morfologia, sintática; sincrônica e diacrônica” (HALL, 1970, p. 549).

Leonard Bloomfield foi responsável pela formação de muitas gerações de pesquisadores da linguagem não apenas nos Estados Unidos da América, mas também, em todos os principais centros de pesquisa linguística da contemporaneidade. No entanto, apesar da importância de suas ideias, e do longo alcance da sua perspicaz concepção, Bloomfield não encontrou entre os brasileiros até então quem lhe fizesse justiça, realizando a tradução de suas obras para o português, concedendo assim, o destaque que lhe faz jus.

## 2. *Metodologia*

O trabalho desenvolvido se define como um estudo de historiografia linguística, compreendida como uma estratégia metodológica que consiste na abordagem de técnicas apropriadas, e em situações específicas. Portanto, o trabalho teórico está vinculado aos pressupostos da historiografia linguística, pois visou descrever e analisar como Leonard Bloomfield desenvolveu seu pensamento acerca dos estudos da língua e da linguagem, mostrando como aplicou teorias linguísticas tanto concernentes a sua época quanto pertencentes há um tempo anterior ao seu.

Em qualquer obra a historiografia linguística é composta pelos pressupostos da interdisciplinaridade, por meio de uma visão holística. Sendo assim, filia-se a sete regiões do conhecimento: a história, a literatura, as artes, a sociologia, a filologia, a psicologia e a filosofia. Tomando por empréstimo de todas as áreas algo técnico para promover uma revisão do documento. (MILANI, 2011). A historiografia linguística, “se interessa pelas mínimas e ínfimas historinhas, ela se interessa em juntar a ação dos grandes pensamentos com esses substratos sociológicos e intelectuais” (MILANI, 2011, p. 15).

Segundo Milani (2011), deve-se seguir algumas etapas para desenvolver um trabalho historiográfico linguístico. As etapas indicadas quando o objeto for um indivíduo/autor/obra completa, como o proposto neste artigo são as seguintes:

- 1º estabelecer uma biografia básica, vinculada à área temática pesquisada;
- 2º estabelecer os conceitos básicos produzidos, numa síntese precisa;
- 3º vincular os fatos da vida pessoal e científica/acadêmica e conceitos às instituições e às pessoas a ele relacionadas;
- 4º verificar fontes preceptoras e fontes escritas;
- 5º mapear os conceitos das fontes;
- 6º descrever os métodos ou o método;
- 7º

vincular o método às ciências com suas respectivas fontes; 8º verificar o traço diferenciador do método do autor; 9º mostrar a contribuição de seu método para os conceitos e 10º relatar os avanços da obra (MILANI, 2011, p. 33).

Ao sugerir um texto como objeto de estudo historiográfico, o linguista acaba escolhendo também o conteúdo de um determinado contexto histórico e sociocultural de uma época ou lugar. Neste caso a função do historiógrafo linguista será: “(...) compreender esse texto como refração das fontes formadoras, da prática cultural e da ordem de coisas presentes no contexto do texto-discurso”. (MILANI, 2011, p. 10).

### **3. A influência saussuriana em Bloomfield**

O desenvolvimento das teorias estruturalistas foi o grande marco para a consolidação e o aumento das pesquisas relacionadas à linguística contemporânea. Os linguistas que pertenciam a este movimento, tanto os europeus quanto os norte-americanos, foram importantíssimos neste processo.

Segundo Passos (2004), Saussure, na Europa, e Bloomfield, nos Estados Unidos, são considerados os grandes expoentes da ciência da língua e da linguagem, que suscitaram os grandes mentores da linguística do século XX, isso ocorreu por causa de suas obras e devido às relevâncias de suas ideias. Deve-se a ambos a formação das escolas mais importantes da linguística moderna. No entanto, enquanto as ideias de Saussure receberam entre os estudiosos brasileiros uma imediata acolhida e aceitação, as relevantes contribuições de Bloomfield não receberam o mesmo tratamento, haja vista que até hoje não houve uma única tradução de suas obras para a língua portuguesa, ficando, desse modo, desconhecido para aqueles que não dominam a língua inglesa.

Bloomfield veio da Escola neogramática da linguística. Isso significa que ele se concentrou sobre os aspectos históricos e a evolução das línguas. Ele estudou línguas específicas, a sua história e como as palavras são geradas. Bloomfield e Saussure ambos estudaram a língua como uma estrutura e com uma base científica. A principal diferença é que Bloomfield estudou a linguística diacrônica: o seu desenvolvimento histórico e comparativo. Saussure estudou a língua sincronicamente: ele fez a comparação entre linguagem e o jogo de xadrez. Não há necessidade de saber que a história se movimenta, ou seja, você pode entender o sistema só de olhar para o tabuleiro a qualquer momento. Este é o estudo sincrônico da linguagem.

Outra diferença marcante é que Bloomfield nunca sugeriu que era possível descrever a sintaxe e a fonologia de uma língua em total ignorância do significado das palavras e frases. Sua visão era incompleta, pois ele estudou parte do sistema e não o todo. Em contraste, Saussure estudou a língua como um sistema, incluindo todos os seus aspectos. Ele considerou que o sistema possui três propriedades:

1. Integridade, desde que o sistema funcione como um todo.
2. Transformação, o sistema não é estático, pois é capaz de mudar.
3. Autorregulação, está relacionado com o fato de que os novos elementos podem ser adicionados ao sistema, mas a estrutura básica dele não pode ser alterada.

Bertucci (2008) destaca que Bloomfield, de maneira particular, aplicou nos Estados Unidos a teoria estruturalista saussuriana<sup>4</sup>, privilegiando por sua vez, a descrição das leis do sistema linguístico, herdando do linguista europeu o “fazer linguístico sincrônico”. Fato é que inúmeros conceitos, conhecidos em linguística, foram inaugurados e utilizados pelos estruturalistas, dentre os de maior destaque estão o de estrutura e sistema.

Apesar dessa verossimilhança, nota-se diferença conceitual significativa entre o estruturalismo orientado por Saussure na Europa e o americano defendido por Bloomfield, nos Estados Unidos. A terminologia *estrutura*, entendida como sistema, é característica defendida pelo estruturalismo europeu, enquanto o estruturalismo sobre orientação bloomfieldiana defende a ideia de distribuição de elementos, mediante a capacidade de associação ou substituição.

#### **4. A teoria estruturalista bloomfieldiana**

Para entender a teoria estruturalista Bloomfieldiana, é importante anotar que o estruturalismo norte-americano teve como precursor Franz Boas, formado pela escola de neogramáticos europeus, especialista em línguas ameríndias, autor do *Handbook of American Indian languages*, obra particularmente importante para a linguística descritiva (LEPSCHY, 1975, p. 79). Logo, nota-se que a teoria estruturalista foi condicionada pela análise descritiva das centenas de línguas ameríndias no final do século XIX.

Lepschy (1975) salienta que foi a partir da segunda década do referido século, também alavancada pelo progresso das telecomunicações, que a linguística estruturalista nos Estados Unidos ganha força, período em que os autores se esmeraram no cuidado em descrever as línguas sincronicamente, buscando atender às exigências requeridas para a compreensão das línguas ameríndias e ao ensino e aprendizagem das línguas desconhecidas.

Nesse contexto, destaca-se o trabalho do Edward Sapir, discípulo de Boas e autor de *Language* (1921). A exemplo de Saussure, Sapir fez ressalvas ao caráter da linguagem como modelo geral, fundamentando, portanto, o alicerce e/ou o caminho da linguística estrutural americana. Todavia, ao falar do fato linguístico e/ou da estrutura de uma língua ele foi cauteloso. Provavelmente, o conhecimento por ele adquirido nas diversas áreas o tenham impedido de enveredar por uma definição simplista da estrutura (BERTUCCI, 2008).

Lepschy (1975) endossa essa afirmativa quando expressa que foi a partir de 1920 que a linguística da Europa desenvolveu características específicas em relação àquela desenvolvida nos Estados Unidos, quando se delineou uma direção estruturalista firmada nas concepções de Sapir e de Bloomfield. Lepschy reitera que apesar desse primeiro linguista diferir do último quanto à metodologia, visto que Sapir não considera necessário indicar métodos rigorosos e objetivos, mecanicamente aplicáveis para controle e verificação de afirmativas, inclusive, criticando severamente aqueles que solucionam problemas da ciência utilizando-se do rigor naturalista do método científico, ambas as correntes se indicam, tendo métodos oriundos da psicologia mentalista (de Sapir) e comportamentista (de Bloomfield).

Todavia, importa notar que tanto Bloomfield quanto Sapir pretenderam reconstruir as civilizações primitivas, cujas estruturas linguísticas consideravam indissociáveis do contexto social e cultural em que se haviam originado. E, embora Sapir tenha se oposto às concepções materialistas de Bloomfield, foi de igual modo influenciado pelas teorias sociológicas advindas da Europa, uma vez que para ambos a língua constituiu uma herança cultural (LEROY, 1971).

Bloomfield, embora tenha recebido de Boas e Sapir a influência de um estudo voltado especialmente para as línguas ameríndias, reconhecido e valorizado os estudos históricos da linguagem, teceu críticas ao caráter psicológico, mentalista e pseudoexplicativo de tais estudos, propon-

do que se substitua esse processo pela “generalização indutiva, com base no estudo descritivo da linguagem” (LYONS, 1987, p. 62).

Influenciado pelo Behaviorismo das ciências naturais, o linguista americano adota nova perspectiva para obter o máximo rigor científico no estudo da linguagem – mediante a utilização da teoria behaviorista em sua análise linguística – e define o uso da linguagem mediante a concepção materialista (mecanicista e não dialética) e comportamentista (em termos de estímulo e reação), em que a língua pode ser analisada como um sistema, cujos elementos se organizam por certo comportamento geral. Para ele: “o comportamento não é considerado uma doutrina psicológica particular, mas é identificado com o método científico *tout cour*” (LEPSCHY, 1975, p. 92).

Essa necessidade de encontrar princípios metodológicos apropriados para a análise das línguas ameríndias, em sua maioria ágrafas e desconhecidas, levou Bloomfield a desenvolver enfoque antropológico e etnológico em seus estudos, dando origem ao descritivismo bloomfieldiano, cuja orientação ao linguista é proceder, mediante uma posição empirista e positivista em relação ao fato observado, uma pesquisa *verdadeiramente* científica (BERTUCCI, 2008).

Harris (1951) afirma que essa prerrogativa precisa leva em conta o fato de que linguística descritiva deve ter como universo de trabalho, uma língua, especificamente, logo, ela não configura a busca por prover uma descrição única para todas as línguas, visto que em uma mesma língua podem existir dialetos que tenham regularidades diferentes entre os elementos.

Ao comentar o caráter mecanicista e comportamentista do descritivismo bloomfieldiano, Leroy (1971, p. 157) comenta:

Bloomfield não deixou de chocar muitos de seus compatriotas ao defender uma teoria do tipo claramente materialista – deixando à parte a consciência que é inacessível, ele explica o mecanismo da comunicação pelo jogo de estímulo e reações.

Essa concepção mecanicista do comportamentismo (behaviorismo) se resume em termos de estímulo e resposta e é feito através do esquema S-r-s-R, no qual “um estímulo externo (S) leva alguém a falar (r), esta resposta linguística do locutor constitui para o ouvinte um estímulo linguístico (s) que provoca uma resposta prática (S)”. (LEPSCHY, 1975, p. 89). S e R são, portanto, “eventos práticos” que pertencem ao mundo extralinguístico. Diante desta prerrogativa, Bloomfield acredita, em aná-

lise geral, que tanto a divisão do trabalho quanto todo o funcionamento da sociedade humana se efetua em detrimento da linguagem.

Bertucci (2008, p. 74) afirma que, para Bloomfield:

A teoria mentalística baseia-se no espírito (ou na mente). O espírito é quem decidirá a resposta ao estímulo. A teoria mecanicista, afirmará Bloomfield, diz a variabilidade da conduta humana (inclusive a fala) acontece graças à complexidade do corpo humano. As ações humanas são partes das “sequências” de causa e efeito, como na física ou na química. Mas, pela complexidade, o corpo humano é uma estrutura mutável. E o sistema nervoso é o responsável pela mutação: causa-efeito versus estímulo-resposta. É por isso que não é possível saber que resposta um ouvinte dará a um estímulo.

A solução mecanicista escolhida pelo linguista se justifica quando se considera que o sistema nervoso é o responsável pelo funcionamento da linguagem e por ser um “mecanismo de gatilho” permite a execução de ações complicadas após um estímulo aparentemente negligenciável, a exemplo das minúsculas percussões das ondas sonoras na membrana do tímpano. Embora pareça esta colocação ao extremo comportamentista, Lepschy (1975) aponta que Bloomfield a propõe por considerá-la coerente com o universo, sendo esta teoria mentalista considerada adequada e em alguns casos, a única possível para se elucidar questões a serem encaradas pelo linguista, na atualidade, inclusive.

A partir da década de 1950, a busca descritivista pelas regularidades na língua conduziu seguidores da escola bloomfieldiana a lançarem manuais e livros que divulgavam as ideias do descritivismo. Dentre os autores, destacam-se Gleason (1978) e Harris (1951). O primeiro lança um manual de linguística descritiva que elucida a importância da linguagem no estudo de outras disciplinas, defendendo que a linguagem se liga intimamente aos problemas humanos e sobre eles exerce influência tão profunda que a compreensão dos mecanismos a ela adjacentes são fundamentais, uma vez que podem contribuir para a resolução de situações inusitadas. Bertucci (2008) afirma que este convincente discurso atraiu muitas pessoas e influenciou na inserção da linguística descritiva no currículo de diversas universidades americanas.

Harris (1951) destaca que, na linguística descritiva, as falas (*utterances*) do *corpus* de uma língua em análise devem ser capazes de mostrar a regularidade de todas as falas da língua. Neste aspecto, Bertucci (2008, p. 76) comenta:

Para os descritivistas, um *corpus* de análise bem definido pode mostrar não só as regularidades da língua para aquelas falas escolhidas, mas é uma

amostragem da língua como um todo. Assim, as regularidades do *corpus* são as regularidades da língua e a distribuição dos elementos nas frases do *corpus* será a mesma para aquelas que estão fora dele. Em outras palavras, escolher algumas falas não é manipular a análise ou não dar conta das falas não analisadas. Essa é a questão da previsão, que decorre do método dedutivista.

Desse modo, esse autor sustenta que se os elementos da língua – fonológicos e morfológicos – forem definidos pelo linguista, será possível representar a língua por meio da descrição das regularidades e das relações que existem entre os elementos definidos, podendo este trabalho minucioso. Conforme Gleason (1978) gerar uma gramática descritiva (e não prescritiva), caso o linguista consiga uma generalização adequada e a partir do corpus pesquisado, delinheie regras da língua estudada.

Uma gramática descritiva adequada proporciona uma descrição para qualquer frase da língua. Esta descrição é uma seleção de regras que, quando bem combinadas, definem um esquema básico que se pode considerar exemplificando por uma frase dada (GLEASON, 1978, p. 214).

Em seus estudos Bloomfield (1933) privilegia o estudo da fala (observação normal da fala), dos sons da língua. O fonema é por ele considerado parte da língua conectada com o significado e essencial para a comunicação e defende ser eles que possibilitam identificar a distribuição dos elementos da língua. Ele acredita que os dialetos de uma língua, embora possam apresentar uma distribuição diferente dos elementos da fala, a escrita vai se mostrar igual. Em razão desta constatação, ele sustenta que o estudo da escrita é indispensável, devendo ser o mesmo feito por outras abordagens, a exemplo da literatura.

Todavia, vale ressaltar que Bloomfield exclui de suas considerações, quase completamente, alusões à significação ou à semântica. Ele remeteu o estudo do significado às várias ciências particulares, reservando à linguística apenas a definição rigorosa dos significados “gramaticais” (LEPSCHY, 1975, p. 133).

Bertucci (2008, p. 77) assinala que sobre significado de uma forma linguística (*meaning*), Bloomfield aconselha:

O pesquisador deve defini-lo como a situação em que o falante pronuncia algo e o ouvinte responde. Em outras palavras, deve ser entendido a partir da visão behaviorista do estímulo-resposta. Mas ele faz uma ressalva: os significados dados pelas diversas ciências aos seus objetos são variados e imprecisos.

De acordo com Bloomfield "o significado é, portanto, o ponto fraco do estudo da língua, e permanecerá assim até que o conhecimento

humano avance para além do seu estado atual." (BLOOMFIELD, 1933, p. 140, tradução nossa).

Essa afirmação Bloomfieldiana é motivo de críticas da parte de Benveniste (1988), pois este considera que tanto Bloomfield quanto Harris não consideraram a questão do significado em seus estudos, o que contraria, segundo ele, a própria teoria descritiva, visto que toda descrição deve supor que o objeto tenha um significado e é isso que faz com que a estrutura funcione numa língua.

No entanto, Bloomfield (1933) rebate críticas ao afirmar que é função de outras ciências o estudo do *significado* e não da linguística e reitera sua afirmação ao considerar a limitação a que o linguista é exposto, devido ao próprio desconhecimento humano. No entanto, nota-se que ele não nega a existência do significado, mas a possibilidade de conhecê-lo. Deste modo, ele reconhece a limitação do linguista da época: "Embora o linguista não pode ir longe em direção a explicação de coisas práticas, ele tem a tarefa de classificar formas linguísticas onde seu significado tem sido determinado por alguma outra ciência." (BLOOMFIELD, 1933, p. 508, tradução nossa).

##### **5. As contribuições bloomfieldiana para a linguística**

Leonard Bloomfield estabeleceu a escola de pensamento que veio a ser conhecida como linguística estruturalista norte-americana, que dominou o campo da linguística até o surgimento da gramática gerativa em 1960.

Bloomfield repudiou à existência de todas as construções mentalistas e também a visão clássica de que a estrutura da língua reflete a estrutura do pensamento. Para ele, a estrutura da linguagem foi o objeto central de estudo linguístico e, portanto, da ciência cognitiva. Bloomfield ensinou que toda a estrutura linguística poderia ser determinada pela aplicação de procedimentos analíticos, iniciando com as menores unidades que combinam som (características vocais) e significado (características de estímulo e reação), chamado morfemas (BLOOMFIELD, 1926, p. 130).

Bloomfield mostrou como identificar morfemas, e logo em seguida passou a mostrar como identificar as unidades menores (isto é, os fonemas, definidas como unidades mínimas de características vocais distintas) e outras maiores (palavras, frases e sentenças). Bloomfield desenvolveu

veu ricas teorias de morfologia e sintaxe. Em morfologia, Bloomfield prestou atenção especial ao cuidado das alternâncias fonológicas de vários tipos, que levaram ao desenvolvimento da teoria moderna da morfologia fonêmica (BLOOMFIELD, 1939).

Na sintaxe, ele estabeleceu as bases da teoria da estrutura constituinte, incluindo os fundamentos da XBAR2 TEORIA. (BLOOMFIELD, 1933, p. 194-195). Bloomfield gerou tanto entusiasmo com a análise sintática que os seus alunos pensaram que estavam fazendo sintaxe, pela primeira vez na história da linguística (HOCKETT, 1968, p. 31). Bloomfield não desenvolveu sua teoria da semântica do mesmo modo que fez com suas teorias da fonologia, morfologia e da sintaxe, contentando-se principalmente com a nomeação das contribuições semânticas de vários tipos de unidades linguísticas.

Por exemplo, ele chamou as propriedades semânticas dos morfemas de “sememas”, as formas gramaticais de “episememas” (BLOOMFIELD, 1933, p. 62-166). Bloomfield sustentou que, enquanto as propriedades fonológicas de morfemas são analisáveis – em partes (ou seja, fonemas), sememas são inanalísáveis: “Não há nada na estrutura de morfemas como lobo, raposa, cachorro e para nos dizer a relação entre os seus significados, isto é um problema para o zoólogo.” (BLOOMFIELD, 1933, p. 162, tradução nossa). Entretanto no final da época áurea da linguística estruturalista norte-americana, essa visão foi repudiada, (GOODENOUGH, 1956; LOUNSBURY, 1956) e a afirmação de que existem unidades submorfêmicas de significado foi incorporado pelas primeiras teorias da gramática gerativa. (KATZ & FODOR, 1963). Bloomfield estava ciente de que para uma teoria behaviorista de significado, como a sua, ser bem sucedida, ele teria que explicar as propriedades semânticas das formas linguísticas, como o palavras em inglês “not” e “and”, e também estava ciente da dificuldade desta tarefa. Sua tentativa de definir a palavra “not” é particularmente reveladora. Depois de defini-la como “o inibidor da linguística na nossa comunidade de fala”, ele escreveu: “O enunciado, em uma frase, da palavra “not” produz uma frase que a resposta simultânea para ambas as frases e a frase paralela sem o “not” não pode ser feita”. (BLOOMFIELD, 1935, p. 312, tradução nossa).

Em suma, Bloomfield estava tentando reduzir a lei lógica da contradição com uma declaração sobre possíveis pares de estímulo-resposta. No entanto, essa redução não é possível. Nenhuma teoria semântica que contém a lei da contradição como um de seus princípios é expresso em termos comportamentais. Contudo, a linguística estruturalista norte-ame-

ricana falhou não foi por causa das suas insuficiências na fonologia, morfologia e sintaxe, mas porque o behaviorismo não fornece uma base adequada para o desenvolvimento de uma teoria semântica para as línguas naturais.

## **6. Considerações finais**

Este estudo teve a finalidade de demonstrar a relevância dos ensinamentos da teoria descritiva de Leonard Bloomfield para a linguística estruturalista norte-americana, mediante a apresentação das características gerais do estruturalismo apregoado pelo linguista, denominado descritivismo. Enfocando as contribuições dos estudiosos da área da linguagem para o progresso dos estudos linguísticos, contribuições estas que tornaram a linguística uma ciência com um método definido, permitindo assim os avanços e a ampliação dos estudos linguísticos na contemporaneidade.

Para Bloomfield, o reconhecimento da linguística como ciência está diretamente ligado a utilização de seus métodos para observar e descrever o comportamento dos elementos de uma língua. Conforme Lep-schy (1975) este método de análise foi o principal objeto de pesquisa da teoria neobloomfieldiana ou distribucionalistas, estando entre os estudiosos mais importantes: Bernard Bloch, George L. Trager, Robert Anderson Hall e Zellig S. Harris.

A preocupação com a descrição das línguas se faz presente desde início do século XIX, período em que a linguística histórica buscou classificar as línguas do mundo de acordo com suas afiliações, mediante a descrição do desenvolvimento histórico das mesmas. Este processo induziu à criação de teorias e análises de várias vertentes da linguística. Foi a partir destes desdobramentos que surgiu a linguística estrutural, tendo Ferdinand de Saussure como precursor na Europa e Leonard Bloomfield como um dos pioneiros nos Estados Unidos (BIZZOCCHI, 2006).

Um dos fatores que levou Leonard Bloomfield a optar pela abordagem descritiva foi uma reação crítica ao ensino prescritivo nas escolas tradicionais e a rejeição às variantes por estas instituições; uma forma encontrada por ele de defender as variantes da língua como parte da língua e não uma língua errada ou estranha.

Diante do exposto, constatou-se que o estruturalismo de Leonard Bloomfield é eminentemente analítico e descritivo, centrado no estudo da

morfologia e da sintaxe. Em razão disso, na atualidade, Bloomfield é considerado o linguista que mais profundamente marcou a linguística dos Estados Unidos. A vasta literatura de linguística geral, metodologia ou assuntos especializados, por ele elaborados, influenciaram sobremaneira a linguística norte-americana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. Campinas: Pontes, 1988.

BERTUCCI, R. A. O positivismo na teoria descritivista de Bloomfield. *Publicações UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*. Ponta Grossa, vol. 16, n. 1, p. 67-82, jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/620/608>>.

Acesso em: 20-06-2011.

BIZZOCCHI, A. Fantástico mundo da linguagem. *Revista Ciência Hoje*. vol. 28, n. 164, setembro de 2006, p. 38-45.

BLOOMFIELD, L. A set of postulates for the science of language. *Language*, n. 2, p. 153-164. Reprinted in Hockett, 1970, p. 128-138.

\_\_\_\_\_. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.

\_\_\_\_\_. Linguistic aspects of science. *Philosophy of Science*, n. 2, p. 499-517, 1935. Reprinted in Hockett, 1970, p. 307-321.

\_\_\_\_\_. Menomini morphophonemics. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, n. 8, p. 105-115, 1939. Reprinted in Hockett, 1970, p. 351-362.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1991.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987. Coleção “Os pensadores” v. 33.

GOODENOUGH, W. Componential analysis and the study of meaning. *Language*, n. 32, p. 195-216, 1956.

GLEASON, H. A. *Introdução à linguística descritiva*. Trad.: João Pinheiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

- HALL, R. A, Jr. In memoriam Leonard Bloomfield. In: HOCKETT, C. F. (Ed.). *A Leonard Bloomfield anthology*. Bloomington: Indiana University Press; 1970, p. 547-553.
- HARRIS, Z. S. *Structural linguistics*. Chicago: Phoenix Book (The University of Chicago Press), 1951.
- HOCKETT, C. F. *The State of the Art*. The Hague: Mouton, 1968.
- LEPSCHY, G. C. *A linguística estrutural*. 2. ed. Trad.: Nites Therezinha Feres. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LEROY, M. *As grandes correntes da linguística moderna*. 2. ed. Trad.: Isidoro Blinkstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.
- KATZ, J. J.; FODOR, J. F. The structure of a semantic theory. *Language* n. 39, p. 170- 210, 1963.
- LOUNSBURY, F. A semantic analysis of Pawnee kinship usage. *Language*, n. 32, p. 158-194, 1956.
- LYONS, J. *Linguagem e linguística*. Trad.: Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MILANI, S. E. *Historiografia linguística de Ferdinand de Saussure*. Coleção Grupo Imago, nº 1. Goiânia: Kelps, 2011.
- PASSOS, M. L. R. F. *Bloomfield e Skinner: língua e comportamento verbal*. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

## **DEMONSTRATIVOS NA ROMÂNIA NOVA: PROPOSTA DE SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO**

Clarice Soares França Silva (UFMG)

[claricesfrancas@gmail.com](mailto:claricesfrancas@gmail.com)

César Nardelli Cambraia (UFMG)

[nardelli@ufmg.br](mailto:nardelli@ufmg.br)

### **1. Introdução**

Os sistemas de demonstrativos das línguas românicas na língua oral se apresentam com bastante complexidade e em constante mudança. Apesar de ter seus usos e regras bem definidos na língua escrita, esses não se encontram refletidos na língua oral e em muitas variedades parecem estar passando por mudanças importantes ou se encontram em variação. Fazem-se necessários, então, estudos a respeito do funcionamento desses sistemas no intuito de compreendê-los melhor e, para isso, precisamos definir um sistema de classificação que propicie um estudo qualitativo e quantitativo dos demonstrativos nas línguas românicas.

Este trabalho, baseou-se no funcionalismo e no variacionismo laboviano e por isso a necessidade de trabalharmos com *corpus* de língua oral e através do seu estudo realizar a identificação das regras que determinam o funcionamento do sistema.

### **2. Os demonstrativos**

#### **2.1. Definição**

Estabelecer as características que determinam os integrantes da classe dos demonstrativos de forma a conceituá-los objetivamente tem sido um desafio para os estudiosos que com ela trabalham. Neste trabalho, adotaremos o conceito de Cambraia (2012, p. 8), que apresenta os demonstrativos como “formais nominais que podem desempenhar função *exofórica* (referência à situação de fala) e função *endofórica* (referência ao contexto linguístico).”

#### **2.2. Demonstrativos na România: caracterização geral**

De acordo com Lausberg (1981, p. 346-350), nas línguas românicas, os sistemas de demonstrativos se dividem em dois tipos – ternários e

binários. Para facilitar a compreensão, utilizaremos a gramática da língua espanhola como referência, uma vez que o nosso trabalho se focou nessa.

As gramáticas tradicionais costumam se limitar a apresentar o paradigma e as funções básicas desses elementos. De forma geral, o paradigma dos demonstrativos em espanhol que encontramos nas gramáticas tradicionais é ternário, seguindo o quadro abaixo que se encontra em Matte Bon (2001, p. 224), em tradução nossa:

| Gênero | Demonstrativo  | Pessoa a que diz respeito o âmbito do demonstrativo |
|--------|----------------|---|
| Masc.  | <i>Este</i>    | <i>Yo</i> (falante)                                 |
| Fem.   | <i>Esta</i>    |   |
| Neutro | <i>Esto</i>    |   |
| Masc.  | <i>Ese</i>     | <i>Tú</i> (destinatário)                            |
| Fem.   | <i>Esa</i>     |   |
| Neutro | <i>Eso</i>     |   |
| Masc.  | <i>Aquel</i>   | <i>Él</i> (não-pessoa, ausente)                     |
| Fem.   | <i>Aquella</i> |   |
| Neutro | <i>Aquello</i> |   |

**Quadro 1: Paradigma dos demonstrativos do espanhol**

Algumas gramáticas consideram que o sistema tripartido dos demonstrativos se refere aos três graus de distância (perto do falante, perto do interlocutor e distante de ambos) e outras o associam às pessoas do discurso (falante, ouvinte e outros).

Segundo Cambraia & Bianchet (2008), os demonstrativos na România têm a tendência de passar do sistema ternário para o binário, ainda que os caminhos de mudança seguidos e os resultados obtidos não estejam sendo exatamente os mesmos.

Cambraia & Bianchet (2008) afirmam que esse processo ocorreu já no latim. Tal mudança deu origem a diferentes sistemas românicos, alguns binários – francês, reto-romano e romeno – e outros ternários – português, espanhol, catalão, occitânico, sardo e italiano. Entretanto, atualmente, muitos estudos apontam para um processo de passagem do sistema ternário para o binário em algumas variedades vernaculares românicas, de forma que a mudança ocorrida no latim parece estar se repetindo. Cambraia (2009) assinala como variedades vernaculares com forte tendência ao binarismo: português brasileiro (*esse* x *aquele*), catalão central (*aquest* x *aquell*), occitânico (*aqueste* x *aquel*) e italiano (*questo* x *quello*).

### 3. Sistemas de classificação

#### 3.1. Fóricos, fáticos e truncados

A primeira divisão de nosso sistema de classificação é a de separar os dados considerados como fáticos e truncados dos fóricos.

Foram considerados como fóricos todos aqueles demonstrativos que desempenham função endofórica ou exofórica. No exemplo abaixo o demonstrativo *este* está em função exofórica, pois diz respeito ao tempo presente, e *eso* é endofórico, uma vez que remete a *oficina*, um elemento do discurso. Nos exemplos que seguirão os dados são identificados como de BA (pertencentes ao corpus de Buenos Aires) ou LI (pertencentes ao corpus de Lima) e os números que seguem dizem respeito à página em que se encontram no corpus e seu ordenamento na página.

- (1) **Inf.** Bueno, es una idea de oficina. En *este* momento no... no es nada *eso*, ¿no? Directamente no tengo ni un mueble... ni nada. (BA – 19g/19h, itálicos nossos)

O uso do demonstrativo como fático é um uso específico, também conhecido em espanhol como *muletilla*. Ele aparece na forma do demonstrativo masculino de primeira pessoa (*este*) e se caracteriza por sua função de organizador do discurso ou preenchedor de pausas.

- (2) **Inf. A** Está bien que es un poco excep... especial, pero que vive en Flores, tarda una hora para llegar a la escribanía se va a recorrer las galerías, después... *esté* se reúne en el Moderno o en la Comedia o en ¿eh? (BA – 64a, itálico nosso)

Também foram consideradas separadamente as ocorrências classificadas como truncadas. São esses os dados que fazem parte de discurso interrompido por algum motivo, como, por exemplo, mudança no rumo do discurso ou hesitação do falante.

- (3) **Inf. A** Bueno, yo extendería la pregunta un poco, encarada a *ese*... a *ese*... sobre ese aspecto, ¿no? (BA – 63a/63b, itálicos nossos)

#### 3.2. Classificação dos fóricos

##### 3.2.1. Forma

É possível o aparecimento de três formas e para simplificar a referência a elas, adotamos a seguinte nomenclatura: F1 = *este* e flexões; F2 = *ese* e flexões; e F3 = *aquel* e flexões.

### 3.2.2. *Morfologia*

#### 3.2.2.1. Gênero

Os demonstrativos do espanhol apresentam flexão em três gêneros: masculino, feminino e neutro.

#### 3.2.2.2. Número

Os demonstrativos do espanhol apresentam como flexão de número *singular* e *plural*, e serão classificados segundo esse critério.

#### 3.2.2.3. Classe de palavra

Os demonstrativos podem ocorrer como adjetivos (determinantes, acompanhando um nome e, assim, ocupando a margem do SN) ou como pronomes (substituindo nomes e, assim, ocupando o núcleo do SN). Entretanto, cabe recordar que as formas do neutro, no espanhol, ocorrem apenas como pronome.

### 3.2.3. *Sintaxe*

#### 3.2.3.1. Tipo de margem

Em espanhol, os demonstrativos que têm função adjetiva podem aparecer antepostos ou pospostos ao núcleo da expressão demonstrativa.

### 3.2.4. *Semântica*

#### 3.2.4.1. Valor referencial

Os demonstrativos exercem dois tipos de função referencial basicamente: *exofórica* (remetendo a um elemento fora do universo discursivo-textual) e *endofórica* (remetendo a um elemento do universo discursivo-textual). Partindo desses dois tipos estabelecemos as categorias abaixo:

**(a) Anáfora**

São considerados anafóricas em nosso trabalho as expressões demonstrativas que retomam uma informação discurso já mencionada.

- (4) **Inf.** Pero queda ya cerca al *valle de la Convención* (ya), tú no conoce *sazona*, ¿no? (LI – 44h, itálicos nossos)

**(b) Catáfora**

São catafóricas as EDs que se referem a uma informação do universo linguístico ainda a ser mencionado.

**(b1) Catáfora não-estrutural**

É a catáfora em que o referente se encontra em uma frase explicativa ou aposto.

- (5) **Inf.** (...) era muy interesante, ver *esto, cómo eran distintas ambas sociedades*, y espero que el Perú no siga pues los pasos de Chile ¿no? finalmente. (LI – 162a, itálicos nossos)

**(b2) Catáfora estrutural**

É a catáfora que apresenta o referente em uma expressão adnominal.

- (6) **Inf.** Sí... e... seha conservao, lo importante es que seha conservao, a pesar de de incluir material noble, la traición siempre las paredes de blanco y los techos rojos, de calamina y... *eso sí ya no son las calles angostas como antes ahora son anchas* incluso una novedá que tienen alcantarillado que pocas suidades de la sierra lo tienen, o sea seha tratao de introducir lo moderno, pero siempre conservando lo típico lo tradicional. (LI – 54e, itálico nosso)

**(c) Ana-catáfora**

Considerou-se como ana-catáfora as expressões demonstrativas que tinham parte do seu referente em trecho anterior do discurso e parte em trecho posterior. Nesses casos, a classificação feita

aos dados ficava restrita uma vez que há que considerar dois referentes e não um só como na maioria dos casos de endófora.

- (7) **Inf.** como *Asia* ques un pueblo que me dijeron un compañero me dijo de que... antes que se fundara el N.N. ya toos eran ahí, *el pueblo este Asia* que... debes haber pasado por ahí (unas playas) playa *Asia* (Asia, claro) allí hay un pueblo... (LI – 47i, itálicos nossos)

#### (d) **Exófora**

Foram considerados como exofóricos todos os demonstrativos que faziam referência a algo presente no universo extralinguístico. A maioria desses dados pôde ainda ser subdividida em exofóricos temporais, fazendo referência ao tempo – presente, passado e futuro – ou espaciais, referindo-se a algum lugar.

- (8) **Inf.** (...) yo creo que estamos muy bien ¿ah?. yo creo que vamos a ganar *estas elecciones* con... amplio margen (LI – 49a, itálico nosso)

#### (d1) **Exófora temporal**

- (9) **Inf.** Sí, bueno, *esteño* yo creo que ya las inversiones desde, de los industriales priváos ya no... no se van a cristalizar. Pero el próximo año, pienso de que... las cosas tienen que cambiar. (LI – 79h, itálico nosso)

#### (d2) **Exófora espacial**

- (10) **Inf.** Yo desde antes ya estaba pensando en derecho, después vinimos *a este local* a derecho, y después con el terremoto tuvimos que irnos a Pando, porque este se quedó quedó muy mal, pes *este local*, ¿no? (LI – 39a/ 39c) (itálicos nossos)

#### (e) **Endo-exófora**

Foram considerados como casos de endo-exofóricos aqueles em que o entrevistado apresenta o discurso de outra pessoa e nesse há a presença de um exofórico que é compreendido a partir do que o próprio entrevistado disse anteriormente.

- (11) **Inf.** (...) Y les escuchaba todo y ello creían que no entendía nadie, pero es escuchaba, y hablaba uno de... parece que la novia quería romper la boda, y él... él la reprochaba y le decía... Grancina tal cosa yahora *esto* y que tengo la casa recién fraguada. (LI – 241a, itálico nosso)

**(f) Indefinido**

O uso de demonstrativos com valor indefinido se dá quando são utilizados sem que se faça remissão a um referente específico, ocorrendo geralmente no gênero neutro com o par *esto* opondo-se a *aquello*.

- (12) **Inf.** (...) Siempre todas estas investigaciones inclusive la de Ochoa... eh... por supuesto, está basada en en miles de otras investigaciones previas... eh... que han permitido que él tuviera esa idea, que le sugieran esa idea; él no la puede sacar de la nada esa idea sino que tiene que haber suge... algo tiene que haber sugerido esa idea de de buscar *eso* (BA – 103g, itálico nosso)

**3.3. Explicitude do referente**

Foram estabelecidas duas categorias com relação ao grau de explicitude do referente: *claro* e *escuro*.

As construções claras são aquelas em que o referente é facilmente identificável no discurso, sendo um sintagma nominal, como no exemplo abaixo.

- (13) **Inf.** (...) "Voy a mostrarle unas manchas... voy a mostrarle una serie de *láminas*. En *esas láminas* la gente ve distintas cosas. (BA – 222a, itálicos nossos)

As endóforas escuras, por sua vez, têm um referente pouco claro e de difícil identificação. Normalmente, o referente é uma ideia de um fragmento discursivo mais ou menos específico ou em distintos pontos do discurso, daí a relação de coesão textual ser escura.

- (14) **Inf.** (...) *¿En qué consiste el Roscharch?* Yo después le voy a dar un pequeño trabajo mío sobre *eso*. (BA – 223a, itálicos nossos)

**3.4. Anáforas claras: relação formal entre referente e fórico**

No caso das anáforas claras é possível estabelecer critérios bem detalhados para caracterizar a relação entre fórico e referente. Dessa maneira, foram criadas algumas categorias nesse sentido para descrevermos esse tipo de relação.

### 3.5. Natureza do determinante

A primeira categoria considerada em nossa classificação nos dados de anáfora clara diz respeito à natureza do determinante presente no referente da expressão demonstrativa. Apresentamos abaixo cada tipo em separado, seguido de alguma explicação, quando necessário, e exemplo.

#### (a) **Demonstrativo > demonstrativo**

O referente é outra expressão demonstrativa.

- (15) **Inf.** (...) tuvimos la desgracia pue yendo a Ayacucho como estábamos en Huancayo tomar *esa ruta de Huancavelica de Castrovirreina*, ¿no? una zona minera tamién, y no fuimos pues por *esa carretera*, en vez de haber ido por la de Nazca en fin, y resultó... (LI – 45b, itálicos nossos)

#### (b) **Artigo definido > demonstrativo**

O antecedente tem como determinante um artigo demonstrativo.

- (16) **Inf.** (...) en *la época de en que, porejemplo estaba de ministro el N.N.* se dan muchas censuras que hacía el parlamento ¿no?, y tóos los que leíamos El Comercio que no éramos N.N. en *esa época* decíamos, que irresponsables son los N. N o los de la Policía Nacional cómo censuran a los ministros a cada rato, y ése fue con el caso de N.N (LI – 50c, itálicos nossos)

#### (c) **Artigo indefinido > demonstrativo**

O determinante do referente é um artigo indefinido.

- (17) **Inf.** (...) Es *un colegio*, uno de los más antiguos creo, en el Callao, y eh... todo mis hermano han estudiado ahí, debido a que i.. padre tenía... es exalumno de *ese colegio*, y tenía amigos, y él quería que nosotros tuviéramos su educación, creo. (LI – 66a, itálicos nossos)

#### (d) **Vazio > demonstrativo**

Casos em que o referente não apresentava determinante.

- (18) **Inf.** Ah, bueno, paralelamente... un año justo en cuarto año, E... nosotros tenemos que tener cierto, ca, ciertos meses de *prácticas, profesionales*. Y... entré a practicar, gané un concurso, entré a Petroperú. Terminando *estas prácticas* te hacen una evaluación a todos los becarios que becario llaman allí en Petroperú a los que practican, ¿no? (LI – 76b, itálicos nossos)

**(e) Indefinido > demonstrativo**

São os casos em que os determinantes dos referentes são expressões como *muchos, algunos, ciertos* etc.

- (19) **Inf.** (...) no sólo se cultiva una gran variedad sino que constantemente en la chacra de los campesinos atradicionales, hay un proceso, constante de selección, e... *de ciertas variedades que son favorables, para, parel campesino*, digamos así, e... resistencia a las heladas yal frío. Su precocidad e... su sabor, textura, decir una serie de características, y que los campesinos mantienen *estas variedades, que constituyen, un aporte invaluable, digamos en su dieta.* (LI – 33c, itálicos nossos)

**(f) Possessivo > demonstrativo**

O determinante do referente é um possessivo.

- (20) **Inf.** (...) Y, yo sostenía *mi teoría*, yo quería sostener *esta teoría*, frente a Ciro Alegría hace muchos años. (LI – 172a, itálicos nossos)

**(g) Numeral > demonstrativo**

O determinante do referente é um numeral.

- (21) **Inf.** (...) Y ahora finalmente procesé toda esa información en tarjetaría de, tengo IBM, *noventa mil datos* que manejar, ya se me ha hecho bastante difícil porque... los criterios cualitativos para... manejar *esos datos* e... han requerido mucho mayor estudio (LI – 163b, itálicos nossos)

**(h) Demonstrativo > artigo indefinido**

Essa categoria foi criada para atender um caso de catáfora, ou seja, a expressão demonstrativa precede o referente, estando esse depois no texto e tendo como determinante um artigo indefinido.

- (22) **Inf.** – Bueno – fundamentalmente el italiano y el español sí; alguien l... anote lá porque *ésta* es muy buena: *una española que vive en Ginebra vinculada a la OIT, la Organización Internacional del Trabajo que anualmente en julio hace siempre un congreso universal donde van las delegaciones argentinas.* (BA – 48a, itálicos nossos).

**3.6. Natureza do núcleo nominal**

Outro tipo de classificação possível as para as anáforas claras é a da natureza do núcleo nominal da expressão demonstrativa em relação ao

referente. Foram criadas as categorias abaixo de acordo com os dados do *corpus*:

(a) **Reiterado**

Foi chamado de *reiterado* o caso em que antecedente e expressão demonstrativa apresentaram núcleo nominal idêntico.

- (23) **Inf.** (...) Y si bien en... en *un año* se llega a exportar grandes cantidades, hubo un año que se abrió la exportación a Italia. Entonces exportaron *ese año* cincuenta mil cabezas a... de ganado vivo a Italia. (BA – 127f, itálicos nossos)

(b) **Reiterado elíptico**

Essa classificação foi estabelecida para os casos em que o núcleo nominal da expressão demonstrativa e do antecedente era o mesmo, mas presente de forma elíptica, seja em um ou em outro.

- (24) **Inf.** (...) E, aparte de que, en dos ocasiones bueno conversé con gente, acá conocí a un judío, N.N. (Ya.) *Un judío, bueno quera, de la Sinagoga el Callao, ¿no?* (Ya.) Toces *éste* bueno mecía *¿no?* (LI – 186c, itálicos nossos)

(c) **Hiperônimo intrínseco**

Foi considerado como *hiperônimo intrínseco* o caso em que a relação entre o núcleo do antecedente e da expressão demonstrativa era de hiperonímia, ou seja, que o alcance semântico do núcleo da expressão inclui dentro de si o do núcleo do antecedente.

- (25) **Inf.** No... esoés... fue *el año setentaiséis*, pode todas maneras era barato, poque acá yá valía quinientos oles en *esa época* una cosasí. (LI – 47b, itálico nosso)

(d) **Hipônimo**

Essa classificação abrange a relação entre núcleos de referentes e fóricos de hiponímia.

- (26) **Inf.** Las materias primeras – Bueno, yo creo que... eh... lo que yo he visto, por lo menos en mi experiencia, es que *la gente que uno puede considerar verdaderos maestros* como ha sido, por ejemplo, Houssay como es – Le-

loir, *ese tipo de gente* así, o Brown Menéndez, que murió hace ya... (BA – 106b, itálicos nossos)

### (e) Sinônimo

Foi considerado como *sinônimo* o caso de relação de sinonímia entre os núcleos do antecedente e da expressão demonstrativa.

(27) **Inf.** (...) tuvimos la desgracia pue yendo a Ayacucho como estábamos en Huancayo tomar *esa ruta de Huancavelica de Castrovirreina*, ¿no? una zona minera tamién, y no fuimos pues por *esa carretera*, en vez de haber ido por la de Nazca en fin, y resultó... (LI – 45b, itálicos nossos)

### (f) Metonímia

A categoria de metonímia foi criada para atender um caso em que o antecedente é o autor de uma peça de teatro – Brecht – mas tomado como a própria peça.

(28) **Inf.** (...) Lo último que vi me gustó mucho en Buenos Aires es esté... *Atendiendo al señor Sloane* y en Montevideo vi hace poco *un excepcional Brecht*... esté... *Un cierto señor Púntila y su chofer*.

(...)

**Inf.** ... y no con *esta puesta de... Brecht que es lo más importante que personalmente yo he visto*. (BA – 43c, itálicos nossos, com exceção dos nomes das peças teatrais)

### (g) Sintetizador de sintagma nominal

Foram considerados como sintetizadores nominais os casos em que a expressão demonstrativa retoma um ou mais sintagmas nominais sem estabelecer com ele algum tipo de relação semântica como de hiperonímia.

(29) **Inf.** (...) toces para que *las investigaciones* no se pierdan, y tampoco *las clases que se dictaron*, se vuelca *todo eso* al papel, se le da forma de libro, y entonces es así como mucho salen publicados. (LI – 201h, itálicos nossos)

## 3.7. Natureza do modificador

Dentro da classificação das anáforas claras, também é possível estabelecer a relação entre os modificadores dos fóricos e seus referentes.

Apresentamos a seguir as categorias consideradas:

(a) **Reiterado**

São considerados como reiterados, os casos em que os modificadores do antecedente e da expressão demonstrativa coincidem. Entretanto, dentro dessa classificação foi estabelecida uma gradação na forma como essa reiteração ocorre.

(a1) **Total**

Nessa categoria estão os casos em que houve repetição total dos modificadores do antecedente e da expressão demonstrativa.

- (30) **Inf.** ... yo le diría lo siguiente: evidentemente... eh... necesito... me gusta tener *una porción determinada de bienes materiales...* esté... para obtener *esa porción determinada de bienes materiales* tengo que m... entregar gran parte de mi tiempo a m... trabajar en algo particular ya sea profesional, comercial, etcétera. (BA – 37c, itálicos nossos)

(a2) **Vazio**

Foram classificados assim os casos em que não havia modificadores nem no antecedente nem na expressão demonstrativa.

- (31) **Inf.** Bueno – no se imagina – además, en un barrio humilde como el que yo vivía en aquel momento, me había... esté... después de que estuvimos hasta los seis o siete años acá en... justo en – la capital – fuimos a *Lanús*. Bueno, en *ese barrio* cuando supieron que yo terminaba la escuela primaria y me iba a dedicar a la pintura – como éramos todos muy amigos los vecinos y todo – (BA – 140d, itálicos nossos)

(a3) **Parcial**

Nesses casos, o modificador presente no referente aparecia em parte na expressão demonstrativa.

- (32) **Inf.** (...) Las pampas así naturales, *la pampa húmeda, natural...* este... es algo tangible, real, que existe... este... y entonces es lógico que en *esa pampa húmeda* se críe más fácilmente y a menores costos que en cualquier país europeo... (BA – 129c, itálicos nossos)

**(b) Diferente**

Nessa categoria, estão os usos em que há modificador presente seja no antecedente, na expressão demonstrativa ou em ambos, mas o modificador utilizado não coincide.

**(b1) Pleno**

Considerou-se modificador pleno a situação em que tanto antecedente quanto expressão demonstrativa vinham com modificadores, sendo esses diferentes entre si.

- (33) **Inf.** ... se sabe que se cultiva una gran variedad y que... no sólo se cultiva una gran variedad sino que constantemente en la chacra de los campesinos atradicionales, hay un proceso, constante de selección, e... *deciertas variedades que son favorables, para, parel campesino*, debido digamos asú, e... resistencia a las heladas y al frío. Su precocidá e... su sabor, textura, decir una serie de características, y que los campesinos mantienen *estas variedades, que constituyen, un aporte invaluable, digamos, en su dieta.* (LI – 33d, itálicos nossos)

**(b2) Pleno > vazio**

Essa categoria engloba os casos em que o antecedente apresenta modificador e a expressão demonstrativa não.

- (34) **Inf.** ... que eran a cada lado del pasillo, eran *dos literas superpuestas con una cortina*. Y entonces los chicos dormíamos generalmente en *esas literas* y los grandes dormían en las cabinas. (BA – 203e) (itálicos nossos)

**(b3) Vazio > pleno**

Trata-se dos casos em que o antecedente não possui modificador e a expressão demonstrativa sim.

- (35) **Inf.** ... Empieza, la primera parte lo del perro y la salida, que todo el mundo sabemos de memoria, después va a otra cosa sobre *niveles* y después va a sicoterapia. Cuando llega a sicoterapia – hace un sicoanálisis vergonzante – y recortado – que no es ni sicoanálisis ni es nada – pero – entre *todos esos niveles* ellos no encuentran la manera de – hacer un pasaje (BA – 220b, itálicos nossos)

### 3.8. Número do núcleo

Nessa categoria analisou-se o número – singular e plural – do antecedente e da expressão demonstrativa.

#### (a) Igual

Considerado quando antecedente e expressão demonstrativa apresentam o mesmo número, havendo duas possibilidades, ambos em singular ou ambos em plural.

##### (a1) Singular

- (36) **Inf.** (...) Ella era más vale mala – la... la alemana, y tenía *una chica* que era pero divina, divina, chiquita, tendría seis o siete años, mala, que *esa chica* debe haber sido la perversidad con pollera. (BA – 200d, itálicos nossos)

##### (a2) Plural

- (37) **Inf.** (...) Este... cuando uno piensa que se juegan *millones de pesos* por... por reunión... este... y que *esos millones de pesos* saldrán en parte... este... de gente que los tiene y que lo hace por una distracción... (BA – 124i, itálicos nossos)

#### (b) Diferente

Categoria em que o número do antecedente e da expressão demonstrativa não coincide.

##### (b1) Singular > plural

Casos em que o antecedente estava em singular e a expressão demonstrativa em plural.

- (38) **Inf.** (...) Es decir que – en un solo animal se están moviendo cuarenta y dos o sesenta millones de pesos – y eso incluye lógicamente un riesgo mayor – pero tiene su atractivo – no sé si por el riesgo en sí o por el hecho de ver *un animal que vale tanto dinero*. Cómo pueden llegar *esos animales* a valer tanto es una larga historia... (BA – 123g, itálicos nossos)

**(b2) Plural > singular**

Casos em que o antecedente estava em plural e a expressão demonstrativa em singular.

- (39) **Inf.** (...) Y... y junto con la guitarrista tiene un álbum, así de... de *esos métodos* que aprende a tocar de oído. Bueno, yo algo de música... así de armonía conozco, ¿no? Entonces, había unas letras y estaban los acordes. Decía: “Tónica, dominante...” Qué sé yo. Es decir, traté de descifrar las claves que... *ese método* tenía, y cantaba unos tangos... (BA- 23e) (itálicos nossos)

**(b3) Singular > neutro**

Casos em que o demonstrativo era neutro, sendo portanto invariável.

- (40) **Inf.** (...) Después, de este bachillerato uno se saca el título profesional de ingeniero ¿no? Y ques *la, tesis de grado que le llaman* ¿no? (Sí) E... *con esta ques ya un trabajo práctico*, (ya) (LI – 75d, itálicos nossos)

**3.9. Relação não-substantiva – Adjetival**

As categorias apresentadas anteriormente se aplicam ao maior número de casos de anáforas claras, que são as que apresentam uma relação substantiva entre antecedente e expressão demonstrativa. No entanto, há a ocorrência de um tipo de relação não-substantiva, que denominamos de adjetival, uma vez que o antecedente é um adjetivo, que é retomado pela expressão demonstrativa.

- (41) **Inf.** Muy pocas, muy limitadas no, incluso e... los que más se quedan ahí ya por obligación por estudio son *arqueólogos*, gente que se dedica a *esta* especialidá, pero así el turismo en generá no, no se queda nel hotel. (LI – 56a, itálicos nossos)

**3.10. Anáforas escuras: relação formal entre referente e fórico**

No caso das anáforas escuras é possível estabelecer critérios para caracterizar a relação entre o fórico e o provável referente. Dessa maneira, foram criadas algumas categorias nesse sentido para descrevermos esse tipo de relação.

(a) **Referente implícito**

Foram considerados como casos de referente implícito aqueles em que o elemento introduzido na expressão demonstrativa não é mencionado de maneira direta no discurso, mas é desencadeado por um elemento linguístico presente nesse que ativa o seu conhecimento para locutor e interlocutor.

- (42) **Inf.** Bueno, una *película* que, por ejemplo, me... me gustó fue *Los monstruos*, italiana, muy ágil; porque además me aburren mucho *esos diálogos* – *pesados* y todo eso me aburre demasiado. (BA – 21h, itálicos nossos, com exceção do nome do filme)

(b) **Sintetizador de orações**

O caso do sintetizador de orações engloba desde casos mais simples com orações referentes evidentes e delimitáveis até casos bastante complexos em que o referente não se encontra em um único bloco ou que não é nem mesmo facilmente compreensível.

- (43) **Inf.** (...) hay que com, hay que mirarse un espicio y ver *a qué clase pertenece uno, a qué raza pertenece uno* pue también es importante *eso* (LI – 49f, itálicos nossos)

(c) **Sintetizador amplificante**

Tratam-se dos casos de sintetizadores que se referem a algo mencionado ou a mencionar pelo falante, mas que deixam claro que ele está englobando outros aspectos que são do conhecimento também do interlocutor, mas que não serão, por algum motivo, mencionados explicitamente.

- (44) **Inf.** (...) Y un churrasco ya costaba pues, acá en Lima por lo menos doscientos oles, ya costaba, al menos en *el Rincón Gaucho*, en *esositios*, valía así... (LI – 47c) (itálicos nossos)

### 3.11. Dêixis textual

É chamado de dêixis textual o caso em que a endófora – anáfora ou catáfora – diz respeito à ordenação do discurso mais do que em relação ao conteúdo do discurso em si.

- (45) **Inf.** Bueno, el [sic] Colón voy menos, porque la música no es lo que más me atrae, sinceramente, salvo dos... esté... géneros: *el tango* y *el folclore*...

**Enc.** Ah, qué bien.

**Inf.** -... y en *este orden*. (BA – 43e, itálicos nossos)

#### 4. *Participantes do ato de fala*

Foi feita a identificação em cada ocorrência a respeito de a qual participante do ato de fala o antecedente ou conseqüente da expressão demonstrativa se refere – locutor ou interlocutor -, uma vez que esse é um aspecto que historicamente parece interferir na escolha do falante a respeito do uso de F1 ou F2.

(a) **Locutor**

(b) **Interlocutor**

(c) **Locutor e interlocutor**

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRENECHEA, A. M. *El habla culta de la ciudad de Buenos Aires: materiales para su estudio*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Buenos Aires, 1987. 2 tomos.

BLANCH, J. M. L. *El estudio del español hablado culto: historia de un proyecto*. México D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

CÂMARA JR. J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMBRAIA, C. N. Demonstrativos na România Nova: português brasileiro x espanhol mexicano (dados de diálogos entre informante e documentador). *Caligrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 7-34, 2009.

\_\_\_\_\_. *Assimetrias românicas: sistemas de demonstrativos (português do Brasil x espanhol do México) [fase I]*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012. (Relatório final de pesquisa de Bolsa de Produtividade do CNPq, 2009-2012)

\_\_\_\_\_; BIANCHET, S. M. G. Caleidoscópio latino-românico: demonstrativos. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 35, p. 15-36, 2008.

CARAVEDO, R. *El español de Lima: materiales para el estudio del habla culta*. Peru: Pontificia Universidad Católica del Peru Fondo Editorial, 1989.

CARBONERO CANO, P. *Deixis espacial y temporal en el sistema lingüístico*. Espanha: Universidad de Sevilla, 1979.

CHARAUDEAU, P. *Cours de linguistique*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1970. p. 47-55 (Les démonstratifs: description sémantique de quelques systèmes grammaticaux de l'espagnol actuel).

\_\_\_\_\_. Le système des démonstratifs en espagnol. *Les Langues Modernes*, Paris, n. 65, p. 95-102, 1971]

CID, O.; COSTA, M. C.; OLIVEIRA, C. T. *Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro. Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 5, p. 195-208, 1986.

COLANTONI, Laura. Los demostrativos en el español de la Argentina: de los usos prototípicos a los gramaticalizados. El caso de "este" y "eso". *Español Actual*, Madrid, n. 74, p. 71-82, 2000.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CUNHA, F. C. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.) *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2010.

DIESSEL, H. *Demonstratives: form, function and grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1999.

DIK, C. S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht / Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989.

EGUREN, L. J. Pronombres y adverbios demostrativos: las relaciones deícticas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*: primera parte: sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: Jon Benjamins, 2001, 2 v.

GOMÉZ TORREGO, L. *Gramática didáctica del español*. 9. ed. Madrid: Ediciones SM, 2007.

GONZÁLEZ ÁLVAREZ, E. A. del S. C. de J. *Usos de los demostrativos en las hablas culta y popular de la ciudad de México*. México: Universi-

dad Nacional Autónoma de México, 2006. (Master en Letras: Lingüística Hispánica)

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HEINE, B.; REH, M. *Grammatical categories in African languages*. Hamburgo: Helmut Buske, 1984.

HEINE, B. et al. From cognition to grammar – Evidence from African languages. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, v. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991, p. 149-187.

HIMMELMANN, N. P. Demonstrative in narrative discourse: a taxonomy of universal uses. In: FOX, Barbara. (Ed.). *Studies in anaphora*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 205-255.

KANY, C. E. *Sintaxis hispanoamericana*. 2. reimpr. Madrid: Gredos, 1994.

KOCK, J. de; GÓMEZ MOLINA, C. Los pronombres demostrativos en registros análogos y diferentes. In: KOCK, J. de; GÓMEZ MOLINA, C.; VERDONK, R. A. *Gramática española: enseñanza e investigación*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1992. Vol. II Gramática, 5. Los pronombres demostrativos y relativos. p. 9-90.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: internal factors*. Reprint. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 2001.

LAUSBERG, H. *Linguística românica*. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

LÁZARO CARRETER, F. *Dicionário de termos filológicos*. 3. ed. 7ª reimpr. Madrid: Gredos, 1987.

MARINE, T. de C. *O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele*. Araraquara: FCL/UNESP, 2004. (Dissertação, Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa).

MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español*. Madrid: Edelsa, 1995. Tomo I.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, 1984, p. 97-117.

REYES BENÍTEZ, I. Y. La deixis demostrativa en la lengua hablada de Madrid y de San Juan de Puerto Rico. In: HERNÁNDEZ ALONSO, C. et al. (Eds.) *El español de América*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1991. V. 1, p. 551-559.

SOLER ARECHALDE, M. Á. El uso de *este...* en el habla de la Ciudad de México. In: ESPINOZA, A. V. (Org.). *ACTAS DEL XIV CONGRESO INTERNACIONAL DE ALFAL* (Monterrey, 17-21 Octubre 2005), Santiago de Chile: ALFAL, 2006.

STRADIOTO, S. *Dêixis na România Nova: o lugar dos demonstrativos no português de Belo Horizonte e no espanhol da Cidade do México*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2012.

VIGARA TAUSTE, A. M. *Morfosintaxis del español coloquial*. Madrid: Gredos, 1992.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory in language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

**ESTUDO DO USO DOS VERBOS “ALUGAR” E “EMPRESTAR”**

Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFES)  
carmel\_msa@yahoo.com.br

**1. Introdução**

O estudo de verbos e, conseqüentemente, a transitividade verbal, há tempos, têm despertado o interesse de nossos grupos de pesquisas descritivas e aplicadas, desenvolvidas na Universidade Federal do Espírito Santo, sob a perspectiva linguística centrada no uso.

Neste trabalho, apresentamos algumas discussões e resultados obtidos nessas pesquisas. Nosso objetivo é descrever os verbos “alugar” e “emprestar”, a partir da classificação feita por Cano Aguilar (1981) para os verbos de posse, e seus argumentos no contexto efetivo de uso, considerando a noção de estrutura argumental (CROFT, 1991), algumas proposições da teoria de valência (BORBA, 1996), e as postulações de Thompson & Hopper (1980; 2001) sobre a transitividade. Para análise, selecionamos, via ferramenta *online* e também manualmente, textos que circulam na sociedade, a fim de observarmos o comportamento desses verbos, uma vez que, segundo a perspectiva centrada no uso, as discussões em torno da estrutura argumental não se podem limitar a exemplos fabricados, mas devem estar respaldadas em *corpora* da fala e da escrita cotidiana.

Uma revisão da literatura gramatical que versa sobre a transitividade evidencia as diferentes perspectivas classificatórias e conceituais que norteiam as abordagens tradicionais desse fenômeno. Nesse contexto, a transitividade permeia os estudos sintáticos, muitas vezes, deixando grandes dúvidas quanto à classificação de um verbo quanto à predicação. Em gramáticas da língua portuguesa, há registros de classificações várias e análises tão divergentes que dificultam a compreensão do fenômeno da transitividade, uma vez que se restringe, em geral, apenas ao critério sintático.

Desse modo, este trabalho se justifica na medida em que, ao analisar o verbo em funcionamento, no uso da língua, embora seja uma tarefa mais complexa do que sugerem as explicações tradicionais, é possível evidenciar as variadas e heterogêneas relações semânticas estabelecidas entre os complementos e o sujeito.

## 2. Os verbos de posse

Vilela (1992) afirma que a relação de posse se estabelece entre um indivíduo e um objeto que ele possui ou deseja possuir. Esse objeto é inanimado, salvo algumas exceções, por exemplo, *comprar escravo*.

Para o autor, entre os verbos de posse, existem:

- (1) verbos com significado puramente genérico tais como *receber*, *dar*, *ter* etc. em que apenas o contexto permite distinguir qual o tipo de posse implicado;
- (2) verbos com significado tão explícito quanto o tipo de posse como, por exemplo, *emprestar*, *vender* etc., que definem não só a relação de posse como a própria direção da mudança de posse.

Cano Aguilar (1981, p. 95), em sua análise semântica dos verbos transitivos, afirma que o conceito de posse inclui não só a ideia de que algo pertence a alguém, mas também a noção de se ter e deixar de ter algo ou ainda a ação em que uma entidade passa a ter ou deixa de possuir alguma coisa.

Embora o autor não discuta especificamente os verbos “alugar” e “emprestar”, podemos afirmar que eles apresentam características semelhantes aos verbos de posse, por exemplo, “comprar” e “vender”, em que o sujeito é sempre agente com fortes restrições seletivas, ou seja, o sujeito é sempre [+humano]. Em geral, esses verbos apresentam dois complementos: um objeto [+concreto] e outro [+humano].

Os verbos “alugar” e “emprestar”, diferentemente dos verbos de posse prototípicos, apresentam características de transferência de posse transitória.

## 3. A estrutura argumental e a teoria de valências

Nos estudos linguísticos, a estrutura argumental é entendida como se referindo à ideia de que os predicados são listados no léxico juntamente com seus *frames* que especificam a obrigatoriedade ou opcionalidade dos seus argumentos.

Thompson e Hopper (2001, p. 40) criticam o fato de as discussões empreendidas a respeito desse tema, em geral, serem baseadas em exemplos fabricados, em vez da utilização de *corpora* da fala normal diária. Os autores acrescentam que a noção de valência, definida por Croft

(1991, p. 99) como “relacionalmente inerente”, é extremamente relevante para as discussões relacionadas à estrutura argumental.

A noção de estrutura argumental está intimamente ligada à teoria de valência, uma vez que a análise valencial dos verbos considera principalmente o número de argumentos que cada verbo apresenta.

A valência é a relação entre o verbo e os constituintes obrigatórios na organização da oração. Nessa perspectiva, além dos complementos tradicionais (objetos), incluem-se os chamados complementos circunstanciais (de tempo, lugar etc.) e o próprio sujeito.

A teoria de valências funda-se no pressuposto de que o verbo é o elemento central da oração. Para Tesnière (1969), o princípio de centralidade do verbo justifica-se na medida em que é o verbo que determina a estrutura base da oração, tanto no nível morfossintático, quanto semântico. E é esse dinamismo que adquiriu a denominação de valência verbal, em que o verbo estabelece relações de dependência com os seus regentes, denominados actantes (sujeito: actante de primeiro grau; objeto direto: actante de segundo grau; objeto indireto: actante de terceiro grau).

Segundo Borba (1996, p. 75), a valência atinge diretamente os verbos que semanticamente têm significação lexical e que, sintaticamente, ocupam o núcleo do predicado do sintagma verbal e aplica-se também àquelas relações intrafrasais que, mesmo não fazendo parte da matriz valencial, elas são necessárias para que os fatos de valência sejam mais bem compreendidos.

#### **4. A transitividade da cláusula**

Na perspectiva linguística centrada no uso, as categorias não são estanques, independentes, mas são observadas e analisadas em um *continuum* que contempla diferentes aspectos, pois a estrutura reflete e é motivada pela função. No que se refere à transitividade verbal, a proposta é a de que esse fenômeno deve ser observado na cláusula inteira, pois as possibilidades de codificação dos verbos transitivos são modificadas por fatores de ordem pragmático-discursiva. Isto é, a transitividade não é concebida como uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos interdependentes, propostos por Hopper & Thompson (1980), e que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferen-

te da oração. Alteramos apenas a ordem como os parâmetros são apresentados, considerando a oração, o sujeito, o verbo e o objeto (TABELA 1).

Tabela 1: Parâmetros de transitividade

| Parâmetros                  | Transitividade alta              | Transitividade baixa |
|-----------------------------|----------------------------------|----------------------|
| Participantes               | dois ou mais participantes A e O | um participante      |
| polaridade da oração        | afirmativa                       | Negativa             |
| modalidade da oração        | <i>Realis</i>                    | <i>Irrealis</i>      |
| intencionalidade do sujeito | intencional                      | não intencional      |
| agentividade do sujeito     | Agentivo                         | não agentivo         |
| cinese                      | Ação                             | não ação             |
| aspecto do verbo            | Perfectivo                       | não perfectivo       |
| pontualidade do verbo       | Pontual                          | não pontual          |
| afetamento do objeto        | Afetado                          | não afetado          |
| indivuação do objeto        | indivuido                        | não indivuido        |

Fonte: Hopper e Thompson (1980).

Para identificação do componente “indivuação do objeto”, os autores apresentam algumas características a serem observadas.

| INDIVUIDADO           | NÃO-INDIVUIDADO |
|-----------------------|-----------------|
| Próprio               | Comum           |
| Humano, animado       | Não animado     |
| Concreto              | Abstrato        |
| Singular              | Plural          |
| Contável              | Massivo         |
| Referencial, definido | Não referencial |

Para Hopper e Thompson (1980), cada componente da transitividade envolve uma faceta diferente da efetividade ou intensidade com que a ação é transferida de um participante a outro e cada parâmetro contribui para a ordenação das cláusulas numa escala de transitividade.

Estes componentes covariam um com o outro, de língua para língua, o que sugere ser a transitividade uma propriedade central do uso da língua.

Ressaltamos que a proposta desses parâmetros foi feita a partir de análises em textos tipologicamente narrativos.

Considerando, que a base dos princípios que compõem esses parâmetros está relacionada ao evento causal prototípico, que é definido como um evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou de localização em um objeto, os nossos dados, embora apresentem uma diversidade tipológica, podem

ser analisados sob essa perspectiva.

Nesse sentido, nos valem das considerações de Albani (2007), ao afirmarmos que o grau de transitividade de uma cláusula reflete, em parte, a maneira como o falante ou escritor estrutura o discurso para atingir o propósito comunicativo e, além disso, a percepção das necessidades do interlocutor. Assim, para que haja uma comunicação satisfatória, cabe ao emissor orientar o receptor na maneira como organiza o discurso (ALBANI, 2007, p. 25).

Essa visão da transitividade só pode ser observada e analisada no contexto de uso, uma vez que é a função comunicativa desempenhada na estrutura oracional o foco principal. Sendo assim, esse fenômeno é uma codificação de forças pragmáticas, que se configura na trajetória *discurso* > *texto*.

## 5. Metodologia e análise do corpus

### 5.1. Verbo ALUGAR

#### Exemplo 1

**Luxo: Brad Pitt e Angelina Jolie alugaram um trem inteiro**

19 de agosto de 2011

Seguinte: **Brad Pitt** e **Angelina Jolie** alugaram um trem inteirinho para ir com a família de **Londres** até **Glasgow, Escócia**.

De acordo com o *Daily Mirror*, o ator, que está gravando o filme *World War Z* na cidade escocesa, contratou a locomotiva para realizar um sonho dos seus filhos.

*Bonitinho, não é mesmo?*

<http://wp.clicrbs.com.br/n9ve/2011/08/19/luxo-brad-pitt-e-angelina-jolie-alugaram-um-trem-inteiro/>

Nesta ocorrência, o verbo “alugaram”, com o sentido de “tomar em aluguel”, seleciona um sujeito agente, “Brad Pitt e Angelina Jolie”, e um complemento [+conc], “um trem inteiro”. A estrutura argumental de “alugaram” compõe-se de dois argumentos, o de primeiro e o de segundo graus, respectivamente, sujeito e objeto.

Na estrutura argumental, a matriz do verbo “alugaram” é a seguinte:

**X ALUGARAM Y**

**X** = Sujeito [+hum]; papel temático: agente

**Alugaram** = ação-processo (sentido “tomar em aluguel”)

**Y** = complemento: Obj. direto [+hum]

Quanto à transitividade, a cláusula apresenta 9 dos 10 parâmetros: participantes, sujeito agente e intencional, verbo de ação e perfectivo, oração afirmativa e *realis*, objeto afetado e individuado, o que significa uma alta transitividade.

### Exemplo 2

#### **ALUGO SUÍTE EM ITAPARICA**

VALOR R\$ 390,00 QUARTOS COM BANHEIRO, TV E VENTILADOR DE TETO E ARMÁRIO. COM LUZ E CONDOMÍNIO INCLUSOS. COZINHA COLETIVA E LOCAL PARA LAVAR ROUPA. INTERNET SEM FIO (R\$ 10,00 mês). ANTIGA POUSSADA...

**R\$ 390,00**

<http://www.folhavoria.com.br/classificados>

### Exemplo 3

#### **ALUGO CASA DE PRAIA NA BARRA DO SAHY PARA TEMPORADA**

PASSE O FIM DE SEMANA COM A FAMÍLIA OU AMIGOS COM CONFORTO E SEGURANÇA EM UM DOS BALNEÁRIOS MAIS BONITOS DO LITORAL MORTE CAPIXABA. ALUGAMOS CASA DE PRAIA NA BARRA DO SAHY EM ARACRUZ PARA TEMPORADA D...

<http://www.folhavoria.com.br/classificados>

Nos exemplos 2 e 3, o verbo “alugo”, também apresenta o sentido de “ceder temporariamente mediante pagamento”, selecionando um sujeito agente elíptico (“Eu”), recuperável pela desinência verbal, e dois complementos [+conc], “suíte” e “casa de praia”, respectivamente. A estrutura argumental de “alugo” compõe-se de dois argumentos, o de primeiro e o de segundo grau, respectivamente, sujeito e objeto.

Na estrutura argumental, a matriz do verbo “alugo” é a seguinte:

#### **X ALUGO Y**

**X** = Sujeito [+hum]; papel temático: agente

**Alugo** = ação-processo (sentido “ceder temporariamente mediante pagamento”)

**Y** = complemento: Obj. direto [+conc]

Em relação à transitividade, ambas as cláusulas apresentam 8 dos 10 parâmetros: participantes, sujeito agente e intencional, verbo de ação, oração afirmativa e *realis*, objeto afetado e individuado, o que significa uma alta transitividade.

## 5.2. Verbo EMPRESTAR

### Exemplo 4

Fiz uma parceria com o conselho de desenvolvimento urbano do estado e *eles* me *emprestaram* um caminhão e alguns funcionários.

[https://www.google.com.br/search?q=eles+emprestaram&ie=utf-8&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&gws\\_rd=cr](https://www.google.com.br/search?q=eles+emprestaram&ie=utf-8&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&gws_rd=cr)

Neste exemplo 4, o verbo “emprestaram”, com o sentido de “ceder provisoriamente”, seleciona um sujeito agente, “eles (conselho de desenvolvimento urbano do estado)”, e dois complementos, um [+conc], “um caminhão” e outro [+hum], “alguns funcionários”. A estrutura argumental de “emprestaram” compõe-se de três argumentos, o de primeiro, o de segundo e o de terceiro graus, respectivamente, sujeito, objeto direto e objeto indireto.

Na estrutura argumental, a matriz do verbo “emprestaram” é a seguinte:

#### X EMPRESTARAM Y A Z

X = Sujeito [+hum]; papel temático: agente

**Emprestaram** = ação-processo (sentido “ceder provisoriamente”)

Y = complemento: Obj. direto [+conc]

Z = complemento – Obj. indireto [+hum]

Quanto à transitividade, a cláusula apresenta 9 dos 10 parâmetros: participantes, sujeito agente e intencional, verbo de ação e perfectivo, oração afirmativa e *realis*, objeto afetado e individuado, o que significa uma alta transitividade.

### Exemplo 5

#### NOTÍCIA ONLINE

03/08/2011 12h33 – Atualizado em 03/08/2011 12h45

#### **Emprestei bermuda', diz repórter que flagrou homem de calcinha em MS**

**No domingo (31), homem andava com duas calcinhas em Maracaju.**

**Polícia Civil registrou o caso como ato obsceno.**

O homem de 28 anos flagrado pela polícia usando apenas duas calcinhas na madrugada do último domingo (31) pelas ruas de Maracaju, cidade a 170 quilômetros de Campo Grande, não foi mais localizado em sua residência desde o dia seguinte ao flagrante, segundo o delegado de polícia João Paulo Sartori.

O procedimento policial já foi encerrado e encaminhado ao fórum de Maracaju, onde deve ser recebido pela autoridade judicial. O Ministério Público pode oferecer denúncia contra o homem por ato obsceno ou pedir mais informações.

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/08/emprestei-uma-bermuda-diz-reporter-que-flagrou-homem-seminu-em-ms.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2013

O jornalista Roberto Jorge Guimaro, que cobriu a ação policial, contou ao **G1** que se sensibilizou com a história e até emprestou uma peça do seu vestuário. "O rapaz foi levado

para a delegacia naquela situação, e eu fui até minha casa pegar uma bermuda e emprestar para ele”, diz.

Na ocorrência 5, o verbo “emprestou”, com o sentido de “ceder provisoriamente”, seleciona um sujeito agente, “repórter”, e dois complementos, um [+conc], “bermuda” e outro [+hum], “homem”. A estrutura argumental de “empresta” compõe-se de três argumentos, o de primeiro, o de segundo e o de terceiro grau, respectivamente, sujeito, objeto direto e objeto indireto.

Na estrutura argumental, a matriz do verbo “emprestei” é a seguinte:

|  |
|--|
| <b>X EMPRESTA Y A Z</b><br><b>X</b> = Sujeito [+hum]; papel temático: agente<br><b>Empresta</b> = ação-processo (sentido “ceder provisoriamente”)<br><b>Y</b> = complemento: Obj. direto [+conc]<br><b>Z</b> = complemento: Obj. indireto [+hum] |
|--|

Quanto à transitividade, a cláusula apresenta 9 dos 10 parâmetros: participantes, sujeito agente e intencional, verbo de ação e perfectivo, oração afirmativa e *realis*, objeto afetado e individuado, o que significa uma alta transitividade.

## 6. *Conclusões preliminares*

Neste artigo, observamos o fenômeno da transitividade a partir da análise dos verbos de posse “alugar” e “emprestar”. Estes apresentam uma noção de transferências de posse provisória.

Observamos que nos exemplos analisados os verbos “alugar” e “emprestar” apresentam características argumentais semelhantes no que se refere à seleção de sujeito agente e objeto concreto.

No que se refere à transitividade nos moldes funcionais, as cláusulas que ocorrem com ambos os verbos apresentam transitividade alta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANI, F. V. L. *Ordenação do advérbio sempre no português arcaico e no contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Linguística na UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Pau-

lo: Ática, 1996.

CANO AGUILAR, Rafael. *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos, 1981.

CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*, vol. 56, n. 2, 1980.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Nlincksiek, 1969.

## **GRAMÁTICA HISTÓRICA E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

*José Pereira da Silva* (UERJ)  
[pereira@filologia.org.br](mailto:pereira@filologia.org.br)

### ***1. Apresentação e síntese do minicurso***

Nesta oficina, pretende-se demonstrar que a gramática histórica não é coisa distante no tempo nem no espaço, mas contínua e persistente, tanto geográfica quanto cronologicamente.

Relembrados de que a história não parou e que a língua só existe enquanto, quando e onde houver uma comunidade de usuários que se comuniquem por ela, os brasileiros estão sendo conscientizados de que o português brasileiro existe e tem evolução própria, assim como a língua de qualquer comunidade (país, nação, categoria profissional ou nível sociocultural), com as peculiaridades que lhe são próprias.

Neste momento, em que a diacronia linguística está mais valorizada e se toma consciência de sua importância, outras especialidades pertinentes, como a crítica textual (preparando textos fidedignos para documentação de fases anteriores da língua) e a sociolinguística (orientando a política linguística e pedagógica), desenvolvem novas reflexões e atividades.

Essa contribuição múltipla está sendo utilizada no preparo de manuais didáticos para auxiliar os professores já formados quando essa realidade linguístico-pedagógica começou a tomar corpo entre nós. Rosa Virgínia, Ataliba de Castilho e Marcos Bagno, assim como Rosa Borges e Rita Queiroz, além de muitos outros dedicados pesquisadores, vêm mudando a realidade do ensino e dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil, mostrando com reflexões e com documentos, o quanto e como a língua muda com o tempo.

O grupo da geolinguística, com líderes regionais em diversos pontos do país, em torno do projeto do Atlas Linguístico do Brasil (com Suzana Alice Marcelino e Jacyra Andrade Mota), vem mostrando a variação linguística com eficiência exemplar, apesar das dificuldades atinentes ao método, completando este quadro dos estudos da diacronia da língua portuguesa nessas localidades.

A evolução da língua continua, aqui e agora, como existiu no passado e continuará no futuro.

## 2. *História interna (ou gramática histórica) e história externa*

Na tradução de Mário Eduardo Viaro do livro *O Português Brasileiro: Formação e Contrastes*, Volker Noll atribui a Saussure a distinção que hoje se faz entre “os elementos internos e os elementos externos da língua, o que reflete também o fato de os idiomas possuírem uma história interna e uma história externa”, lembrando que é a história interna que “afeta o sistema e as mudanças desse sistema”, enquanto a história externa trata dos “eventos históricos e sociológicos suscetíveis de influírem na evolução da língua”. (NOLL, 2008, p. 261).

## 3. *O dialeto brasileiro*

Além de haver grande parte de fatos linguísticos conservadores no português brasileiro que já se modificaram no português europeu, vale destacar aqui (porque estamos tratando de evolução e mudança) o que nos apontou em seu artigo “Mudança fônica no português brasileiro: Introdução”, o professor Dermeval da Hora (2010, p. 39):

São [aspectos] inovadores a realização exclusiva de vogais médias fechadas /e/ e /o/ antes de nasal, quando tônicas (*vênia*, *Antônio*); a elevação e até mesmo redução do /e/ em clíticos (*me*, *te*, *se*, *de*), a vocalização da lateral em final de sílaba (*anel*, *filtro*), a ditongação em sequências v/S/ (*mesmo*, *luz*, *atrás*, *três*, *pés*), a epêntese em certos grupos consonantais (*rit[i]mo*, *ab[i]sorver*), a palatalização das oclusivas alveolares antes de /i/ (*sentir*, *pedir*), a posteriorização ou até mesmo apagamento da vibrante pós-vocálica (*fazer*, *pegar*, *doutor*). [Volker] Noll (2008, [p. 75-76]) acrescenta a esse quadro a vocalização da lateral palatal (*folha* > *foia*, *mulher* > *muier*) e a assimilação total do /d/ após /N/ (*fazendo* > *fazeno*), traços populares do português brasileiro.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Para iniciar o estudo gramatical sistemático do português brasileiro atual, sugerimos a leitura dos livros de Mário Alberto Perini (*Gramático do português brasileiro*), Ataliba Teixeira de Castilho (*Nova gramática do português brasileiro*) e Ataliba Teixeira de Castilho e Vanda Maria Elias (*Pequena gramática do português brasileiro*).

Do ponto de vista contrastivo, algumas obras devem ser vistas para maior aprofundamento do estudo da língua portuguesa, entre as quais apontam-se as seguintes: de Volker Noll, traduzido por Mário Eduardo Viaro (*O português brasileiro: formação e contrastes*), de Clóvis Monteiro (*Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma*), de José Jorge Paranhos da Silva (*O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*) e o de Cândido Jucá filho (*Lin-*

No livro *Ensaio de Sócio-História do Português Brasileiro*, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004a, p. 44) lembra que é por motivação interna que se desenvolvem atualmente os estudos histórico-diacrônicos no Brasil, a questão do “português brasileiro, língua oficial majoritária de nosso país”.

Fazem-se, nos tempos que correm no Brasil, estudos histórico-diacrônicos com várias orientações: na direção da sócio-história ou história social; da criolística; da sociolinguística no chamado *tempo real*; da sintaxe diacrônica gerativista; das fonologias não-lineares; do descritivismo interpretativo, necessário como organizador de dados do passado e essencial para análises teóricas subsequentes, e continua a fazer-se crítica textual de documentos do passado, base também necessária como fonte para a recolha de dados confiáveis para estudos histórico-diacrônicos. (*Idem, ibidem*)

Nos seus *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, livro concluído nos seus últimos dias de vida e publicado postumamente, Sílvio Elia deixou registrado que, apesar de não terem produzido os resultados esperados, as reivindicações de um estudo aprofundado do português brasileiro não são recentes:

A língua, produto coletivo, teria, pois, suas raízes na alma popular ou nacional. José de Alencar chegou a perguntar retoricamente: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?” (no prefácio a *Sonhos d’Ouro*, 1872). E em 1888 escrevia Macedo Soares no prólogo do seu então incompleto *Dicionário Brasileiro*: “Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”. (ELIA, 2003, p. 14)

E é importante levarmos em conta as palavras encorajadoras de Ataliba Teixeira de Castilho, em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, lembrando-nos de que

A crescente importância do Brasil no cenário internacional mostra claramente que chegou a hora e a vez do português brasileiro. Chegou a hora, também, para que se trace uma vigorosa política linguística para o português brasileiro, ancorada em sua continuada documentação e análise, no estudo de sua história, na melhoria de seu ensino como língua materna e numa grande cruzada em favor da difusão do português brasileiro como língua estrangeira, em que Portugal tem reinado soberano com seu Instituto Camões. A hora é esta. Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua. (CASTILHO, 2010, p. 194)

---

*gua nacional*: As diferenciações entre o português de Portugal e o do Brasil autorizam a existência de um ramo dialetal do português peninsular?) entre outros.

#### 4. A romanização da Península Ibérica

Falando da variação como força centrífuga na evolução linguística, Marcos Bagno, em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, lembra que

O poder nivelador da escolarização provoca em muitas pessoas a substituição de usos linguísticos mais estigmatizados por outros que não sofrem discriminação por parte das camadas mais letradas da população. Com isso, as pessoas que receberam educação formal e têm origem em camadas sociais desfavorecidas apresentam modos de falar diferentes dos de seus pais e demais familiares analfabetos ou semianalfabetos. Embora exista, da parte de muitos linguistas e educadores, a persistente declaração de que a escola não deve ‘substituir’ um modo de falar por outro, essa substituição ocorre naturalmente da vontade do indivíduo que, ao se ver discriminado (junto com sua comunidade) por seu modo de falar, procura fugir dessa ameaça sociocultural se apropriando das variantes linguísticas de prestígio. (BAGNO, 2011, p. 129)

Essas e outras causas fizeram tão rápida difusão da fala e da civilização romanas na Península Ibérica que, já no século I da nossa era, segundo o testemunho de Estrabão, geógrafo grego que viajou a bacia do Mediterrâneo, “os turdetanos [povo do interior da Península Ibérica] e os ribeirinhos do Bétis [rio que hoje se denomina Guadalquivir] adotaram de todo os costumes romanos e até já nem se lembram de sua própria língua.” (ESTRABÃO, *apud* SILVA, 2010, p. 20-21)

Na *Gramática Pedagógica* de Bagno, podemos ler que

A mudança linguística é um fenômeno complexo que sempre tem desafiado os estudiosos. A primeira reação foi a que comparava a mudança a “ruína” e a “corrupção” da língua. Essa atitude permanece muito enraizada até hoje na maioria das sociedades. Mas já faz um bom tempo que a pesquisa científica acerca da mudança linguística abandonou essas concepções e tem oferecido respostas mais racionais e interessantes para a pergunta sobre como e por que as línguas mudam. (BAGNO, 2011, 123)

Com o que já sabemos até o momento, é possível dizer que *a mudança linguística é um processo social e cognitivo*. Isto significa que dela participam fatores *socioculturais*, decorrentes das dinâmicas de interação dos indivíduos e das populações de uma dada comunidade, e fatores *sociocognitivos*, derivados do funcionamento do nosso cérebro quando processamos a língua que falamos (e fazemos isso a cada segundo), processamento que implica não só o indivíduo, como também os demais com quem ele interage. (BAGNO, 2011, 123-124)

Era apenas uma única língua latina, mas havia o *latim literário*, escrito, cheio de variações estilísticas; e o *latim vulgar*, falado, com vida própria, livre dos princípios rígidos de fonética, morfologia e sintaxe. É essa língua falada que foi se tornando cada vez mais rica e complexa,

com as influências recebidas das novas conquistas do Império.

Se uma comunidade é constrangida a falar outra língua diferente da sua, o contato dessas duas línguas provocará mudanças principalmente na segunda língua, devidas à exposição mais ou menos intensa a ela, implicando em uma aprendizagem com maior ou menor grau de proficiência. “O tipo de constrangimento que leva uma população a tentar se apoderar de uma língua diferente também incide nos processos de mudança”. (BAGNO, 2011, p. 123)

Vale a pena acrescentar aqui uma lição de José Carlos de Azeredo em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, quando ensina que

... no papel de meios correntes de expressão e de comunicação, todas as variedades de uma língua são dotadas de estrutura complexa em qualquer fase de sua existência histórica, funcionalmente adequadas aos objetivos interacionais de seus usuários, e permanentemente adaptáveis às novas necessidades de expressão da comunidade.

A mudança na língua é causada por fatores diversos, mas é certo que nenhum deles opera independentemente e que, para que atuem e produzam seus efeitos, é indispensável uma condição: que a língua esteja em uso e integrada no cotidiano dos que a falam. Uma língua não muda ‘de vez em quando’, mas continuamente. Algumas mudanças podem ser notadas em curtos períodos, como o surgimento de certas palavras e o desuso de outras; mas mudanças coletivas de pronúncia e de construções gramaticais são bem mais lentas e praticamente imperceptíveis ao longo da vida de uma pessoa. (AZEREDO, 2008, p. 61)

##### **5. O galego-português e a fixação do português moderno**

A língua usada em Portugal no período arcaico ainda não é o português propriamente dito, mas o *galego-português*, cujo domínio se estendeu da Galiza ao Algarve. Posteriormente, as diferenças dialetais foram-se acentuando e as duas línguas ganharam formas próprias, até que no começo do século XVI, com a publicação das duas primeiras gramáticas e com a publicação de *Os Lusíadas*, o português adquiriu as linhas definitivas. (SILVA, 2010, p. 32)

No tópico sobre *diacronia na sincronia*, Marcos Bagno lembra que a língua evolui diferentemente em cada comunidade e que essas diferenças dependem da história de cada uma delas. Por isto é previsível que em certas comunidades “as pessoas falem de um modo que se distancia grandemente das variedades urbanas e que empreguem palavras e expressões antigas que já não são empregadas pelos falantes urbanos, além

de também usarem formas novas, desconhecidas das demais comunidades”. (BAGNO, 2011, p. 121)

## **6. Fontes de estudo da língua falada em passado remoto**

Até mesmo de passado relativamente recente, é impossível o acesso a documentação sonora de uma língua, porque os processos de registro sonoros surgiram no final do século XIX. Por isto, os diálogos do teatro romano, por exemplo, constituem fonte inestimável para o estudo das tendências do latim falado. Imitando a fala do povo, assim como ocorria no passado, certos autores procuram reproduzir a língua falada de sertanejos, imigrantes e de pessoas incultas, em revistas, comédias ou em farças.

As mudanças linguísticas ocorrem, naturalmente, entre as gerações de falantes, mas também se processa através da variação entre as classes sociais. Normalmente, uma forma inovadora emerge na fala dos indivíduos das classes mais baixas da sociedade e vai subindo na escala social até ser incorporada pelos falantes das camadas mais altas.

Essas mudanças linguísticas só se completam quando se instalam nas camadas mais altas da comunidade, momento em que a inovação passa a ser a forma de prestígio e a forma antiga é que começa a ser desprestigiada.

É muito comum que a forma inovadora, quando ainda está restrita aos falantes de menor prestígio social, sofra uma avaliação negativa por parte dos grupos socioeconômicos dominantes. Quando essa *avaliação* deixa de ser negativa, é porque parou de ser condenada como “erro” e se tornou plenamente aceita (BAGNO, 2011, p. 132)

## **7. Tendência para o uso das formas perifrásticas**

A tendência para o uso das formas perifrásticas correspondia ao desejo de expressar de modo claro as relações que a língua clássica exprimia muito concisamente por meio de sínteses gramaticais. (SILVA, 2010, p. 44)

Isto continua na língua portuguesa, como em outras línguas românicas e não românicas, como o francês e o inglês. Por isto é que as formas sintéticas, marcadas pela flexão, começam a ser substituídas pelas formas analíticas, em que as categorias de número e pessoa passam a ser

marcadas pelos pronomes pessoais. Exemplos: falavam > eles falava, falamos > nós fala ou a gente fala.

## 8. Alterações fonéticas ou metaplasmos

Seja qual for o metaplasmo, sempre se deve ter em conta que a transformação que se verifica em um fonema é:

a) *inconsciente* e, portanto, não é efetuada deliberadamente. Por exemplo, quando alguém, entre nós, diz *ocê*, em lugar de *você*, não deliberou suprimir o fonema inicial do pronome e nem perceberá que o faz.

b) *gradual*, resultando de uma série de transformações sucessivas e, às vezes, muito lentas. Por exemplo, esse referido pronome *você* resulta da transformação de *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *vossê* e, finalmente, *você*, que já está se modificando para *ocê* e *cê*, na língua oral e oralizada.

### 8.1. Apócope

Apócope é o desaparecimento de fonema no final da palavra. Note-se que algumas apócopies são encontradas apenas em expressões estereotipadas.

No Brasil, o tratamento dado ao [r] de final de palavra se faz preferentemente por *apócope*, isto é, por queda da consoante: [kã'ta], [be'be], [su'bi], [profe'so] etc. Uma vez que a alternância da sílaba tônica (junto, em alguns casos, com a alternância de vogal alta e vogal baixa) já permite distinguir o infinitivo do verbo conjugado, o [r] pode ser dispensado para a identificação do infinitivo. Compare: presente ['abri] – infinitivo [a'bri], presente ['fala] – infinitivo [fa'la], presente ['kãta] – infinitivo [kã'ta], presente ['ovi] – infinitivo [o'vi], presente ['sabi] – infinitivo [sa'be], presente ['vivi] – infinitivo [vi've]". (Cf. BAGNO, 2011, p. 148-149, transcrito com adaptação).

Mário Alberto Perini, tratando da apócope do /R/ final também lembra que quando ele é “parte de uma forma verbal, é normalmente omitido, de maneira que *partir* e *parti* se pronunciam da mesma maneira”, acrescentando que

Essa omissão não é característica da fala “inculta”, mas é universal no Brasil, em todas as regiões e todas as classes sociais. O r final só é pronuncia-

do em falas muito formais (como em um discurso em público), ou quando citando diretamente a palavra, como em *o verbo amar*.

Quando não pertence a uma forma verbal, o *r* final no Sul e Sudeste é pronunciado, mas no Nordeste é geralmente omitido; assim, *amor* tem *r* final no Sul, mas termina em vogal no Nordeste. (PERINI, 2010, p. 344)

## 8.2. Epêntese

Epêntese é o desenvolvimento de fonema no interior da palavra.

A epêntese possui uma modalidade que é o *suarabácti* – intercalação de uma vogal para desfazer um grupo de consoantes: *planu* > *prão* > *porão*, *blata* > *brata* > *barata*, *advogado* > *adevogado*, *obter* > *obiter*, *optar* > *opitar*.

Segundo Bagno (2011, p. 153), “A epêntese é muito frequente no português brasileiro para a eliminação de hiatos em muitas variedades: *boa* [‘bo Ya], *coroa* [co’ro Ya], *à toa* {a’to Ya} etc. [...]”.

É frequentíssima a epêntese do [i] no português brasileiro entre uma vogal e um [s] em final de palavra, pronúncia que não sofre estigmatização; ao contrário, é tão corrente que os falantes das variedades que não a fazem são logo reconhecidos como provenientes de determinadas regiões (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, por exemplo): arroz [a’hois], dez [dEis], fiz [fiis], mas [mais], nós [n̄is], pôs [pois], voz [v̄is]. (*Idem, ibidem*)

Como hiperurbanismo também ocorre o acréscimo de uma semi-vogal ao numeral *doze*, por exemplo, pronunciado como *douze* por algumas pessoas, no Rio de Janeiro.

## 8.3. Paragoge

Paragoge é o desenvolvimento de fonema no final da palavra. Em algumas variedades menos difundidas, principalmente em Minas Gerais, ocorre este acréscimo de vogal à consoante final, como em [s□li] para *sol*; [pa’peli] para *papel*; [mali] para *mal* etc. (Cf. BAGNO, 2011, p. 148).

## 8.4. Vocalização

Vocalização é a passagem de uma consoante a semivogal.

Mesmo sendo reduzido o número de consoantes que podem ocorrer em final de palavra – apenas três: [l], [r], [s] [...] –, elas sofrem forte pressão para não ocupar esse lugar ou, então, para se transformar em vogais. O [l] na grande maioria das variedades do português brasileiro já se vocalizou completamente em [Y]: *mal* [maY], *mel* [mEY], *mil* [miY], *gol* [goY], *sul* [suY]. (BAGNO, 2011, p. 148).

No interior de Minas Gerais ainda ocorre a vocalização do -r pós-vocálico em palavras como *porco* > *poico*, *corpo* > *coipo*, apesar de ser bastante restrita e discriminada. É provável que se trate de uma evolução do r retroflexo do dialeto caipira.

### 8.5. Crase

Quando a crase se dá pela junção da vogal final de uma palavra com a vogal inicial de outra. Na formação de expressões compostas, recebe o nome especial de **sinalefa**: *outra* + *hora* > *outrora*, *de* + *este* > *deste* etc.

Veja neste causo mineiro: *galinhassada* < *galinha assada*, *prassá* < *para assar*.



### 8.6. Nasalização

Nasalização é a transformação de um fonema oral em nasal. Pode ocorrer em virtude da influência de uma consoante nasal próxima (*m*, *n*), ou por analogia.

Em sua *Gramática Pedagógica*, Marcos Bagno diz que

A pronúncia [‘lu]a], com seu *u* nasal, representa a conservação de uma pronúncia medieval, atestada até por escrito, com til sobre *u* e tudo, em textos provenientes dos séculos anteriores à chegada dos portugueses ao Brasil. Na formação do galego, o *n* intervocálico de palavras como *lana*, *luna*, *leona*, *corona*, *arena* sofreu síncope, isto é, ‘caiu’, mas antes de desaparecer transferiu seu traço nasal para a vogal anterior a ele; assim, encontramos em textos medievais as formas *lãa*, *lu]a*, *leõa*, *corõa*, *are]a*. Mais tarde, os hiatos resultantes da queda do *n* vão ser eliminados, como no caso de *lã* e *areia*, ou vão permanecer, perdendo no entanto, a nasalidade: *lua*, *leoa*, *coroa*. Como é fácil perceber, os falantes que dizem [‘lu]a] conservam uma pronúncia que sem dúvida estava presente na fala dos primeiros colonizadores portugueses. Embora a pronúncia [‘lu]a] esteja hoje restrita a comunidades rurais do interior do Nordeste [principalmente], nessa mesma região, nas zonas urbanas e na fala de cidadãos mais letrados, é comum ocorrer pronúncias como [‘u]a] (*uma*), [‘ve]a] (*venha*), [‘te]a] (*tenha*), como hiato, e que conservam a pronúncia anterior ao surgimento da consoante [j], o que pode levar a crer que essa era a pronúncia vigente entre os primeiros portugueses que chegaram por aqui. (BAGNO, 2011, p. 119-120):

Podemos dizer, neste caso, que essa realização nasalizada não corresponde a uma alteração fonética, mas a manutenção de um estágio anterior, que resistiu na forma do português medieval ou galego-português.

### 8.7. Desnasalização

Desnasalização é o desaparecimento da nasalidade de um fonema. Por exemplo, na formação do português, é frequente, em certa época, a queda do *n* intervocálico, que transmite a nasalidade à vogal anterior; nasalidade esta que pode desaparecer depois.

Veja em Bagno (2011, p. 155), No tópico que trata de *economia linguística*, mais especificamente, da desnasalização das vogais e ditongos nasais postônicos e monotongação desses ditongos, Marcos Bagno lembra que, assim como caiu a consoante nasal que marcava o acusativo singular no latim, a pronúncia de uma nasalidade depois da sílaba tônica seguiu essa tendência da economia linguística, de modo que é muito comum o desaparecimento dessa nasalidade, como acontece na pronúncia de palavras como cantaram [kã’tarãu] > [kã’taru]; falaram [fã’larãu] >

[fa'laru]; fizeram [fi'zerãu] > [fi'zeru]; homem [‘ðmE@i] > [‘ðmi]; ontem [‘ðtE@i] > [‘ðntΣi]; bobagem [bo'baZE@i] > [bo'baZi] etc.

### 8.8. Palatalização

No caso da palatalização, os mesmos falantes que pronunciam [‘lu@a] apresentam uma inovação, que é “a pronúncia [i] para o que escrevemos com *lh*, como *trabalho* que esses falantes pronunciam [tra'baiu]” (MAGNO, 2011, p. 120), na mesma direção que tomou o espanhol andaluz e peruano, e o francês.

Essa e outras transformações ocorridas em outras línguas mostram que há razões de ordem articulatória para a evolução da consoante palatal [Λ]. Por isto, pode-se concluir que “A pesada carga de discriminação que incide no Brasil sobre os falantes que pronunciam [tra'baiu], [‘paia]. [a'beia] etc. é de ordem estritamente social e nada tem a ver com alguma suposta incapacidade dessas pessoas de *falar direito*”. (*Idem, ibidem*)

### 8.9. Monotongação ou redução

É a simplificação de um ditongo em uma vogal, como em *lucta* > *luita* (arc.) > *luta*, *auricula* > *orelha*, *graixa* > *graxa*, *cuitelo* > *cutelo*, *luito* > *luto* e *pluvia* > *chuvia* > *chuva*.

No caso da variação linguística que ocorre atualmente em palavras como *ameixa* > *amexa*, *beijo* > *bejo*, *queijo* > *quejo*, *cabeleireiro* > *cabelerero*, *chirei* > *cherei* e *beirada* > *berada*, onde os ditongos são monotongados, pode-se concluir que é a presença de uma consoante palatal (Σ e Z) ou de uma vibrante simples (r) que a favorece, visto que “Diante de outras consoantes ou em final absoluto de palavra, o ditongo [ei] conserva sua semivogal”. (BAGNO, 2011, p. 130)

### 8.10. Rotacismo

O rotacismo consiste na substituição da consoante lateral [l] pela vibrante [r], nos encontros consonantais bl, cl, gl, pl, como se pode ver em *blata* > *brata* > *barata*, *clavu* > *cravo*, *gluten* > *grude*, *plaga* > *praia*, *platta* > *prata*, *plica* > *prega* etc.

Esta variação é das mais estigmatizadas no português brasileiro, apesar de estar presente nos melhores clássicos de nossa literatura. Assim, “Na obra de Camões (século XVI), encontramos *frauta, frecha, ingrês, pranta, pruma* etc.” (BAGNO, 2011, p. 156), assim como em muitos outros autores.

### 9. A ortografia e a fonética histórica

No livro *Português Brasileiro?*, Marcos Bagno nos alerta para o fato de que erro de ortografia não é erro linguístico, mas erro de escrita, porque orografia, rigorosamente, não faz parte da gramática, já que a língua se realiza na forma oral. A escrita é mera tentativa de representar a língua, inclusive, com regras que não representam a sua oralização.

A ortografia foi um *artifício* inventado pelos seres humanos para poder registrar por mais tempo as coisas que eram ditas. A ortografia oficial, em todos os países, é uma decisão *política*, é uma lei, um decreto assinado pelos que tomam as decisões em nível nacional. Por isso, ela pode ser modificada ao longo do tempo, segundo critérios racionais e mais ou menos científicos, ou segundo critérios sentimentais, políticos e religiosos. (BAGNO, 2002, p. 28)

Agora, com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa que está sendo implementado, algumas simplificações foram importantes, como a eliminação do trema, do acento nos hiatos finais *oo(s)*, *eem* e alguns outros que não se justificavam.

Vale apenas lembrar, no entanto, que também pode acontecer de a ortografia ser causa de alguma evolução fonética, apesar de serem raríssimos os casos em que isto ocorre. Os dois casos mais comuns que costumam ser apontados são a reconstituição fonética do grupo [gn], que já se havia evoluído para [n] ao final da Idade Média, como se pode ver nas principais obras do início do século XVI (digno > dino, benigno > benino, signo > sino etc.) e o desenvolvimento de uma consoante /m/ na formação do feminino de palavras terminadas em [u@], de modo que

... a pronúncia da consoante *m* na palavra *uma* é decorrência exclusiva de sua forma escrita: sendo o masculino *um* [u@], o feminino natural é [ˈu@a], como é a pronúncia corrente entre falantes de algumas variedades regionais (e também em galego), mas por caprichos da ortografia, o feminino se formou com o acréscimo de um *-a* à forma do masculino, em que o *m* é só um índice de nasalidade da vogal e não uma consoante. Disso resultou a pronúncia [ˈuma], calcada na ortografia. Como se pode ver, a fixação da escrita, mesmo agindo como força centrípeta contra as mudanças, acaba provocando mudanças imprevistas. (BAGNO, 2011, p. 126-127)

### **10. Diferenças sociais nas formas divergentes**

As diferenças sociais resultaram do interesse que as classes cultas sempre mostraram por um vocabulário mais rico e mais próximo das origens da língua. Era bastante natural que um letrado, um jurista, fosse buscar no latim o vocábulo *legítimo* (de *legitimus*) para indicar *aquilo que está de acordo com a lei*, uma vez que a evolução dessa palavra, quando da sua primeira entrada na Península, resultou em *lindo*, palavra que não têm, nem de longe, o sentido de *legítimo*. O mesmo aconteceu com centenas de outras palavras e só assim se explica que ao lado de formações populares como *olho*, *agosto*, *lealdade*, *logro*, *caldo* e *solda*, e tantas outras, existam as formas eruditas de *óculo*, *augusto*, *legalidade*, *lucro*, *cálido* e *sólida*. (Cf. SILVA, 2010, p. 110)

No português brasileiro, por exemplo,

Os aspectos linguísticos mais estigmatizados pelos falantes urbanos cultos ocorre nos modos de falar de negros, índios, mestiços e brancos pobres: a restrição das regras de concordância nominal, simplificação do paradigma verbal, a rotacização de [l] em encontros consonantais (*pranta*, *crima*, *ingrês*) ou em travamento silábico (*fi[r]me*, *fa[r]ta*, *cu[r]pa*), a lambdacização, velarização ou vocalização de [r] em travamento de sílaba (*ga Yfo*, *te[ Y]ça*, *ce[ Y]veja*), a deslateralização da consoante [λ], que se vocaliza (*traba[i]o*, *pa[i]a*, *abe[i]a*) etc. (BAGNO, 2011, p. 146)

### **11. Vestígios do gênero neutro em português nas formas de pronomes demonstrativos**

Comentando o quadro em que Claudia Roncarati (2003, p. 143) registrou o uso do demonstrativo em 1980 e em 2000 na fala do Rio de Janeiro, Bagno destaca que

... o antigo sistema ternário do português clássico – *este/esse/aquele* – virtualmente desapareceu na variedade estudada, tendo sido substituído por um sistema binário – *esse/aquele* – que compensa a perda do *este/isto* combinando os demonstrativos com advérbios de lugar: *esse aqui*, *esse aí* / *isso aqui*, *isso aí*, combinação que também se faz com *aquele*: *aquele ali* – *lá* / *aquilo ali* – *lá*. O que vale para a variedade carioca falada também vale para todo o português brasileiro falado no Brasil e já tem ampla repercussão nos gêneros escritos monitorados, de modo que é certo dizer que ocorreu uma mudança, já plenamente instalada, no sistema demonstrativo da nossa língua. (BAGNO, 2011, p. 123)

Em relação a este fato, José Carlos Azeredo (2008, p. 248) também tratou em sua *Gramática*, de forma semelhante às reflexões de Roncarati e de Bagno.

## 12. Sistema verbal latino

Na formação da língua portuguesa, é importante considerar o que diz Bagno (2011, p. 164) em sua *Gramática Pedagógica*:

A eliminação da redundância no caso da concordância verbal é bastante clara: em vez de indicar a pessoa duas vezes, com o índice pessoal e com a flexão, o princípio da economia linguística se aplica, restringindo a indicação morfológica somente a um dos elementos do sintagma. É importante notar que, na comparação entre diversas línguas, a perda das marcas de flexão com o correspondente uso do índice pessoal-sujeito de maneira obrigatória parece ser predominante. Para muitos linguistas, o processo é clítico, já que as marcas de pessoa e número podem ser resultantes da aglutinação de pronomes muito antigos que, pelo processo de gramaticalização, perderam sua autonomia lexical e se tornaram morfemas. (BAGNO, 2011, p. 164)

Note-se ainda que houve mudança de conjugação dentro da própria língua portuguesa. Ex.: *cadēre* > *cadēre* > *caer* (arcaico) > *cair*; *corrīgēre* > *corrīgēre* > *corregger* (arcaico) > *corrigir*.

Veja também, no português brasileiro de diversas regiões, a formação de um verbo de primeira conjugação a partir do verbo “pôr”, que passa à primeira conjugação, na forma *ponhar*, em que a analogia com *sonhar* é bem clara: “a regra aqui, portanto é: *sonho* está para *ponho*, assim como *sonhar* está para *ponhar*. Com isso, o verbo *pôr*, com seu infinitivo peculiar, altamente irregular, se torna regular”. (BAGNO, 2011, p. 189).

## 13. Desaparecimento de tempos

O latim vulgar impôs transformações profundas à conjugação latina, levando ao desaparecimento de inúmeros tempos, tanto no *infectum* como no *perfectum*.

Trazido para terras brasileiras, esse paradigma passou por várias mudanças. Uma das mais importantes, segundo os pesquisadores, foi a generalização do uso do pronome *você*. Outras mudanças foram o desaparecimento total das formas correspondentes a *vós*, a introdução do pronome *a gente*, o emprego das formas *o senhor/a senhora* como marcas de tratamento respeitoso. Com isso, uma forma verbal como *falava* poderia corresponder a *eu, você, ele, ela, a gente, o senhor, a senhora*. Assim, do mesmo modo que ocorreu em francês

e inglês, o português brasileiro começou a se tornar uma língua em que o sujeito do verbo tem que ser enunciado, na forma de um nome ou de um índice pessoal. Essa tendência se generalizou ainda mais, de modo que, mesmo entre os brasileiros que usam o pronome *tu*, a forma verbal mais frequente é a que corresponde à não pessoa: *tu canta, tu cantou, tu cantava* etc., como se verificava no Rio Grande do Sul, por exemplo. Nas variedades em que ao *tu* correspondem as formas do português clássico (como no Maranhão e no Pará), existe uma acirrada concorrência entre *tu cantas* e *tu canta*. Nas variedades que tiveram sua origem histórica nas situações de *contato* entre línguas africanas e o português, o paradigma da conjugação passou por mudança ainda mais radical, já que as flexões, no presente do indicativo, se reduziram a duas: uma para *eu* e outra para *não eu*: **EU falo**, (tu, você, o senhor, a senhora, ele, ela, a gente, nós, vocês, eles, elas = **NÃO EU**) *fala*. (BAGNO, 2011, p. 162-163).

Nas línguas românicas predominam essas locuções verbais, notando-se que na fase final do latim vulgar o verbo auxiliar é proposto ao infinitivo, *cantare habeo*, daí em português cantarei. Analogicamente é formado o futuro do pretérito. Do mesmo modo que se dizia *habeo dicere* tenho a intenção de dizer, assim também se podia expressar *habebam dicere* tinha a intenção de dizer, donde em português: *cantare habebam* > cantaria.

Na língua falada, o futuro do pretérito também é quase totalmente eliminado, sendo amplamente substituído pelo *imperfeito do indicativo*, principalmente em expressão de hipóteses:

“Se eu tivesse condições, *comprava* um carro novo”, em lugar de *compraria*. A forma *gostaria* sobrevive como item cristalizado, estereotipado. Como o uso da mesma forma verbal se distribui por contextos semântico-pragmáticos bem delimitados, não há risco de ambiguidade na interpretação dos enunciados: “Você *podia* me ajudar a limpar a sala?” / “Naquela época você *não podia* imaginar que ele era tão mesquinho”. Cabe também observar que a expressão do *futuro do pretérito* se faz com muita frequência por meio de uma forma composta com o emprego do auxiliar *ir*: “Se você experimentasse, tenho certeza que *ia gostar* de bacalhau”. (BAGNO, 2011, p. 167)

#### **14. Fatos devidos à analogia**

Estudando a *analogia*, o professor Sousa da Silveira (1983, p. 295) define-a como sendo “uma força que atua, ou transformando uma coisa para a pôr de acordo com outra com a qual tem relação real ou suposta, ou criando uma forma nova de conformidade com um tipo ou paradigma”.

Não por acaso, as formas irregulares que sobrevivem por mais tempo são precisamente aquelas mais usadas e usadas com maior frequência e que, justamente por isso, resistem aos processos de regularização paradigmática. É o

caso, por exemplo, dos verbos mais empregados em português brasileiro (e em todas as línguas): *ser, ter, dar, ir, ver* etc. O próprio fato de serem palavras curtas demonstra sua alta frequência de uso, pois quanto mais uma palavra é usada (sobretudo quando passa pelo processo de gramaticalização) mais tendência ela apresenta de, ao longo do tempo, se contrair (confira *Vossa Mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*). (BAGNO, 2011, p. 188)

### 15. *Deslocamento da acentuação em formas verbais*

A acentuação tônica na 1ª e na 2ª pessoas do plural, do *imperfecto* e do *mais-que-perfeito* do indicativo, bem como do *imperfecto* do subjuntivo, em português, recuo da penúltima sílaba para a antepenúltima, ocorre por analogia com a tonicidade das três pessoas do singular dos mesmos tempos.

Neste ponto, é importante lembrar que

A economia de recursos também incide sobre o domínio dos *tempos verbais*. Diante da existência de dois *pretéritos mais-que-perfeitos*, um simples e um composto, os falantes abrem mão do simples e empregam, na interação oral, exclusivamente o tempo composto, de modo que formas como *fizera, faláramos, conhecêramos, perdoara* etc. nunca ocorrem na fala espontânea, a não ser com objetivo humorístico. Além disso, diante da possibilidade de uso de dois verbos auxiliares para a formação do *mais-que-perfeito* composto, os falantes dão preferência a *ter*, de uso mais amplo do que *haver*, reservando *haver* para gêneros escritos mais monitorados ou para eventos de fala formais ou “hipercorretos”. (BAGNO, 2011, p. 167)

### 16. *Femininos analógicos*

A partir do século XV, fez-se sentir a ação da analogia em adjetivos uniformes, passando a formar o feminino com o acréscimo da designação *a*: *pastor, pastora; senhor, senhora; espanhol, espanhola; português, portuguesa*.

É esta mesma regra que leva os brasileiros a atribuir o gênero feminino à palavra *grama*, aplicando-se a mesma regra que já foi aplicada aos adjetivos.

No caso de *grama* (unidade de medida), que no português brasileiro é exclusivamente do gênero feminino, a analogia se deu com todas as incontáveis palavras terminadas em *-a* que são do gênero feminino. Por ser uma palavra usada com altíssima frequência, foi conduzida pelos falantes à lista das palavras femininas do léxico da língua. Observe que outras palavras de origem grega terminadas em *-ama*, mas de uso bem mais restrito, não sofreram o pro-

cesso analógico: *o programa, o telegrama, o panorama, o anagrama* etc. (BAGNO, 2011, p. 190)

Até gramáticos e linguistas são levados a agir analogicamente em casos que não se justificam, como é o que trata da expressão de gênero dos substantivos, que não é uma flexão, já que flexão é a alteração que sofrem as palavras para concordarem com outras. Como o substantivo é a base com a qual os seus determinantes concordam, o gênero já é imanente nele, independentemente de sua terminação.

Raciocinando assim, fica claro que *gato* é uma palavra e *gata* é outra, assim como *homem* é uma palavra e *mulher* é outra, pois significam coisas diferentes e não se trata de flexão sofrida para concordar com outra.

### **17. Diferenças fonéticas**

Limitamo-nos a apreciar as principais diferenças fonéticas, uma vez que o presente trabalho, de orientação didática, não comporta o estudo profundo de minúcias.

Citando Serafim da Silva Neto (1963, p. 165), Silvio Elia ensina que:

... a pronúncia brasileira, em geral, repousa sobre um sistema fonético muito antigo e de aspecto urbano (o que vale dizer, sem regionalismos), pois, como se viu, ela não apresenta, por exemplo, nem as antigas africadas, nem as apicais, que muito provavelmente já não existiam ou estavam em franca desagregação nas principais cidades portuguesas nos séculos XVI e XVII. (SILVA NETO, *Apud* ELIA, 2003, p. 53)

Citando Gonçalves Viana, no entanto, esclarece o mesmo Silvio Elia:

Ora, os falares brasileiros, ao contrário do que poderia supor-se e já se tem dito, não representam, em grande maioria de casos, na sua pronúncia, um português arcaico do continente, que aí persista em estado de boa conservação; mas esse português, modificado na boca de estrangeiros no sentido de menor complexidade da sílaba e da sua mais clara enunciação e delimitação, adquiridas essas qualidades à custa da rapidez e da fluência da loquela, tão peculiares, hoje pelo menos, do português falado na Europa. (VIANA, *apud* ELIA, 2003, p. 53).

### 18. Diferenças sintáticas

Na linguagem brasileira, há diferenças sintáticas que não costumam ser referidas porque só existem no falar do povo sem cultura, assim como a simplificação da concordância nominal.

Quanto ao [s] final, que ocorre sobretudo na sua forma de morfema de plural, sua supressão é muito frequente nos sintagmas nominais, em que a marca de plural se fixa no determinante, de modo que o [s] se torna de fato uma consoante de final de sílaba numa dupla de palavras que constituem uma só: *as casa* [as'kaza], *as outra* [a'zotra], *os prato* [us'pratu], *os home* [u'zômi] etc. Essa economia articulatória corresponde também a uma economia de recursos morfológicos: a eliminação das marcas redundantes [...]. Convém lembrar que a regra de concordância “marque o plural somente no determinante” ocorre na fala de todos os brasileiros, independente de sua origem rural ou urbana, mais ou menos escolarizados etc. O que distingue o uso de mais ou menos marcas de concordância é a frequência de sua realização: os falantes urbanos mais letrados tendem a fazer mais concordância e em situações comunicativas mais monitoradas; mesmo assim, essa concordância nunca chega a 100% dos casos. Outro caso de supressão do [s] é na flexão verbal de 1ª pessoa do plural: mesmo os falantes urbanos letrados, em situações de interação mais distensas, tendem a suprimir o [s] da terminação *-mos*, de modo que pronunciam [vi'z~emu], [kã'tãmu], [ka'i@mu], para o que se escreve *fizemos*, *cantamos*, *caímos*. Muito comum também é a forma [ˈvãmu], *vamos*, para a formação do imperativo na 1ª pessoa do plural no português brasileiro. Por fim, vamos lembrar as variedades rurais e urbanas em que o [s], mesmo que não sendo marca de plural, desaparece após a inserção de uma semivogal [i]: *luz* [lui], *mês* [mei], *vez* [vei] etc. [BAGNO, 2011, p. 149]

É o caso, entre outros, do emprego do pronome de terceira pessoa, *ele(s)*, *ela(s)*, como objeto direto: *Vi ele*, *Encontramos ela* etc.

Veja em Bagno, tratando das *visões científicas da mudança*:

Em todas as variedades do português brasileiro, incluindo as dos falantes urbanos altamente letrados, as construções com verbos acusativos e sensitivos se realizam de um modo inovador, que diferencia o português brasileiro de todas as outras línguas da família românica. No lugar dos pronomes oblíquos (*me* e *o* principalmente), empregamos os pronomes do caso reto: *deixa eu falar*, *vi ele entrar*, *espera ela chegar*, *o diretor mandou eu refazer o relatório* etc.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Atente-se para o fato de que a classificação dos pronomes pessoais “do caso reto” ou “do caso oblíquo” é feita em relação a sua função sintática e não em relação a sua forma. Ou seja: o pronome pessoal do caso reto é o que funciona como sujeito e o pronome pessoal do caso oblíquo é exatamente o que não funciona como sujeito. Portanto, o pronome “ele” e suas flexões (eles, ela, elas) pode funcionar como sujeito ou não, assim como os demais, exceto “eu”.

Por outro lado, o português brasileiro, incluindo as variedades urbanas cultas, também apresenta traços conservadores que diferenciam *ele*, por exemplo, do português europeu, como o uso de *ele* na função de objeto direto [...]. Esses mesmos usos ocorrem no português angolano e moçambicano, o que indica que também ocorriam no português europeu antigo. O abandono de *ele* como objeto direto [...] representa uma inovação que se deu no português europeu e só lá. Textos medievais comprovam que nessa língua esses usos também já foram comuns. Como, infelizmente, a norma-padrão até hoje se inspira nos usos dos portugueses – o que é um rematado absurdo sob todos os pontos de vista –, existe o patrulhamento e a repressão injustificada contra tais usos. (BAGNO, 2011, p. 121)

Outras variações, porém, são comuns mesmo entre pessoas de boa situação sociocultural.

### 18.1. Colocação dos pronomes oblíquos átonos

Colocação do pronome oblíquo no começo da oração: *Me traga um jornal. Me empresta o livro*. Tal uso jamais se encontra no falar português, mesmo entre os indivíduos de menor cultura. Para essa tendência concorre, sem dúvida alguma, o fato de ser o pronome totalmente átono para os portugueses (*m', t', s', lh'*) e tônico para os brasileiros (*mi, ti, si, lhi*), de modo que entre nós pode formar uma sílaba por vezes mais forte do que o verbo (*mi vende, mi traz*), enquanto que em Portugal ele vive na dependência da tonicidade verbal (*venda-m', traga-m'*).

Sobre a colocação dos pronomes oblíquos no português brasileiro, além de registrarem que “No português brasileiro, a regra geral é a próclise” e que “o clítico aparece junto ao verbo temático”, Charlotte Galves e Maria Bernadete Marques Abaure lembram que

O português brasileiro distingue-se, também, das outras línguas românicas, em particular do português europeu, por um outro aspecto, o quase desaparecimento do clítico *o/a*, também visível na total ausência das sequências *lha(s)/lho(s)*. O paradigma dos clíticos é, assim, praticamente reduzido às formas ambíguas quanto à função e ao caso que lhes é associado (*me, te, se, lhe*): essas formas podem ser objeto direto (acusativo) ou indireto (dativo). Tal ambiguidade, que aparece também nas outras línguas românicas na primeira e segunda pessoas, estende-se no português brasileiro à terceira, onde *lhe*, em certos dialetos, pode ser interpretado como um objeto direto: “*Eu lhe vi*”. O que tende a desaparecer no português brasileiro é, portanto, o clítico puramente acusativo (*o/a*), que é também aquele menos tônico. (GALVES & ABAURE, 2002, p. 289)

As professoras Charlotte Galves e Maria Bernadete Marques Abaure concluem que

Sem perder de vista a importância de uma investigação diacrônica, que integre considerações de ordem sintático-fonológica, na busca de uma explicação para a mudança da posição dos clíticos em português brasileiro e para a predominância das construções proclíticas no estágio atual da língua, deve-se ter presente que, do ponto de vista sincrônico, condicionamentos de ordem sintática, de ordem rítmica e de ordem sociolinguística e estilística interagem dinâmica e continuamente, determinando a opção por estruturas específicas. (*Idem, ibidem*, p. 304)

João Ribeiro encontrava para isso também uma razão sentimental: *Traga-me, venda-me*, dizia ele, é uma ordem, soa com arrogância; *me traz, me vende*, é um pedido, traduz ternura.

### 18.2. Uso do gerúndio pelo infinitivo regido pela preposição *a*

6) O português usa o infinitivo regido de *a* nas construções em que o brasileiro prefere o gerúndio: *O navio está a chegar*, dirá um português; *O navio está chegando!* exclamará um brasileiro<sup>10</sup>.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. [São Paulo]: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2111.

\_\_\_\_\_. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_; ELIAS, Vanda Maria. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Bra-*

<sup>10</sup> “No português brasileiro falado mais espontâneo, inclusive por pessoas altamente letradas de determinadas regiões (Minas Geais, por exemplo), a terminação *-ndo*, característica do gerúndio, se reduziu a *-no*: *falano, correno, comeno, dormino* etc. Ocorreu aqui a assimilação do [d] pelo [n] subsequente. São duas consoantes dentais, de articulação muito próxima, facilmente assimiláveis. O *-ndo* deve ter passado por um primeiro estágio *-nno*, logo simplificado em *-no*. [...] Essa mesma explicação serve para pronúncias comuns como com *tamém* por *também*: assim como [n] e [d] têm articulação próxima, [m] e [b] são bilabiais, muito predispostas à assimilação.” (BAGNO, 2011, p. 152)

sil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ESTRABÃO. *Descrição da península Ibérica*. Livro 3º da Geografia de Strabão. Trad.: Gabriel Pereira. Évora: Tipografia de Francisco Cunha Bravo, 1878. Disponível em:

<<http://www.bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?id=500>>.

GALVES, Charlotte; ABAURE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida. (Orgs.). *Gramática do português falado*, vol. IV: Estudos descritivos. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002, p. 267-312.

HORA, Dermeval da; BATTISTI, Elisa. Mudança fônica no português brasileiro: Introdução. In: HORA, Dermeval da; SILVA, Camila Rosa. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*, vol. VIII. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010, p. 38-44.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad.: Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

RONCARATI, Claudia. Os mostrativos na variedade carioca. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003, p. 139-158.

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

SILVA, Rosa Virgínia Matos e. *Ensaio de sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.

SILVA NETO, Serafim [Pereira] da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil*. 2. ed. aum. e rev. pelo autor. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 9. ed. com estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Presença, 1983.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. Exposição da pronúncia normal portuguesa. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição anotada por F. de Salles Lencastre, Canto I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

**HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA:  
UMA FACE SECRETA SOB A FACE “NEUTRA”**

*Rafael Muniz Azevedo (UEPA)*

[rafael\\_leaoazul@hotmail.com](mailto:rafael_leaoazul@hotmail.com)

*Edilson Peixoto Moraes Filho (UEPA)*

[edhylson@hotmail.com](mailto:edhylson@hotmail.com)

*Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva  
(UEPA)*

Ao estudarmos, a partir de um prisma histórico, qualquer fenômeno social, poderemos, com grande probabilidade, recair em pontos de vista diferentes. Tal situação ocorre devido ao fato, diga-se de passagem, já frisado pelo Materialismo histórico, da história ser feita de um lugar (isto é, de um contexto sociocultural, político determinado) e também por está pautada por marcas ideológicas. Sendo assim, o trabalho dos historiadores está de certa forma, marcado pelo relativismo e pela subjetividade, haja vista que o historiador, por ser um sujeito histórico, elaborará sua leitura acerca de um determinado evento, tendo em mente as leituras e horizontes que o afetam.

A esse respeito Barros afirma que:

Historiadores de diferentes épocas (afetados por distintas “perspectividades”), com diferentes expectativas sobre o futuro (sujeitos a produzir diversificadas “retrospectividades”), e mergulhados nas suas singulares “particularidades” (pertença a identidades diversas), selecionarão elementos distintos das fontes históricas por eles constituídas. Da documentação disponível, das evidências que poderiam estar acessíveis à operação historiográfica, dos conteúdos empíricos diversos, da experiência histórica, enfim, os diversos historiadores só conseguirão extrair determinadas informações e não outras, só poderão elaborar certas leituras que se relacionam aos problemas e horizontes de leitura que os afetam.

Cabe, porém, ressaltar que a consciência sobre o relativismo de todo ponto de vista, não pode fazer com a operação historiográfica caia no imobilismo. Reconhecer as implicações da relatividade de todo ponto de vista para história e, concomitantemente, o fato da historicidade influenciar o historiador, não nos autoriza considerar a historiografia como algo inoperável. Barros sobre isso diz que o:

Relativismo absoluto- se pudermos utilizar com alguma ironia esta paradoxal expressão- pode levar, no limite, a se considerar que, no decurso da historiografia, só há opiniões, todas válidas, e que estas diversas opiniões e análises

ses que emergem dos trabalhos dos historiadores estão sempre destacadas umas das outras, presas aos seus presentes e as subjetivadas pessoais de cada historiador [...] O relativismo útil, contudo, é aquele que – ainda que considere a relatividade de cada posicionamento historiográfico e análise, e, na verdade exatamente por isso – reconhece que na historiografia há algo de se acumular e que contribui dialogicamente para as futuras análises historiográficas, assim como, da mesma maneira existe também um descarte a ser considerado [...].

Tendo em vista o que foi dito, pode-se afirmar tranquilamente que a língua, por ser um fenômeno eminentemente social e, portanto, político não escapará das marcas e investidas ideológicas, que serão realizadas por aqueles, cuja preocupação é estudá-la também a partir de um verniz histórico.

Sendo assim, neste artigo, entreteceremos algumas considerações acerca da origem da língua portuguesa, buscando apresentar uma versão não convencional, isto é, uma versão cuja presença, nos tratados tradicionais de linguística histórica e nas gramáticas do mesmo gênero, não foi concedida.

Por volta dos meados do século XII, quando o conde Afonso Henriques, após uma vitória contra os mouros, durante a batalha de Ourique, se autoproclamou rei de Portugal (“Rex Portucalensis”), com certeza, a língua utilizada em seu Condado Portucalense não era do ponto de vista estrutural, sistêmico diferente da língua que os falantes da Galiza falavam. Certeza tal pode ser alicerçada no fato da documentação escrita, que sobrevive desde aquelas épocas longínquas, tanto produzida na Galícia, quanto no território que se chamaria Portugal ter sido registrada em uma língua que podemos dizer que é uma. Ademais, os estudos de cunho lingüístico têm mostrado que existem profundas semelhanças entre o galego moderno e o português falado quer na Europa, quer no Brasil, mormente entre as variedades do norte de Portugal com as variedades do sul da Galiza, comprovando, assim, a relação de descendência direta do galego para o português.

Acerca do que foi dito, devemos mencionar as ideias de Esperança Cardeira:

À entrada do ano mil, no noroeste peninsular, a Galécia Magna, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro abarcando, ainda, uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos peculiares. [...] Não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa. [...] Antes de Portugal, antes do português, no limiar do século X, já estava constituído um romance. [...] (2006, p. 36-37).

Ora, Cardeira ao dizer claramente que em toda a Galécia Magna já estava sendo utilizado um romance “com contornos peculiares” e ao dizer também que ainda não existia Portugal e, por conseguinte, a língua portuguesa, a autora não nos dá outra opção senão a que aponta para a seguinte afirmação: a língua utilizada na Galécia Magna era pura e simplesmente o galego. No mesmo gesto, as palavras supracitadas de Esperança Cardeira colocam em xeque a existência mesma do termo híbrido galego-português, de vez que como seria possível do ponto de vista cronológico existir hibridismo tal, antes mesmo do surgimento da entidade política chamada Portugal? Ou seja, “Por que chamar de galego-português uma língua que surgiu “antes de Portugal, antes do português [...]?” (BAGNO, 2011).

Dito isto, somos obrigados a fazer uma sucinta, porém profunda reflexão: os nomes que são dados às línguas nada mais são do que o resultado de discussões de ordem política, cultural, ideológica e econômica.

Vale ressaltar que foi apenas no século XIX que os filólogos lusos criaram o termo galego-português, termo esse utilizado para denominar a língua da rica produção artística medieval. A denominação galego-português não aparece, antes do século XIX, em nenhum documento antigo. Sobre isso, Bagno diz que “quando se faz alguma referência à língua da poesia medieval, o nome que aparece é galego.” Além disso, o mesmo autor frisa que o termo

Galego-português foi cunhado como uma espécie de compromisso ideológico entre duas tensões: o reconhecimento de que a língua da poesia medieval era basicamente o galego, e o anseio, de inspiração nacionalista, de incorporar aquela produção literária ao patrimônio cultural do povo português.

Além do que foi dito, cumpre, porém, salientar que Monteagudo (1999, p. 119-121), após realizar um precioso levantamento acerca das denominações atribuídas ao galego, afirma que

A denominação que recebia a língua dos cancioneiros, ao menos nos ambientes eruditos e trovadorescos [...], era a de galego, e convida-nos a questionar a moderna denominação, surgida nos ambientes filólogos lusitanos de finais do século XIX, de galego-português.

É digno de nota o fato da Galiza, enquanto território físico e cultural, sempre ter ficado a margem e distante dos grandes centros políticos, econômicos e culturais da Espanha. Acredita-se que essa situação marginalizada, na qual a população da Galiza esteve (e até hoje está) inserida, contribuiu para que os estudiosos portugueses não confirmassem a evi-

dente filiação histórica direta que há entre o galego e o português, filiação que, por sinal, pode ser comprovada por meio de uma análise que tenha como prisma os aspectos histórico e geográfico. Ora, seria extremamente constrangedor, ainda mais para um povo soberano e “descobridor” como o português, afirmar aos quatro ventos que na sua genealogia linguística, a língua galega constituiu-se como um divisor de águas, visto que nada mais é a língua portuguesa senão a continuação histórica do galego, levado ao sul a medida que os reis portugueses aumentavam os limites dos seus territórios.

A bem da verdade, não foram exclusivamente os filólogos lusos do século XIX que não assumiram a filiação histórico-linguística sobre-dita. No período renascentista, os primeiros gramáticos portugueses, encarregados de atribuir elegância, funcionalidade e riqueza à recém-normatizada língua portuguesa, também deixaram empoeirada, nada evidente a relação umbilical que houve e há entre o galego e o português. O meio encontrado para empanar a real história da língua portuguesa foi justamente estabelecer uma genealogia de mão única entre o latim e o português, marginalizando, assim, a língua Galega, língua essa de pessoas do campo, estigmatizadas, oprimidas constantemente pela cultura castelhana e as demais que constituem o território espanhol.

A fim de estabelecer uma aproximação entre o latim, língua de um povo conquistador, e a língua portuguesa, o gramático e historiador Duarte Nunes de Leão diz que “E por a muita semelhança que a nossa língua tem com ela [a latina] e que é a maior que nenhuma língua tem com outra, e tal que em muitas palavras e períodos podemos falar que sejam juntamente latinos e portugueses”.

Não poderíamos deixar de registrar, no presente artigo, as palavras do intelectual Martín Sarmiento (1695-1772), uma vez que ele, em uma de suas obras sobre a língua galega, tacitamente se opõe à falácia linguística posta em discussão e reflexão pelos autores destas linhas. As palavras que abaixo serão transcritas nada mais são do que um claro sinal de lucidez, perspicácia e indignação em relação ao apagamento que a língua Galega sofreu ao longo dos séculos:

Duarte Nunes de Leão, português, escreveu um compêndio das crônicas portuguesas, uma geografia de Portugal, outro de ortografia portuguesa, e outro com este título: Origem da língua portuguesa. Esse título é semelhante ao que teria um livro disparatado, Origem língua andaluza, no qual não se fizesse menção de que era derivada do idioma castelhano. Origem da língua portuguesa sem mencionar que é derivada do dialeto galego é uma fábula, uma quimera, uma necessidade monstruosa, uma fanfarronada e um desvario [...] A

língua que hoje falam os portugueses e que se acha escrita nos livros até Duarte Nunes nem língua nem dialeto, mas um subdialeto da língua galega que hoje se fala e antigamente se escrevia. O que devia ter posto Nunes era a origem das vozes mouriscas, das brasileiras, das africanas e das asiáticas que jamais foram galegas, e com as quais se contaminou o primitivo dialeto depois das conquistas dos portugueses rumo ao sul.

Posto isto, nada mais nos resta a não ser difundir a versão apresentada na presente pesquisa, uma vez que ela, além de poder ser explicada por meio de uma análise rigorosa, pode servir também como estímulo para estreitarmos cada vez mais a relação entre os estudos relacionados ao Galego e os que dizem respeito ao português. Fazendo isso, poderemos amenizar, ainda que de modo ralo, o descaso em que foram mergulhadas injustamente a língua e a cultura Galega.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

\_\_\_\_\_. *O português não procede do latim: Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego*, 2011.

BARROS, J. C. A. Subjetividade e relativismo na história. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 2, n. 1, p. 7-19, jan./abr. 2011.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006.

LEÃO, D. N. de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introd., notas e leitura: M<sup>a</sup> Leonor C. Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

MONTEAGUDO, H. *História social da língua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

**JULIO E JOÃO RIBEIRO**  
**– DO PADRÃO EUROPEU AO USO BRASILEIRO**

*Gláucia da Silva Lobo Menezes (USP)*  
[glaullobo@ig.com.br](mailto:glaullobo@ig.com.br)

**1. Considerações iniciais**

As obras gramaticais, desde o seu surgimento, ficaram conhecidas como instrumentos linguísticos portadores de regras prescritivas que viviam ao “bom uso” da língua.

Esse bom uso teve como paradigma, durante muito tempo, o português europeu, mesmo sendo nítida a existência de diferenças entre as nações portuguesa e brasileira, e seu emprego linguístico.

Todavia, a partir da metade do século XIX, essas peculiaridades e diferenças entre o português europeu e o português brasileiro passaram a ser levadas em consideração por alguns gramáticos, como Julio Ribeiro e João Ribeiro.

O presente estudo aborda algumas dessas primeiras observações sobre as características do português do Brasil, registradas por gramáticos que revisaram fenômenos conforme a nacionalidade brasileira.

Primeiramente, é relevante refletir sobre o movimento histórico pelo qual passou a gramática – enquanto instrumento linguístico – visando a entender seu caráter normativo inicial e a evolução do pensamento linguístico.

A comumente chamada gramática tradicional é uma obra carregada de valores; em suas prescrições não apresenta as mudanças linguísticas, realizando apenas a repetição de modelos já estabelecidos para o emprego da língua. Na França, inclusive, o termo “tradicional” foi questionado por haver ligação com tradição. O mais coerente é utilizar a nomenclatura “gramática de referência”, que também é usada para designar uma obra que traz novas ideias e conhecimentos linguísticos.

Contudo, o fato de esse tipo de gramática trabalhar com a repetição de modelos não quer dizer que os gramáticos puristas não reconheçam a existência da diversidade linguística. Na verdade, existe esse reconhecimento, mas, para eles, a língua não é só diversidade, os indivíduos precisam ter algo em comum. Essa uniformidade é relevante, como, por

exemplo, para a divulgação de teorias e conhecimentos a gerações futuras, todavia, sabermos que a língua é um fato social e deve ser vista assim pelos gramáticos, ou seja, esse “algo em comum” deve ser coerente com o emprego efetivo.

A tarefa do gramático – também historiador – é medir fatos antigos e contemporâneos, verificar como está o sistema – a língua – em determinado objeto e investigar no tempo e no espaço o que foi produzido. Não se deve verificar e reproduzir o que já foi dito a não ser que se faça uma análise disso. E se esse processo de análise realmente acontecesse muitas regras prescritivas características desses instrumentos linguísticos normativos não seriam repetidas ou seriam modificadas ou complementadas, por simplesmente não representarem a realidade linguística brasileira – que é o que estamos estudando.

Para exemplificar, podemos citar diversas regências que geralmente são apresentadas nessas obras, mas que muitas vezes são empregadas de maneira diferente pelos falantes cultos, como é o caso dos verbos *chegar*, *ir* e *levar*, que, de acordo com a gramática normativa são regidos pela preposição *a*, contudo, no uso efetivo da língua, a preposição *em* é bastante empregada mesmo por falantes cultos. Sendo assim, o que é prescrito como “Chegar *a* casa”, “Ir *ao* mercado” e “Levar o filho *a* escola”, no uso efetivo é realizado como “Chegar *em* casa”, “Ir *no* mercado” e “Levar o filho *na* escola”. Isso prova que as regras ditadas por esse material normativo podem ser diferentes das efetivas realizações do português culto, que também apresenta variações.

Voltando aos princípios da gramática normativa, a ideia da correção é muito valorizada, pensando em uma qualidade do discurso. Na verdade, a gramática nunca pretendeu ser científica, trata-se de um instrumento que não expõe apenas fatos linguísticos, mas carrega valores e ideologias, como o belo e o feio, e a já mencionada correção, mesmo tendo surgido da oralidade.

Esse pensamento de correção surgiu com os gregos que fundamentavam a gramática como uma disciplina que apoiava os eruditos, como Aristóteles, que se debruçavam sobre os pergaminhos.

Porém, nem todas as gramáticas surgiram dessa erudição; outras vieram do uso. Varrão (século I a. C), por exemplo, escreveu 620 livros e deu importância ao uso. A nossa gramática – portuguesa – também veio do uso, contudo do uso de pessoas cultas, como literários e intelectuais.

Mesmo assim, aspectos positivos também são observados nesse processo de gramatização ou elaboração das gramáticas. Havia uma “flutuação” da língua nas obras literárias, pois cada um escrevia de um jeito, conforme o que julgava coerente. Daí a importância da gramática que veio fixar a estrutura linguística, dando racionalidade à língua, tornando seu conteúdo ou conhecimento racional.

Com o desenrolar dos estudos, a elaboração das gramáticas passou a realmente caracterizar esse instrumento como uma real gramática de referência, no sentido de aproximar essa estrutura fixada do efetivo português culto brasileiro.

Vamos ilustrar esse fator com observações que vieram à tona a partir da segunda metade do século XIX.

## 2. “*Grammatica Portugueza – Curso Superior*” (1887) de João Ribeiro

João Ribeiro é um exemplo de estudioso que entre o final do século XIX e o início do século XX transitou por esses dois usos da língua portuguesa, isto é, um que tinha como paradigma o português europeu e outro caracteristicamente brasileiro, abordando em uma mesma gramática, porém em edições diferentes, primeiramente apenas o português europeu (PE), e depois considerações acerca do português brasileiro (PB), especialmente na 22ª edição, de 1933.

É interessante observar que além de elaborar a *Grammatica Portugueza – Curso Superior* (1887), João Ribeiro refletiu sobre as diferenças existentes entre o português europeu e o português brasileiro, divulgando esses estudos em outras obras escritas, como em “A língua nacional e outros estudos linguísticos”, de 1979, em que o autor, ao tratar da colocação pronominal (fato mais característico por ser mais estudado e conhecido), afirma que é comum o brasileiro dizer “– Me diga... me faça o favor...” e que esse é um modo de grande suavidade e doçura, ao passo que o “diga-me” e o “faça-me” do europeu são duros e imperativos. Ribeiro conclui ainda que o modo brasileiro é um pedido, enquanto o modo português é uma ordem.

Entretanto, essas reflexões não foram apresentadas nas primeiras edições de sua gramática, pois ele deixa claro que sua exposição é referente à língua clássica, ou seja, Ribeiro elabora a sua gramática da língua portuguesa, considerando-a como coordenadora e expositora dos fatos

das regras da linguagem, sendo preponderante sua preocupação com as regras de bem dizer e escrever. Usa termos como “conhecer o emprego legítimo e o bom uso da língua”, “gramática como a arte que ensina a falar e escrever corretamente”, referência no “uso das pessoas dotas”, entre outros.

Enfim, inicialmente o autor segue um modelo prescritivo, com a apresentação de regras que caracterizam o “bom uso” da língua, entendendo a gramática como uma “arte” que ensina a falar e escrever corretamente, em conformidade com o português europeu e não com o português brasileiro. Após 21 edições, o gramático reformula sua obra e passa a fazer a comparação do emprego da língua em Portugal e no Brasil, inspirando-se no método histórico-comparativo.

As alterações feitas se referiam, especialmente, ao tratamento da Fonética e de termos indígenas.

É dito, por exemplo, que a base para o ensino da *phonetica* é a prosódia da capital do país (Portugal, caracterizando o “bom uso”), mas admite que no Brasil a *prosódia portuguesa normal* não é seguida, havendo uma prosódia nacional distinta. Das páginas 15 a 63, vários exemplos são colocados para caracterizar a *phonetica* portuguesa e a brasileira, realizando comparações e especificações de uma e de outra.

É claro que predomina a prescrição de regras, porém é possível encontrar considerações sobre o uso efetivo da língua no Brasil.

Observemos essas considerações nos excertos abaixo (p. 19-20):

A verdade é que tanto *U* como *I* se afastam acentuadamente nas duas direcções e podem passar por vogaes de formação independente, por isso mesmo, têm ambas um timbre quasi invariavel, mormente no portuguez que não possui o *ü* muito proximo do *i* da outra escala.

E' util observar que na *phonetica* brasileira escapam certas variedades de timbre observaveis no portuguez europeu: o *a* aberto é entre nós o unico das vozes indigenas (*fácá, Pará*) e apenas se distingue do *a* atono nas vozes portuguezas: *cáa, páa*. Nas escolas é costume ensinar a *prosódia* do *a* grave em *mas* (conj.), *para* (preposição), *a* (artigo distincto de *á*); essas distincções escolares não correspondem á pronuncia brasileira. (1)

O *e* tem entre nós os sons *é* (pé), *ê* (medo) e *e* atono quasi equivalente a *i* (cidade).

A distinção *ê* (prêgar) (pêgada) não existe; pronunciamos como *é* aberto de *fé*, *petipé*, *café*. Também não conhecemos o *e* brevissimo portuguez: *pedido* (p'dido) e por isso não commetemos os erros graphicos: *vezinho*, *Felipe*, *Felinto*, tão communs entre os portuguezes.

O *o* tem entre nós os timbres: *ó* (pó), *ô* (todo) e *o* atono, equivalente a *u* (rato, lindo). Aqui não divergimos dos portuguezes, salvo quando segue nasal: Antonio (antônio e não antônio), mórmente nas palavras esdruxulas. Divergimos, porém, no *o* pretonico, que entre nós vale *ô* e não *u*: *sôbrado* e não *subrado*. Comtudo em varios lugares sôa *u*: *chuver*, *tumar*, em poucas palavras.

Das *nasaes* trataremos em lugar apropriado. A *nasal* é sempre mais extensa e intensa no Brasil.

Vimos exemplos referentes à fonética brasileira. Vejamos um trecho em que está clara a diferenciação entre brasileiros e portuguezes, extraído da página 22:

Observemos que o *m* entre portuguezes é nasal quando precede a labial: *campo*. No Brasil sempre nasaliza a syllaba anterior: *remo* (rêmo).

A's vezes o diphthongo *ê* de simples apparencia; é um *digrapho* (duas letras) que só representam um som unico: pouco (=pôco), mouro (=môro).

Outras vezes, a subjunctiva *i* intercala-se, como na prosodia do Brasil: *tem* = tein, *vem* = vein. Em Portugal esse caso tem o som especial do diphthongo *êe*: também (no Brasil, *também*; em Portugal, *tambêe*). A prosodia brasileira era a mesma do tempo de Camões. (1)

E sobre o emprego dos indígenas (p. 43):

Os indios no Brasil, de conformidade com a lingua tupi, tornavam agudos os vocabulos portuguezes: *cabará* (cabra), *cabará* (cavallo), *carusá* (cruz), etc.

Conforme expusemos acima, após reformulações em sua gramática, na 22.<sup>a</sup> edição João Ribeiro passa a incorporar aspectos característicos do português brasileiro.

### 3. “*Grammatica Portugueza*” (1881), de Julio Ribeiro

Em relação a Julio Ribeiro, já no século XIX o gramático apresentou exemplos de variantes linguísticas. Na verdade, sua obra *Grammatica*

*Portuguesa*, de 1881 é considerada um grande marco do período em que se iniciou a gramatização brasileira, pois Julio recusou o modelo tradicional de gramática portuguesa, que até então tinha mais destaque, para praticamente fundar a história da gramática brasileira, com exposição e descrição de aspectos característicos dessa nação, ou seja, tornando públicas considerações sobre a língua que o brasileiro realmente usa. Vale dizer que sua produção contribuiu muito para a formação de nossa identidade nacional.

Em outras palavras, Ribeiro renovou a teoria gramatical abrindo novos caminhos para os posteriores estudiosos – gramáticos e linguistas – e distanciando-se da influência direta de Portugal.

Logo na introdução (p. 1), nota-se um distanciamento dessa influência portuguesa e dos pensamentos puristas encontrados em instrumentos linguísticos anteriores, pois há a negação da ideia de que a função primordial da gramática seja a correção da linguagem. Essa afirmação é inovadora e já demonstra que sua visão de gramática é a de um material que traz novas ideias e conhecimentos linguísticos. Vejamos que além dessa inovação com relação à ideia de correção, o autor também nega a prescrição de regras, admitindo a exposição de fatos linguísticos:

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pôde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua.

Há vários indícios em sua gramática sobre a caracterização do uso efetivo da língua portuguesa no Brasil, desde o reconhecimento da existência de dialetos até a consideração de que a atuação do povo é fundamental para a busca de clareza no emprego linguístico, a autorização de usos da língua, a conservação de elementos arcaicos, entre outros.

O trecho abaixo (p. 10) ilustra um fato fonético com traços arcaicos que refletem no uso brasileiro interiorano, que são as pronúncias “tche” e “dje”:

*Dje* é som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no século XIII existia no Francez que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha, ex.: « *jealousy* ». Em escriptos latinos do século IX encontram-se as fórmulas *pegiorentur*, *pediorentur*, por *pejorentur*.

*Tche* é também som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o Inglez: que ainda hoje o conserva, ex.: « *chamber* ».

A existencia de ambas estas fórmulas no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do século XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes: como sabe-se, o povo rude e conservador tenaz dos elementos arkaicos das linguas.

Além do fato linguístico exposto acima, Julio Ribeiro reconhece o uso de “a gente” como pronome (p. 61):

« O substantivo *gente* também se emprega neste sentido, sobre tudo « no dialecto brasileiro: « *Quando a GENTE está com GENTE... GENTE « me deixe...* » (1).

E especifica o emprego de determinados verbos, como observamos abaixo sobre a substituição de *haver* por *ter* (p. 257):

Substituem também *ter* a *haver* e dizem: « *TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque* ». Este uso vai-se tornando geral no Brazil até mesmo entre as pessoas illustradas.

Empregam ainda *haver* como synonymo de existir, dizendo: « *No tempo da revolução eu ainda não HAVIA—Quando eu me casei elle já HAVIA* ». Só no imperfeito do indicativo é que usam deste verbo com esta acceção.

A análise de *Grammatica Portuguesa* (1881), de Julio Ribeiro vai muito além do que o exposto aqui, mas pelos poucos exemplos citados já é possível compreender sua grande contribuição para a constituição da gramática brasileira.

#### 4. *Considerações finais*

Pretendeu-se neste estudo abordar algumas das primeiras considerações sobre o efetivo emprego do português brasileiro em instrumentos linguísticos, especificamente em obras gramaticais.

Para isso, trabalhamos com dois gramáticos que a partir da metade do século XIX, começaram a divulgar fatos linguísticos característicos brasileiros.

João Ribeiro entre o final do século XIX e o início do século XX transitou pelo emprego do português europeu e do PB, abordando-os em uma mesma gramática, todavia em edições diferentes. Entretanto, teceu considerações acerca do português brasileiro tratando, sobretudo, de fenômenos ligados à Fonética e ao emprego indígena.

Julio Ribeiro, no século XIX deu início à constituição da gramática brasileira e apresentou fatos característicos de nosso uso efetivo, negando a influência portuguesa e exaltando o que realmente caracteriza a língua falada do Brasil.

Ambos os “Ribeiros” são de extrema relevância para os estudos que descrevem o português que efetivamente empregamos, isto é, o português brasileiro. E o interessante é que esse reconhecimento surgiu há um tempo considerável, mostrando que desde o século XIX esses fenômenos já eram notados e refletindo significativamente nas investigações contemporâneas acerca de nossa língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Org.: Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Nova edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma.* São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MACIEL, Maximino. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa. *Relatos*, n. 3, junho. Campinas: IEL-UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico.* São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: curso superior.* 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

\_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza: curso superior.* 22. ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933. Contém Notas Finaes. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>>. Acesso em: 19-08-2012.

\_\_\_\_\_. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_01.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html)>. Acesso em: 26-08-2013.

AQUINO, José Edicarlo de. Os nomes da língua na gramática portuguesa de Júlio Ribeiro. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 30, jul./dez.2012, p. 71-99. [s./l]: Projeto “História das Ideias Linguísticas no Brasil”/Editora RG, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao30/artigo5.pdf>>. Acesso em: 26-08-2013.

**PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ESTRUTURA SAUSSURIANA  
NO DISCURSO PSICANALÍTICO LACANIANO:  
LINGUAGEM E PSICANÁLISE**

Rita de Cássia Gemino da Silva (FAMA/FEUC)  
[ritagemino@ig.com.br](mailto:ritagemino@ig.com.br)

**1. Considerações iniciais**

Com a chegada do século XXI, podemos perceber uma convergência mais ampla entre as ciências e a procura de novos paradigmas que possam dar conta de um pensamento científico mais complexo e, conseqüentemente, mais investigativo, a fim de desmistificar os padrões científicos do passado. Hoje, situar um estudo tendo como arcabouço a ciência e somente a ciência, de que é objeto o tema pretendido, nos faz desviar de um objetivo mais amplo, exigido pela nova metodologia de ensino, a inter-relação entre as ideias centrais que formam o discurso humano. Sendo assim, procurou-se caracterizar como a linguística, enquanto ciência, revela meandros para a formação de novas teorias, inclusive aquelas que abarcam o comportamento do pensamento humano, como a psicanálise.

**2. Um breve histórico sobre a formação da linguística**

Em geral, a linguística é definida como a ciência da linguagem, e tem como objeto de estudo a fala humana nas suas diversas manifestações desenvolvida ao longo do tempo. Considerada uma ciência ainda muito jovem, a linguística vai buscar suas características históricas no antigo interesse dos estudiosos pela linguagem. Três direções caracterizam considerações do mesmo objeto de estudo. Iniciada com os pré-socráticos, como o sofista Protágoras (480-410 a.C.) e solidamente estabelecida com Platão e Aristóteles, a primeira direção, voltada para uma orientação filosófica, vai especular o fato de a linguagem nascer dos problemas do conhecimento humano e da realidade exterior, e o da apreensão desta pela inteligência; o de descobrir a própria natureza da linguagem. Dentro de uma lógica estabelecida por Aristóteles, e logo continuada pelos estoicos, a segunda direção do objeto reside no exercício correto da linguagem para alcançar a verdade, sabendo que em tal exercício o lógico será determinar as regras de um perfeito discurso da razão, o perfeito discurso verbal. Por último, encontramos a terceira direção com carac-

terísticas filológica e gramatical, com suas origens também em Protágoras e, portanto, na filosofia, na qual existirá uma íntima ligação com as observações dos lógicos, culminando na escola filológica de Alexandria. No princípio do século XIX, com o Romantismo alemão, começa a florescer um interesse extremamente intenso pelas obras das velhas civilizações, pelos documentos literários e pelas línguas da Índia antiga. A gramática comparativa ou comparada e a filologia indo-europeia, seguidas das filologias germânica e romântica, afirmam o nascimento da linguística. Ao nos remetermos aos primeiros estudos da linguística, vamos distinguir a *Fase da Gramática*, onde na Grécia a origem, a história e a estrutura da linguagem tiveram um cunho não-gramatical, mas principalmente filosófico. A discussão maior estava em aproximar o pensamento e a palavra. Aristóteles impulsionou o conhecimento das categorias gramaticais e os estoicos, os conhecimentos linguísticos sempre amparados pela lógica. Para eles “A linguagem se origina naturalmente na alma dos homens e a palavra expressa a coisa conforme a natureza dela, suscitando, do mesmo modo, no ouvinte, uma impressão conforme a dita natureza”. (BORBA, 1975, p. 13).

Mais tarde, no séc. III a.C., o interesse pela interpretação e reconstrução da antiga literatura objetivou mais o estudo da linguagem. A esse procedimento deram o nome de gramática, ou seja, o estudo mais objetivo da linguagem. Surgem assim grandes polêmicas que passam a ser questionadas não mais no âmbito filosófico, mas sim gramatical, como o desenvolvimento das ideias sobre a declinação, a conjugação, as vozes e os tempos verbais, as partes do discurso etc. A sintaxe, ainda esquecida desde os tempos de Dionísio, só começaria a ter força a partir dos estudos de Franz Bopp (1791-1867) e Friedrich Diez (1794-1876), e com Delbrück. Ao final da Idade Média, unem-se os estudos do grego, hebraico e árabe, iniciando o interesse pelas línguas contemporâneas, contribuição dada pelo Cristianismo, que derrubou a barreira entre povos cultos e bárbaros. As tendências desse final de período são intensificadas no Renascimento. A *Fase da Filologia* é marcada pelo pensamento de Platão. Diferente do conceito atual, a filologia foi para esse filósofo o gosto pela conversação elegante, erudita e artística. Os estudos filológicos e gramaticais não tinham especificações. Foi Friedrich August Wolf (1759-1824), a partir de 1777, que iniciou um movimento científico para dar conta do que seria realmente o conceito e o objeto da filologia. A ele se juntaram outros estudiosos que “entendiam a filologia como ciência da antiguidade, como conhecimento do mundo antigo na sua totalidade”. (BORBA, 1975, p. 21)

A língua não é o único objeto da filologia, pois esta procura interpretar e comentar os textos. Ocupa-se da história literária dos costumes, das instituições etc. e usa o método crítico. Quando aborda questões linguísticas é para comparar textos de diferentes épocas, para determinar a língua particular de cada autor, para decifrar e explicar inscrições feitas numa língua arcaica ou obscura. Estas investigações preparam, sem dúvida, a linguística histórica. A falha do método filológico. (Ibid., p.22)

A *Fase do Comparativismo* corresponde ao período científico propriamente dito da linguística, que terá grande impulso com a compreensão de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), em utilizar um maior número de línguas para analisar o completo conhecimento do pensamento do espírito humano. A comparação das línguas só vai acontecer quando Wolf faz a crítica comparativa nos antigos textos. No começo do século XIX, confirma-se o parentesco entre línguas a partir da descoberta do sânscrito. Franz Bopp, ao comparar os idiomas, em geral partindo do sânscrito, cria a linguística comparativa, compreendendo “que as relações entre as línguas de uma mesma família podiam converter-se em matéria de uma ciência autônoma.” (SAUSSURE, 1995, p. 8). Bopp se une a outros estudiosos que vão contribuir para a nova ciência. Entre eles estão Jacob Grimm (que se dedicou ao estudo da língua germânica, desenvolvendo um método histórico, do qual fundou a gramática histórica), Pott (criador da fonética comparativa), August Friedrich Schleicher (1821-1868), que sistematizou a ciência fundada por Bopp, estabelecendo três tipos de línguas e três estágios da linguagem – assunto que não cabe aprofundamento neste trabalho. Por volta de 1878, na Alemanha, uma nova escola vai dar ênfase às mudanças fonéticas e a uma perspectiva histórica. Os estudiosos dessa escola serão chamados de neogramáticos. A linguística moderna se forma a partir de vários tipos de pesquisas que marcaram o seu desenvolvimento, tais como: descrição de todas as línguas conhecidas, história das línguas e estudo geral das condições de funcionamento, estrutura e evolução da linguagem e das línguas. Hoje, sabemos que a linguística tem objeto, método e finalidades diferentes da filologia. A primeira se dedica ao estudo da língua como atividade do pensamento humano, e a última estuda a língua como meio de expressão literária. As duas se interessam pelo estudo da língua, sendo a Filologia preocupada por toda utilização da mesma na cultura de um povo, sua linguagem, sua literatura, suas implicações na formação social e individual; já a linguística se restringe à linguagem oral e escrita, a língua por si mesma. Como podemos perceber, a base de estudo da filologia serão os textos literários, de onde se reconstruirá uma dada civilização, enquanto que da linguística será a língua falada em todos os seus aspectos, a fim de

descrever, comparar e agrupar as línguas em blocos para melhor investigar as forças que atuam sobre elas. Dessa maneira, a língua é um meio para a filologia e um fim para a linguística, mas ambas necessitam de entrosamento para alcançar seus objetivos.

### **3. *Conceitos básicos da psicanálise***

Os estudos de Freud nasceram das disciplinas especializadas em neurologia e psiquiatria, tendo como objeto de estudo as motivações e manifestações do inconsciente, cujo método é a análise dessas manifestações, através da palavra, da ação, dos atos falhos, dos sintomas e dos sonhos. Freud explorou as áreas da psique que eram desconhecidas. Encontramos num dos pressupostos mais importantes da teoria freudiana as defesas e os impulsos inconscientes para explicar o comportamento humano. Reprimido por uma função social, o indivíduo luta por uma saída, que poderá se manifestar através dos erros de linguagem, entre outros. Para nós interessam os preceitos de Freud que sustentaram Lacan na estrutura do pensamento do indivíduo, tal como Saussure estruturou a teoria dos signos linguísticos.

Freud firma que nada ocorre ao acaso e muito menos os processos mentais. O fato da consciência foi um ponto de partida para os pressupostos do consciente, pré-consciente, inconsciente. As observações de Freud a respeito de seus pacientes revelaram uma série interminável de conflitos e acordos psíquicos. A um instinto opunha-se outro; proibições sociais bloqueavam pulsões biológicas e os modos de enfrentar situações frequentemente chocavam-se uns com os outros. Ele tentou ordenar esse caos aparente propondo três componentes básicos estruturais da psique: o id, o ego e o superego, que juntos formam a estrutura da personalidade. O id contém tudo que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está presente na constituição mental – acima de tudo. É o id a estrutura da personalidade original básica e mais central, exposta tanto às exigências somáticas do corpo como aos efeitos do ego e superego. As outras partes da estrutura mental se desenvolvem a partir do id e as leis lógicas do pensamento não se aplicam a ele. Mesmo atuando como um reservatório de energia de toda a personalidade, nele não existe a ideia de tempo, portanto desconhece qualquer julgamento de valores do bem, do mal e da própria moralidade. O ego é a porção do aparelho psíquico que está ligado à realidade. Expande-se a partir do id, e o resguarda como um invólucro que garante a segurança, a saúde e a sanidade da personali-

de. Do ego é estruturado o superego, que atua como um censor, umpositor de regras. É um elemento mental que retém os preceitos da moral ditados pela sociedade, determina os modelos de conduta e os construtos que vão compor as inibições da personalidade.

Até aqui tivemos, particularmente, a preocupação com a teoria geral da personalidade, desenvolvida por Freud, para desenrolar a linha de pensamento deste trabalho, focado na prática terapêutica da psicanálise, que, no propósito de ajudar o paciente a estabelecer o melhor nível de funcionamento do ego, utiliza o discurso – a linguagem. A palavra, por tudo que representa, principalmente na veiculação de significados de conteúdos abstratos, sejam de ordem cognitiva, emocional ou instintiva, tais como pensamentos, juízos, sentimentos, desejos, tem exercido e continua exercendo papel relevante no campo da psicanálise. Através da linguagem, o discurso entre o médico e o paciente constitui o caminho habitual para o processo terapêutico. Em *Linguagem e Psicanálise*, Sebastian e Herma, (1973, p. 6-7) mostram que a linguagem desempenha várias funções abaixo especificadas, todas elas relevantes para a situação psicanalítica de comunicação. Nesse sentido:

- a) a fala representa uma possibilidade de controle de fatores emocionais (função de escape, de aplicação catártica em terapia);
- b) a fala se representa como forma de verbalização, ou como capacidade de elevação de conteúdos mentais e nível linguístico e de sua consequente coordenação lógica, semântica e sintática do mesmo nível (separando o inconsciente do pré-consciente e do consciente);
- d) a fala se apresenta como forma de atenção, confirmação e sedução, em contraposição ao silêncio, forma de recusa ou ameaça;
- f) a fala se revela como processo criativo, do qual decorrem neologismos e construções curiosas;

Observa-se, porém, que a psicanálise dá ênfase às alterações da linguagem; isto é, a reconstrução da fala, criando um vínculo entre o paciente e o estudo do caso feito pelo psicanalista.

#### **4. Jacques Lacan e a psicanálise**

Os primeiros escritos de Freud traduzidos na França aparecem por volta de 1913/14, é claro, com atropelos e diversidade de opiniões e inte-

resses. Após o final da Primeira Guerra Mundial, e pelos anos seguintes, é que vamos encontrar uma verdadeira propagação da psicanálise na França, onde no período de 1924/26 vamos descobrir Lacan em um grupo, que terminou por existir como Sociedade Psicanalítica de Paris (*Société Psychanalytique de Paris*). Nesse período, Jacques Lacan foi responsável por boa parte dos trabalhos que se realizaram no grupo, assim como a reunião de um considerável conjunto de discípulos e a responsabilidade da publicação em série de *La Psychanalyse*, revista da SFP. A adoção do cuidado linguístico, e da filosofia da linguagem em seus discursos e teorias, é que custou a Lacan o cataclismo no meio psicanalítico. Com o desacordo entre a Sociedade Francesa e a Internacional, Lacan e um pequeno grupo formam a Associação Francesa, que mais tarde vinha a tornar-se a Escola Freudiana de Paris. Entre tantas contribuições de Lacan, talvez a maior tenha sido, tanto para psicanálise como para toda ciência humana, o duplo movimento de um retorno às descobertas originárias de Freud e de um recurso às ciências da linguagem, que permitem articular a ciência do inconsciente.

Nas descobertas recentes da antropologia estrutural e da linguística é que a teoria lacaniana se fundamenta, deixando também contribuições para as mesmas. O que Lacan vai destacar na teoria psicanalítica é a importância do dizer e do calar numa dialética em que a verdade fica além do discurso infinitamente travado entre poltrona e divã, da relação significativa da linguagem, colhendo os efeitos do significante. Na realidade, Lacan propõe fecundar a psicanálise com a análise estrutural, retornando os textos originais de Freud, numa releitura, na qual imbricam duas disciplinas, duas metodologias, nesse caso a psicanálise e a linguística.

A abrangência dessas duas ciências se cruza no discurso de Lacan, principalmente em *O Estádio do Espelho (Le Stade du Miroir)*, no qual concebe a utilização da estrutura da fala, o significado, o significante como sendo parâmetros para o desenvolvimento do ser como pessoa e suas concepções do eu, do outro e do mundo. Lacan desenvolve através das teorias de Freud sobre o drama da existência e da formação de uma personalidade, a sua teoria do espelho, que consiste em três processos contínuos da criança com o desenrolar de sua apropriação da linguagem e o contato desta com a família e a sociedade. No decorrer desses processos, logo de começo a criança reage como se a imagem apresentada pelo espelho fosse uma realidade (na verdade é um reflexo do que a criança vê), ou então que a sua própria imagem fosse a de outra pessoa. Em se-

guida, essa imagem deixa de ser tratada pela criança como real; não mais procura pegar o outro que estaria escondido detrás do espelho. Em uma terceira etapa, a criança vai reconhecer o outro como sendo a sua própria imagem – trata-se de um processo de identificação, uma conquista progressiva do sujeito. Surge uma relação dual, reduzida a dois termos, o corpo da criança e sua imagem.

O acesso à linguagem produz como consequência a introjeção de uma matéria significante (fonemas: vogais e consoantes) oferecida pelo meio social e cultural. O próprio Lacan enuncia um dos dados fundamentais de sua análise quando comenta sobre o caso: “Nossa doutrina (*sic*) se funda no fato (...) de que o inconsciente tem a estrutura radical da linguagem, que um material ali se joga segundo leis que são as que descobre o estudo de línguas positivas, línguas que são ou foram efetivamente faladas” (LACAN, 1978, p. 594). No momento em que o indivíduo detém a linguagem, é inteiramente dominado pela ordem simbólica. Não haverá apenas o domínio, mas o ser será constituído por sua ordem. Podemos dizer então que o sujeito é tecido pela trama da linguagem. Quando tratamos de linguagem, falamos das relações de significado e significante, e é isto que faz Lacan quando se refere à obra de Ferdinand de Saussure.

É a postura do psicanalista em fazer-se penetrar na distinção do significado e do significante, à procura de organizar essas relações em duas redes. Ao tratar da rede de significantes, Lacan assimilou com desenvoltura as lições saussurianas: “Cada elemento toma nela seu emprego exceto no que se difere dos outros.” (*Ibidem*, p. 414) Sendo assim, a língua é um complexo distributivo de significantes em todos os níveis, nas menores oposições fonemáticas, até nas locuções compostas, hoje analisadas pela moderna linguística, ou seja, a frase, o discurso, a retórica. Em suma, um sistema completo, aberto, capaz de modificar o homem como sujeito do seu fazer. Castro (1992, p. 48) apresenta qual é a função da linguagem na concepção lacaniana.

Para Lacan, a linguagem tem função constitutiva no homem; é a condição de possibilidade do mundo humano. O inconsciente obedece a leis formais análogas às leis linguísticas. O homem não domina a ordem do significante, sendo antes esta ordem que o constitui enquanto homem, o qual é perpetuamente descentrado em relação a um mundo que lhe escapa; vale dizer, há autonomia da função simbólica em relação ao sujeito.

Cabe dizer, então, que falar de Lacan e psicanálise é estreitar os vínculos entre a formação da personalidade do homem, a estruturação desta pela linguagem e a perspectiva de utilizar ambas no estreitamento entre a imagem (símbolos) e a realidade. Pode-se, dessa forma, conceber

um axioma estrutural do desenvolvimento entre Freud, Lacan, Saussure e suas teorias, para que se possa visualizar o momento de imbricação.

5. *Esquema axiomático das estruturas teóricas lacanianas*



6. *Psicanálise e linguística – A estrutura saussuriana no discurso psicanalítico de Jacques Lacan*

A intenção deste estudo está voltada para a importância do linguista Ferdinand de Saussure na concepção de Jacques Lacan sobre a es-

trutura do pensamento. É Lacan (1955), em *Seminare sur “La letre volé”*, que afirma: “O inconsciente é estruturado como uma linguagem e o material simbólico que ele encerra tem nisso uma influência”.

No decorrer dos anos 1955 e 1956, vamos encontrar em *As Psicoses* (no livro III, *O Seminário*) centrado em torno das memórias de um neuropata de Schreber, pela primeira vez, o nome de Saussure e análises feitas por Lacan do livro *Curso de Linguística Geral*. Os termos significado e significante nos seus poderes simbólico e teórico são complexos e interpretados de forma diferente por cada teórico. A questão é retratar que, no momento em que Lacan percebe a importância da linguagem na formação do inconsciente humano, joga sua âncora nos arcabouços da metodologia de Saussure e de lá toma emprestado o léxico, criando uma subversão nos valores dos termos significante e significado. Borba (1975) refere-se à linguagem em seu livro *Introdução aos Estudos Linguísticos*.

b) Se a linguagem é atividade mental e é capaz de expressar estados mentais, logo verificamos que a linguagem e pensamento se relacionam muito estreitamente. Um depende do outro para desenvolver-se em larga escala. O pensamento só é exteriorizado pela linguagem. sendo assim, esta teria apenas a função secundária de invólucro dos pensamentos? Seria melhor dizer que a linguagem é o caminho sobre o qual todo pensamento é verbalizado, que só conseguimos pensar em termos de linguagem, pois, quando relacionamos imagens, estamos formando, embora sem o percebermos, um silencioso fluir de palavras. Admitir um pensamento sem palavras seria o mesmo que admitir uma operação matemática sem auxílio dos números.

Podemos reconhecer com isso que a teoria lacaniana se fundamenta sobre o pensamento de Freud e as descobertas da linguística. Remetemo-nos aos conceitos de *significante*. Para Saussure, o significante é a imagem acústica, é a parte perceptível do signo, está intimamente unido ao significado, “um reclama o outro”. São interdependentes e inseparáveis. No sentido lacaniano: a definição acima é aceita no que se refere ao consciente. No inconsciente, o significante é o que pode articular em um sistema, uma cadeia (a partir do significante primeiro). E o *significado*? Para Saussure o significado é o conceito que se tem da imagem acústica, é a contraparte inteligível do signo; parte que está “escondida”, imaterial. No sentido lacaniano: aquilo a que remete o significante, mas que, no inconsciente, é articulável. (FAGES, 1971) “Toda metáfora”, segundo Lacan, é uma “substituição significante”, uma substituição de significantes. Tomemos agora a supremacia da palavra e do significante discutida por Lacan em sua obra *A Teoria do Espelho*. A imagem, somente enquanto se articula com a cadeia significante, é que o imaginário se torna expres-

sivo. A etapa do espelho nos dá o princípio de distinção entre o imaginário e o simbólico, mostrando-nos que, por trás da cena imaginária do espelho e do reconhecimento que se realiza, se esboça o perfil da cadeia simbólica. A imagem de relação do significante e do significado é que o significante é unidade de ser único, sendo por natureza símbolo apenas de uma ausência. A verdade do inconsciente é que o homem é povoado e transformado pelo significante. Nesse ponto, a análise deve, pois, constituir-se em fazer cessar as falsas certezas do sujeito, em desfazer-lhe as miragens até que chegue à decisão suprema.

No discurso pleno (término da regressão, momento de interpretação, momento de nomeação do termo que não deveria ser renegado pelo sujeito), o analista compõe passo a passo a rede de significantes inconscientes, colocando a disposição do sujeito a trama secreta. Reconstituindo pacientemente cada momento. Chega a hora da resolução, quando o analista nomeará, revelará ao sujeito tudo aquilo que ele teceu a partir do seu significante primeiro. Esse discurso pleno e essa nomeação trazem o sujeito do estágio do imaginário e o colocam na ordem simbólica, que lhe conferem dizer, verbalizar tudo aquilo que inconscientemente ele tramou. Lacan (1955), no momento da revelação do discurso pleno, “pronuncia mesmo a palavra verdade; uma verdade fundada pelo discurso revelador”. Através das colocações acima citadas, podemos perceber como Lacan concebeu a linguagem inspirada em Saussure, que o permitiu reformular a análise de Freud sobre o inconsciente. “A linguagem, a ordem simbólica, constitui o sujeito; ela o transcreve por uma trama de significados, desde seu nascimento”. (*Idem, ibidem*). Os significados serão as variações de cada um, e só ganham entendimento dentro da coerência da rede dos significantes. Sendo assim a teoria vai concluir a supremacia do significante.

## **7. Considerações finais**

Ao término deste estudo podemos estabelecer um eixo nos conceitos que trazem à tona uma aglutinação de teorias e pensamentos que fazem a linguística e a psicanálise ciências coirmãs nas investigações da linguagem humana. Esperamos ter acrescentado aos estudos atuais sobre o assunto, traços inovadores para o conhecimento da importância de Ferdinand de Saussure nas concepções da psicanálise lacaniana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1970.
- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CASTRO, Eliana de Moura, *Psicanálise e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- FAGES, Jean-Baptiste. *Para compreender Lacan*. Trad.: M. D. Magno e Georges Lamazióre. Rio de Janeiro: Rio, 1971.
- GREENE, Judith. *Pensamento e linguagem*. Trad.: Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- LACAN, Jacques. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad.: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Escritos*. Trad.: Inês Oseki Dipré. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O seminário*, livro 3 – As psicoses – 1955-1956. Trad.: Aluísio Menezes. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo. Cultrix, [s.d.].
- SEBASTIAN E GOELPPERT, Herma C. *Linguagem e psicanálise*. Trad.: Otto Crich Walter Mass. São Paulo: Cultrix, 1973.

**ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA:  
SOBRE A VIDA E A OBRA  
DE UMA LINGUISTA HISTÓRICA BRASILEIRA**

*Américo Venâncio Lopes Machado Filho* (UFBA)  
[americovenancio@gmail.com](mailto:americovenancio@gmail.com)

**1. Palavras iniciais**

Este texto foi elaborado em homenagem à *Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva*, pessoa que conjugou duas qualidades humanas essenciais: a amizade verdadeira, porque desinteressada; a generosidade intelectual, porque formadora.

**2. Introdução**

Em um fragmento de um *Flos Sanctorum* do século XIV (MACHADO FILHO, 2009, p. 175-176), um frade pergunta a um monge velho de grande santidade:

– Que é o que salva o homem? O nome ou a fama ou a obra que faz?

E o monge velho respondeu e disse:

– A obra que faz.

Muitos séculos depois, em outro fragmento de um texto, um português de grande maturidade poética (PESSOA, 1977, p. 160) diz em verso:

A morte é a curva da estrada,  
Morrer é só não ser visto.  
Se escuto, eu te oiço a *passada*  
*Existir* como eu existo (...).

*Rosa Virgínia Barretto de Mattos Oliveira e Silva*, ou simplesmente *Rosa Virgínia Mattos e Silva*, acreditava que duas metáforas, empregadas por dois expressivos linguistas coetâneos, Roger Lass (1997, p. 45) e William Labov (1982, p. 20) bem definiriam “o tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica” (MATTOS E SILVA 2008a, p. 7): “hearing the inaudible” e “the art of making the best use of bad data”, traduzidos, respectivamente, por ela como “ouvir o inaudível” e “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”.

É com essas ideias que inicia *Rosa Virgínia* um de seus últimos livros, *Caminhos da Linguística Histórica*, de 2008, fazendo com que se ouvisse ainda mais alto o *passado* ou, para acreditar na força da poesia e do poeta, antes evocada aqui, que se continuasse a ouvir sua “*passada*”, existindo pelas esquinas ou pelas curvas de sua obra.

Professora *Rosa Virgínia*, com a precisão que lhe era peculiar, registrou um dia no papel, *ipsis litteris*, que foi “mordida, definitivamente, pela história da língua”, no remoto ano de 1961 (MATTOS E SILVA, inédito), quando, já graduada em línguas anglo-germânicas, pela Universidade Federal da Bahia, tinha, como resultado de pesquisa mais expressivo, a edição do *Livro das Aves*, trabalho de que participou juntamente com suas colegas Vera Rollemberg, antes Vera Sampaio, e Jacyra Mota, sob a orientação de seu grande mestre, Nelson Rossi, e que viria a ser publicada em 1965, pelo Instituto Nacional do Livro.

Não foi, porém, com essa obra que seu nome inaugura uma vasta produção bibliográfica que viria a destacá-la como uma das mais rendosas linguistas nacionais contemporâneas, pesquisadora I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e referência bibliográfica obrigatória em pesquisas sobre a história da língua portuguesa.

Em 1963, já estreava seu nome, mesmo diafanamente, na cortina dos colaboradores responsáveis pela execução das cartas do *Atlas Prévio do Falares Baianos* (APFB), sob a mesma coordenação de Nelson Rossi, na publicação do primeiro grande trabalho dialetal brasileiro, cujos cinquenta anos se comemoram ainda em 2013, com um evento para poucos participantes, na Bahia, e em 2014, no Paraná, em um congresso maior, em homenagem a duas importantes participantes desse projeto, as professoras Suzana Alice Marcelino Cardoso e Jacyra Andrade Mota, suas colegas e amigas.

Eram os dois trabalhos anteriormente indicados – produzidos sob a orientação de Rossi – o prenúncio de seu envolvimento perene com a história da língua, que, para a autora, deveria buscar integrar perspectivas diferentes das ciências da linguagem, como um olhar que

se alarga e se estreita, não se podendo deixar de pensar tanto na Linguística Histórica no seu sentido estrito e antigo – a mudança das línguas ao longo do tempo –, como na Linguística Histórica, em seu sentido lato e recente, que abarca as manifestações contemporâneas de fatos linguísticos não coetâneos (MATTOS E SILVA, 1993, p. 07),

estabelecendo, por isso, uma interlocução múltipla com aspectos dominantes da sociolinguística da segunda metade do século 20, com os da dialetologia, mais antiga, do século anterior, e com a filologia, de sempre. A linguística formal – a gerativista, sobretudo – não integrava seu leque pessoal de opções teóricas, conquanto tenha tido no PROHPOR, Programa para a História da Língua Portuguesa, que criou e coordenou de 1991 a 2012, ano de seu falecimento, alguns alunos e pesquisadores que conjugaram em seus trabalhos elementos dessa corrente de investigação na análise de dados do português arcaico. Seria algo próximo à tendência a que chamou Tarallo (1986) de personalidade laboral linguística zeligiana, isto é,

(...) o lingüista existente em nós deveria ser, na realidade, mais *zeligiano* que o pretendemos e o fazemos. Em outras palavras, uma certa dosagem de *falta* de personalidade acirradamente teórica poderá levar o lingüista a resultados mais condizentes com os fatos que se propõe a analisar (TARALLO, 1986, p. 128-9).

A própria natureza do trabalho pós-doutoral de *Rosa Virgínia*, supervisionado pelo professor Celso Cunha, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1979 e 1981, foi exemplo disso, já que, no final da década de 1980, vai, com base em sua formação estruturalista e essencialmente descritivista,

aplicar técnicas de análise descritiva a uma sincronia não-contemporânea, com vistas a ter-se sobre um *corpus* da fase arcaica da língua uma gramática estruturada que contivesse uma informação sistemática e exaustiva, que poderia vir a servir como ponto de referência para estudos da história da Língua Portuguesa (MATTOS E SILVA, 1989, p. 10).

Esse trabalho, como se sabe, foi publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em Portugal, em 1989, sob o título *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, a que chamava carinhosamente de ET, livro que lhe permitiu auferir o prêmio de pesquisador do ano da Universidade Federal da Bahia e tem sido referência bibliográfica inalienável para os pesquisadores que se debruçam sobre esse período recuado da história da língua, no Brasil e no exterior. Uma edição anastática, comemorativa desse importante título, veio a lume em 2010, pela Editora da Universidade Federal da Bahia, já que há muito a edição portuguesa se esgotara. Importante dizer que

Rosa Virgínia Mattos e Silva quis “deixar inscrito”, em sua apresentação, que os primeiros destinatários do livro seriam “os estudantes que se interessam pela história da Língua Portuguesa” e que seria ainda seu desejo que esse trabalho pudesse “vir a tornar outros por ela também interessados” (MACHADO FILHO, 2010, p. 03).

Pode-se dizer que, hoje, muitos jovens têm cumprido esse desiderato, tendo os estudos históricos exibido crescente interesse por uma geração, a que, há algum tempo, *bites*, *bytes* e *megas* já não bastam, senão as novas dimensões de *gigas* e *terabytes* de um mundo multimidiático, multifacetado e pletórico, em opções. Inobstante, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, todos os anos a seleção para os cursos de mestrado e doutorado traz novas candidaturas interessadas no passado da língua e muitas defesas têm sido aprovadas na área da linguística histórica. Professora Rosa Virgínia formou, nesse campo do conhecimento, durante seu exercício profissional, 23 (vinte e três) mestres e 12 (doze doutores), para além de ter tido sob sua responsabilidade diversas orientações de iniciação científica, deixando um legado de compromisso, assumido por seus discípulos, em prol da continuidade do que iniciou.

Quando era jovem, ainda nos meados dos anos de 1960, no período do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), dos Centros Populares de Cultura e do Movimento de Educação da Bahia, Rosa Virgínia registrou na memória que uma colega – que se considerava marxista, como convinha aos intelectuais da época – perguntara-lhe por que “queria estudar o português arcaico, quando havia tanta gente para alfabetizar no Brasil” (MATTOS E SILVA, inédito). A jovem Rosa Virgínia lhe responde com uma simplicidade estrutural ao estilo gregoriano, senão beneditino: “– Olha, (...) muita gente está alfabetizando pelo Brasil e poucos se dedicam ao passado da língua portuguesa. No meu caso, tanto posso alfabetizar, como pesquisar o português do período arcaico” (*Idem*).

É como se se ouvisse o que disse o mestre a seu discípulo Pedro, em um dos mais conhecidos documentos medievais portugueses: os *Diálogos de São Gregório*: “menor cousa he entender | ca ensynar e dizer aoutre® ca nõ | ensina senõ quem emtende. E | mujtos som que entendem e nõ | sabem ensinar” (MACHADO FILHO 2008, p. 102).

O trabalho de alfabetização não logrou sucesso, senão por uma rápida experiência, juntamente com o Professor Lindley Cintra, em Estremoz, no Alentejo português, no período ainda sob o jugo ditatorial salazarista, mas sua preocupação com o ensino da língua portuguesa compensou largamente sua ausência nas salas de alfabetização, passando a ser um tema constante em sua *opera omnia*, sobretudo por compreender que, no Brasil, o “português são dois”, verso de que Rosa Virgínia epigraficamente se apropriou para compor o título de seu livro de 2004, a

partir do sentimento poético de Drummond, emanado da memória daquele mineiro sobre as aulas com o Professor Carlos Góis (1881-1835), inusitado “desmatador da Amazônia” de sua alegada “ignorância linguística escrita”.

Muito antes, já havia publicado *Professora Rosa Virgínia* o livro *Contradições no ensino de português* (1995), que pode ser considerado forte exemplo de sua preocupação constante com o ensino da língua, no “reconhecimento e conhecimento das normas sociais e de outros usos linguísticos no Brasil para uma aplicação pedagógica” (1995, p. 45). Aliás, nunca se definiu propriamente como uma linguista, mas como uma professora de português. Que seja esse talvez seu maior paradoxo! Aliás, sobre a ideia do paradoxo, seu sogro, o intelectual português, professor Agostinho da Silva, disse certa feita: “Não sou do ortodoxo nem do heterodoxo; cada um deles só exprime metade da vida; sou do paradoxo que a contém no total” (SILVA, 2006, p. 145), nada demais para um homem que “gostaria de beber da fonte de que brotariam juntas a lógica e a fantasia” (p. 62).

Não obstante, “alfabetizou” *Professora Rosa Virgínia* alguns de seus orientandos na leitura de textos medievais – uns mais do que outros –, permitindo que essa tradição, pouco preservada em certo momento da historiografia linguística brasileira, com o ocaso dos estudos históricos, no momento da alvorada da linguística teórica, no País, por volta dos anos 1960, não se perdesse, mesmo porque sempre considerou que o linguista histórico não pudesse prescindir de uma formação filológica, para o melhor enfrentamento do texto arcaico ou antigo e para o melhor processamento analítico dos aspectos da mudança em tempo real, objeto teórico de seu trabalho. Queixou-se por muito tempo, depois dos sessenta certamente, de que sua visão já não seria a mesma, atribuindo a perda de alguma acuidade visual a essa árdua tarefa de alfabetização “corpo a corpo” com textos medievais em letra gótica, sobretudo por ser esse trabalho realizado, quer na tela de um computador, quer nas máquinas leitoras de microfilmes. Pode-se dizer, em nome da conservação da vocação por trabalhos históricos na UFBA, que valeu a pena.

Mas recuando um pouco ao passado, sua formação filológica, iniciada em Salvador, com Rossi, continua e substancia-se em Brasília, em seu mestrado, quando edita – a partir do testemunho mais antigo dos *Diálogos de São Gregório*, escrito em língua portuguesa – o segundo livro do códice, isto é, o referente à vida de São Bento, tendo por base as

folhas de pergaminho quatrocentistas que se encontravam, e ainda se encontram, no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da UnB.

Em algumas oportunidades, trabalhou por divulgar esse importante dado, em alguns eventos nacionais e internacionais, isto é, a surpreendente e inusitada existência de obras medievais tão preciosas no Brasil, os manuscritos Serafim da Silva Neto, de que tanto se orgulhava de conhecer e de que possuía fotografias em casa, compostos pelo *Livro das Aves*, pelo *Diálogos de São Gregório* e pelo *Flos Sanctorum*, comprados pela UnB à viúva desse importante estudioso da história do português, Dona Cremilda de Carvalho e Silva, pela quantia de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), que se indexado pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (base agosto de 2000=1,00), equivaleria a R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

Esse importante legado documental foi trazido para o Brasil no ano de 1950, por Silva Neto (1956, p. 105-6) que, sem grande margem para grandes conjecturações, assim resume sua história recente:

A história desses códices é simples. Alguns anos antes de 1925 o Dr. Jorge de Faria, ilustre intelectual português, adquiriu em Vila do Conde, pouco mais de duzentas folhas soltas de pergaminho, oriundas certamente do desbarato dalgum mosteiro ou casa religiosa, ou por causa da extinção das Ordens, em 1834,<sup>11</sup> ou por causa dos atos violentos que se seguiram aos acontecimentos de 1910.<sup>12</sup> Daí passaram às mãos do atual proprietário [ou seja, o próprio Serafim da Silva Neto].

Muitas dessas mais de 200 folhas não parecem ter chegado aos dias atuais, haja vista o *Flos Sanctorum* ser constituído, hoje, de 81 folhas<sup>13</sup>, os *Diálogos de São Gregório*, de 79, e o *Livro das Aves*, o que entre todos se encontra em estado de deterioração mais avançado e mais fragmentário, de apenas 8 folhas e meia, perfazendo o conjunto um total de 168 fólhos e meio, escritos dos dois lados.

---

<sup>11</sup> Essa data refere-se à restauração, por D. Pedro IV, de Portugal (D. Pedro I, do Brasil), em favor de D. Maria II, sua filha, do trono português que se encontrava em poder de D. Miguel. José Joaquim Nunes (1925:231) dá como data da extinção das ordens religiosas o ano de 1853.

<sup>12</sup> Esses acontecimentos relacionam-se com os movimentos que culminaram com a proclamação da República em Portugal no dia 05 de outubro de 1910.

<sup>13</sup> Existe mais um fôlio, o de número 78, que se julgava pertencer ao conjunto do *Flos Sanctorum* em função da numeração moderna nele inserida, mas que foi devidamente identificado pelo professor Nelson Rossi como parte integrante dos *Diálogos de São Gregório*, corrigindo-se o equívoco da numeração moderna.

Por se tratar este congresso de um evento de filologia, crê-se ser oportuno retomar uma discussão promovida pelos desdobramentos de uma das mesas-redondas do Congresso Internacional da Abralín, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 2003, de que participaram alguns expoentes nome da linguística histórica nacional, a exemplo de Carlos Alberto Faraco e, entre eles, a *Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Nesse evento, após uma provocação intelectual de um dos apresentadores, debateu-se, embora incipientemente, os perigos que cercam a história documental existente no País, levantando a necessidade de se procurar redefinir uma política nacional de conservação de seu espólio arquivístico, mesmo daqueles documentos que se encontrem sob a proteção de bibliotecas públicas ou privadas.

Como é óbvio que “não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado” (MATTOS E SILVA, 2008a, p. 14), *Rosa Virgínia* esteve sempre atenta à questão. Sobre isso, convém registrar que nos idos de 64, quando se instala o ditadura militar no Brasil, com a turbulência política vivida no País após o golpe, *Rosa Virgínia* retorna à Bahia, deixando “a Universidade de Brasília (a primeira) esfacelada (também logo ao nascer)” (MATTOS E SILVA, 1988, p. 9), mas não antes de testemunhar alguns desdobramentos importantes, nomeadamente ao que concerne aos documentos Serafim da Silva Neto, com que trabalhou.

E aí a força da expressão do que tem sido chamado de “verba volant” pode ser, às vezes, mais “verba manent” do que se poderia pressupor se comparada à ideia de “scripta manent”. Sua memória projetada em uma conversa pessoal permitiu recuperar um dado importante sobre a permanência desses textos no Brasil, o de que, durante 8 (oito) anos, teriam estado sob a guarda do Professor Nelson Rossi, que, demitido pela ditadura militar, assim como diversos outros professores que se encontravam na UnB, preocupado com o destino que se os poderia dar essa nova ordem nacional, carregou-os na mala até Salvador, após ser liberado, no retorno à Universidade Federal da Bahia, para assumir sua posição de professor catedrático de língua portuguesa. Os manuscritos só foram devolvidos, depois de muito tempo, à Universidade de Brasília, por ocasião das comemorações do quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*, no ano de 1972, precisamente no dia 12 de outubro, após longa tramitação burocrática e troca de correspondências entre a Universidade de Brasília e o Professor Nelson Rossi. Essa documentação está devidamente arquivada.

*Rosa Virgínia*, seu já então marido, Pedro Agostinho, e sua primogênita, Oriana, retornam também à Bahia e, três anos depois, em 1967, embarcaram, agora com o segundo filho, George Olavo, para o doutorado em Lisboa, sob a supervisão do professor Lindley Cintra, com vistas a editar, integralmente e criticamente, o códice com que havia parcialmente trabalhado no mestrado em Brasília, *i.e.*, os *Diálogos de São Gregório*, como antes referido, usando, para *collatio* ou *colação*, as versões alcobacenses B e C, para além de versões latinas (cf. MACHADO FILHO, 2013).

Durante esse tempo em Portugal, *Rosa Virgínia* conheceu Maria Helena Mira Mateus e a partir daí formaram com outros colegas, incluindo-se o professor Ivo Castro, um grupo de estudo de linguística. Foi a professora Maria Helena Mateus a responsável pela apresentação de *Rosa Virgínia* ao pessoal do Centro de Cálculo Científico, da Fundação Calouste Gulbenkian, despertando-lhe o interesse de agregar a seu trabalho de edição dos *Diálogos de São Gregório*, a elaboração de uma lista de palavras lexicais, com base no que havia de mais moderno na época, isto é, a perfuração mecanográfica de cartões, para processamento dos dados. Esses cartões existem ainda em seu apartamento na Avenida Sete de Setembro, em Salvador, assim como sua biblioteca particular que a tantos alunos e orientandos serviu. O destino desse importante material ainda está por se decidir.

Conquanto tenha sempre se considerado uma "dinossaura tecnológica", como costumava dizer em sala de aula ou nas conversas em seu gabinete na UFBA – por refutar qualquer contato com a parafernália cibernética moderna ou motores em geral, e aí registre-se que *Rosa Virgínia* jamais dirigiu um veículo automotor ou sequer aprendeu a andar de bicicleta –, teve ela, em seu apropriado tempo, a coragem, a visão e a disposição de enfrentar a inovação, já que não havia nada mais moderno, até então, do que o que se praticava naquele Centro de Cálculos Científicos da Gulbenkian. Hoje os alunos das universidades modernas que trabalham com o léxico, no viés lexicográfico e lexicológico em perspectiva histórica, têm, para além de formação filológica inicial, um momento posterior de introdução aos programas informáticos mais modernos e treinados no processo automatizado de fragmentação e interpretação de dados lexicais.

É interessante frisar que, quando o Grupo de Pesquisa PROHPOR foi constituído, sua plataforma de trabalho não incluía o léxico. No seu livro intitulado *O Português Arcaico: Fonologia*, de 1991, ao fechar o

volume, diz *Rosa Virgínia* que voltaria “com a Morfologia, a Morfossintaxe, a Sintaxe” e não excluiria o léxico. Mas, dessa feita, excluiu. O próprio título do livro de 1993, *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe* revela isso. Não obstante, quinze anos depois, em 2008, em *O Português Arcaico: Uma Aproximação*, publicado em dois volumes, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em Portugal, compensa isso, consumindo 225 páginas do primeiro volume com um capítulo exclusivo sobre o léxico em perspectiva histórica, com a interpretação de trabalhos de diversos autores nacionais e estrangeiros. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, para abusar de uma das citações camonianas de sua predileção.

O subtítulo, *Uma Aproximação*, dessa obra generosa e solidária com novos pesquisadores – já que abusa volumosamente de citações, mesmo de autores praticamente desconhecidos, todas devidamente e obviamente identificadas –, mereceu da autora uma explicação, que, embora longa, se reproduz aqui:

Na primeira redacção do projecto deste livro, utilizei como título “O português arcaico – uma introdução”. Contudo, a escolha de *uma introdução* pareceu-me que pretendia estabelecer *verdades* sobre o período focalizado. O que pretendo, contudo, é com base no já existente e nas pesquisas desses últimos anos, com novos dados e renovadas interpretações, *aproximar-me* dos factos linguísticos desse período recuado no tempo (MATTOS E SILVA, 2008b, p. 13).

Afirma, ainda, que a decisão teria sido “influenciada pela seguinte reflexão de William Labov” (1994, p. 21): “A tarefa da Linguística Histórica é explicar as diferenças entre o passado e o presente, não (...) [havendo] como saber quão diferente ele foi”. Esse, por assim dizer, aforismo laboviano é uma marca nos trabalhos de *Mattos e Silva* e foi uma constante no papel de orientador por ela desempenhado, lembrando sempre a seus discípulos do risco e do perigo, para a história da língua e, consequentemente, para a ciência, de se afirmar categoricamente algo sobre sua trajetória, sem o devido “testemunho da dúvida”, para aqui fazer referência a um título bibliográfico do saudosos professor Heitor Megale (1995), da USP, outro importante estudioso da história do texto e da língua portuguesa e também interlocutor eventual em diversas oportunidades acadêmicas.

Convém que se registre que a ideia de *aproximação* utilizada por ela, em sua mais volumosa última obra, já se encontrava presente em seu mais conhecido e, quiçá, mais importante trabalho, *Estruturas Trecentis-*

ta: *Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, finalizado em 1984 e, finalmente, publicado em 1989.

Ao refletir sobre a relação entre *corpus* e possíveis gramáticas a serem elaboradas do português arcaico, considerava *Mattos e Silva* quatro possibilidades. Na primeira delas, serviu-se do termo *aproximação* como corolário de seu pensamento, conquanto considerasse essa provável gramática “pouco objetiva”, como se depreende na citação abaixo:

Uma gramática do português arcaico pode estar fundamentada em informações mais ou menos dispersas que o seu autor possua decorrentes do convívio com a documentação do português arcaico. Seria uma gramática impressionística, de elaboração relativamente pouco onerosa, mas que se constituiria apenas em uma *aproximação* pouco objetiva da realidade da “língua arcaica” (1989, p. 35 – Grifo nosso).

No segundo tipo de trabalho de construção de uma pesquisa dessa monta, poderia seu autor, segunda ela, aproveitar-se de “dados reunidos em gramáticas históricas do português”, não operando, nesse caso, sobre dados primários. Na terceira forma de construção de uma gramática do português arcaico, que define como *ideal extrema*, o pesquisador, apoiado por um grupo articulado na investigação em diversos níveis de análise, “deveria explorar em sua totalidade toda a documentação remanescente desde os primeiros documentos escritos até às últimas produções do século XV”. Entre o ideal e o impressionístico ou aproximativo, como considerava naquele momento, sugere o que se poderia chamar de gramática de compromisso, denominada por ela de *representativa*, a última de sua proposição.

Mas, para a execução desse objetivo, acreditava *Mattos e Silva*, àquela época, que gramáticas parciais sincrônicas deveriam preceder o trabalho de construção de uma gramática geral diacrônica da língua, em que a adequada definição de metodologia e de *corpora* seria condição *sine qua non* de elaboração.

Construí, então, sua gramática parcial e sincrônica que, embora tenha para isso utilizado como *corpus* um único texto, os *Diálogos de São Gregório*, se constituiu em fonte inopinadamente *representativa* do comportamento gramatical do momento de transição entre a primeira e a segunda fases do português arcaico, em função do lapso bibliográfico existente até então ou mesmo presentemente desse período da língua. O termo *aproximação* volta tardiamente à obra de 2008, talvez pela consciência de que, por maior esforço que possam os homens empregar, será sempre “fragmentária a história das línguas”, como costumava dizer, pois

é a verdade inapreensível em sua essência, já que circunstancial e dependente da perspectiva do olhar. É como estar pela primeira vez dentro de um elevador, sem nunca ter visto a construção de um edifício.

Os limites cronológicos do período arcaico da língua portuguesa sempre mereceram de *Mattos e Silva* sua especial atenção. Começava suas aulas de sua disciplina preferida, *A Língua Portuguesa: Das Origens ao Período Arcaico* – infortavelmente codificada na UFBA pelos temidos números 666, relatados na Bíblia, no *Apocalipse*, como o número da besta, do monstro ou do Anticristo –, de que se ria e fazia questão de lembrar, procurando demonstrar as diferentes propostas taxionômicas com que têm lidado os estudiosos desse tão caro e especial a si, momento histórico da língua.

No livro de 1991, *O Português Arcaico: Fonologia*, sumariza, com base em uma publicação organizada por Ivo Castro, em 1988 – coletânea de ensaios sobre a obra de Joseph-Maria Piel –, como se posicionavam quatro importantes autores que a precederam: José Leite de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Pilar Vásquez Cuesta e Filipe Lindley Cintra.

Como se sabe, José Leite de Vasconcelos, nascido perto de um dos mosteiros cistercienses mais antigos de Portugal, em São João da Tarouca, é considerado um dos mais nobres pesquisadores do século passado, para além de médico, um homem de todas as letras; Serafim da Silva Neto era um intelectual pluriapto, sendo capaz de discorrer sobre diversos temas e assuntos, mas sempre voltado para a questão da história da língua portuguesa; Pilar Vásquez Cuesta, galega, foi professora emérita na Universidade de Santiago de Compostela, interessada na cultura dos povos de língua portuguesa, incluindo o Brasil; Luís Filipe Lindley Cintra, um dos mais importantes filólogos e linguistas portugueses, para além de orientador de Rosa Virgínia em Portugal, acolheu, nos inícios da década de noventa, dois jovens estudantes baianos da Universidade Federal da Bahia, hoje os professores Tânia Lobo e Dante Lucchesi, este titular de língua portuguesa, em substituição à *Professora Rosa Virgínia*. Para ela, a melhor história de alguém só pode ser contada se em seu entorno houver outros nomes, como o seu. Por isso não se estranhe a digressão.

Mas voltando às denominações utilizadas por esses autores, apenas a de Leite de Vasconcelos se apropria do termo *arcaico*, usado por *Mattos e Silva* para se referir ao tempo da língua, compreendido, aproximadamente, entre os inícios do século XIII e os meados do século XVI.

Os restantes oscilam, respectivamente, na conjugação denominativa de trovadoresco/português comum, galego-português/português pré-clássico e português antigo/português médio.

Sempre julgou *Rosa Virgínia Mattos e Silva* esses termos inadequados, pois confundiriam uso linguístico com uso literário ou mesmo por revelarem um certo grau de imprecisão, como no caso de *português antigo*, já que poderia este representar qualquer momento pretérito da língua, para o leitor desavisado.

Apesar de haver hoje novas tentativas de periodização, a exemplo da recentemente apresentada por Galves et al. (2006), com o par *galego-português/português hispânico*, que procura revelar duas gramáticas da língua portuguesa, a primeira até os finais do século XIV e a segunda que se estenderia até o final do século XVII, *Mattos e Silva* (2008b, p. 21), após avaliar fatos morfossintáticos e sintáticos, muitos dos quais pesquisados individualmente por membros do Grupo de Pesquisa PROHPOR, associa-os a indicadores socioculturais, demonstrando e assumindo a posição de que o período arcaico poderia ser dividido em duas fases, a primeira que iria do surgimento dos primeiros textos escritos – considerando-se aí a nova proposta de Ana Maria Martins de que o português já estaria registrado em 1175, com a *Notícia de Fiadores* –, até os finais do século XIV; e a segunda fase, desse momento, até os meados do século XVI, notadamente por volta de 1536/1540, com o surgimento dos primeiros testemunhos metalinguísticos do português, os de Fernão de Oliveira, com sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* e de João de Barros, com a *Gramática da Língua Portuguesa*, a que se associam a enunciação do último auto de Gil Vicente e a morte de Garcia de Resende, ambas em 1536.

Aliás, foi *Rosa Virgínia Mattos e Silva* uma grande admiradora do trabalho de Fernão de Oliveira, primeiro gramático descritivista da língua portuguesa. As ideias desse homem *avant la lettre* (“vanguardista”) são citadas em diversos livros ou mesmo artigos que produziu. Em *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe* (1993) conclui o texto dedicado a seus leitores com o seguinte período, extraído da edição de Buescu (1975, p. 126): “Antes peço a quem conhecer meus erros que os emende; e, todavia, não murmurando em sua casa, porque desfaz em si”. Em *Português Arcaico: Uma Aproximação*, termina o *Prólogo*, com a seguinte citação oliveirana: “Todas as cousas te) seu te)po: 7 os oçiosos o perde),” desta feita com base na leitura da edição anastática publicada por Torres e Assunção (2000). Quanto a essa última edição filológica de 2000, há na

UFBA, uma aluna de graduação, Jane Keli Almeida, que está procedendo a uma avaliação detida de todos os prováveis lapsos de leitura ou de aplicação de critérios, com base na edição *princeps* digitalizada.

Pois foram sempre Fernão de Oliveira e sua obra uma inspiração. No conhecido trabalho *Vitórias de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros* (MATTOS E SILVA, 2002), é daquele gramático precursor nascido em Aveiro, a cidade beirão conhecida por Veneza portuguesa, a primeira linha com que rabisca o texto: (...) “das cousas nascem as palavras e não das palavras as cousas”; e também a última no fechamento de sua ideia: “(...) os homens fazem a língua (...)” (OLIVEIRA, 2000).

É pelas escolhas que são feitas que se conhece o ser que se é ou, ao menos, que se imagina ser. Na epígrafe de *O Português São Dois...* (2004, p. 5), *Mattos e Silva* remete mais uma vez a Fernão de Oliveira: “Alguns que escrevem livros acostumam fazer, nos princípios, prólogos de sua defensão, o que eu não fiz. E tenho esta razão: que me não quero queixar antes de ser ofendido”.

Partilhava ela também da mesma humildade em relação à sua obra e a preocupação em fazer o melhor de si, aceitando as críticas que a pudessem corrigir e emendar, pois só assim se poderia falar em ciência.

Poder-se-ia arriscar comparar *Professora Rosa Virgínia*, com a devida *venia*, às características que detém o galo, entre todas as *animálias* que são associadas às qualidades humanas no documento que, ainda jovem, ajudou a editar, o *Livro das Aves*, porque

(...) o galo quando quer câtar sacude as aas e fer-se<sup>14</sup> cõ elas e espartasse mais, assi o bõo preegador ante que preegue primeirame)te s’afaz pera viver be) e sanctame)te per bõos costumes e per bõas obras (...) os galos faze) seu officio cõ verdade (...) (*Livro das aves*, ROSSI, 1965, p. 28-29).

Mas poderia ser também associada às características da *andorinha*, figura mais elegante do que o *galo*, diga-se, já que há esta

conhocimento natural pera fazer seu ni)ho em logares firmes (...) e nõ em logares que lige)rame)te possa caer, ne) em logar muyto alto em que lhi o ve)to lige)rame)te poderia enpeecer.<sup>15</sup> E per esto este)demo) que os que faze) verdadeyra peende)ça nõ se deleytã nos be)es daque)ste mu)do que se passã)o li-

---

<sup>14</sup> lat. *feri#e* ‘bater’; ‘machucar’; ‘causar ferimento’.

<sup>15</sup> lat. *\*impedi#sce#e*, incoativo de *impedi#e* (que denota o início de uma ação), ‘prejudicar’, ‘entravar’.

geyrame)te, mas nos be)e)s da gloria do parayso que sempre durã (...) (*Livro das aves*, p. 35)

como é o caso de sua obra.

*Professora Rosa Virgínia* parecia se orgulhar de conjugar as habilidades e os conhecimentos sobre a história da língua à sua ação política no universo em que se inseria. Sua fibra, iniciativa e personalidade, características próprias a grandes líderes, permitiram a consolidação do *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)*, com verve intelectual centrípeta, estimulando o diálogo de diferentes correntes teóricas em torno de um objetivo fundamental, que seja o entendimento do processo de constituição do português na história, através do trabalho de formação e especialização de estudantes de iniciação científica, de mestrado e doutorado, e na troca de experiências e de conhecimentos com os outros, já então, pesquisadores do grupo.

Costumava advertir seus seguidores ou discípulos de que o trabalho de orientação pressupunha, também, uma boa dosagem de paciência e bom conhecimento da natureza humana, pois cada orientando seria um universo incognoscível, o qual o orientador deveria saber desvendar. Note-se que quando fundou o PROHPOR era a única que detinha o título de doutor. No ano de seu falecimento estavam cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa 23 (vinte e três) pesquisadores. A vida acadêmica da Professora Doutora *Rosa Virgínia Barretto de Mattos Oliveira e Silva* é, pois, conseqüente e insigne.

Registre-se, ainda, que foi ela um dos fundadores, no ano de 1969, da *Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN*, assim como membro de diversas outras associações científicas, participando de vários conselhos editoriais de periódicos indexados da área da linguística, da sociolinguística e da língua portuguesa, do País e do exterior. Mas não só. Sem perder de vista o português arcaico, ainda sem ter o doutorado defendido, aventura-se, em 1969, com o marido, Pedro Agostinho, no Xingu, reafirmando seu interesse social pela diferença, pela alteridade cultural e linguística, em especial pela questão do índio brasileiro. Dessa experiência, organizou o livro *Sete Estudos sobre o Português Kamayurá*, com a contribuição de outros colegas, cujos originais só viriam a público quase vinte anos depois de sua aventura xingüana, em 1988.

O trabalho da Professora Doutora *Rosa Virgínia Barretto de Mattos Oliveira e Silva* é, pois, de natureza diametral, no sentido em que se constituiu em ponto supremo, para que e de onde fluíram e refluíram e

continuam a fluir e refluir atenções e interesses acadêmico-científicos pelo estudo da língua portuguesa, haja vista serem muitos dos títulos, por si publicados, referência bibliográfica essencial nessa área do conhecimento humano, como se pôde observar.

Antes de sua despedida, foi formalmente nobilitada na Universidade Federal da Bahia com o título de Professor Emérito, honraria que poucos hão de haver individualmente, mas que pôde ela compartilhar, em seu discurso de aceitação, com todos, por crer no trabalho coletivo. Será sempre uma honra para todos os que tiveram a oportunidade e o privilégio de a conhecer na dimensão de seu legado.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Ivo (Org.). *Sete ensaios sobre a obra de J.-M. Piel*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988.

GALVES, Charlotte, Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, Tânia et al. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2009, p. 65-74.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN W.; MALKIEL, Y. (Orgs.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, p. 17-92.

LASS, Roger. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MACHADO FILHO, Américo V. L. *Diálogos de São Gregório*: edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba, 2008.

\_\_\_\_\_. *Um flos sanctorum trecentista em português*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio à presente edição. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: Edufba, 2010, p. 3-4.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos biográficos*: Rosa Virgínia Mattos e Silva. 2. ed. Salvador: Quarteto, 2013.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.

- \_\_\_\_\_. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1995.
- \_\_\_\_\_. Por que estudar no século XXI o português arcaico, antigo ou medieval. (Inédito).
- \_\_\_\_\_. Linguística histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português. *Cadernos Literatura & Linguística*, Mestrado em Letras da UFBA, 1993
- \_\_\_\_\_. Vitória de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: \_\_\_\_; MACHADO FILHO, Américo V. L. (Orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: Edufba, 2002, p. 119-142.
- \_\_\_\_\_. *O português são dois...: novas fronteiras, novos problemas*. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *O português arcaico: uma aproximação*. 2 v. Lisboa: IN-CM, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: Edufba, 2010.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Sete estudos sobre o português kamaiurá*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.
- MEGALE, Heitor. O testemunho da dúvida: A busca da boa edição. In: \_\_\_\_; MEDINA, Antonio Rodrigues; TEIXEIRA, Ivan. (Orgs.). *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. 1. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1995, v. 1, p. 135-149.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa: introdução, leitura actualizada e notas de M. L. Buescu*. Lisboa: IN-CM, 1975.

\_\_\_\_\_. *Gramática da linguagem portuguesa*: edição crítica, semidiplomática e anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2000.

ROSSI, Nelson et al. *Livro das aves*: introdução leitura crítica, notas e glossário. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SILVA, Agostinho da. *Pensamento à solta*: um manuscrito autógrafo. Introdução, leitura paleográfica, fixação do texto, notas históricas e filológicas de Pedro Agostinho. Salvador: Edufba, 2006.

TARALLO, Fernando. Zelig: um camaleão-lingüista. *D.E.L.T.A.*, vol. 1, n. 2, p. 127-144, 1986.

**DIACRONIA SEGUNDO SAUSSURE  
EM SEU CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL**

*José Pereira da Silva* (UERJ)  
[pereira@filologia.org.br](mailto:pereira@filologia.org.br)

**1. *Síntese do que se propõe neste minicurso***

Neste minicurso, pretende-se apresentar uma síntese dos capítulos em que Ferdinand de Saussure trata da diacronia, no *Curso de Linguística Geral*, principalmente no capítulo III da primeira parte; na terceira parte, toda dedicada à linguística diacrônica (dividida em oito capítulos, tratando de “generalidades”, “as mudanças fonéticas”, “consequências gramaticais da evolução fonética”, “a analogia”, “analogia e evolução”, “a etimologia popular”, “a aglutinação”, e um capítulo sobre “unidades, identidades e realidades diacrônicas”) e na quinta parte: “Questões de Linguística Retrospectiva” (“as duas perspectivas da linguística diacrônica”, “a língua mais antiga e o protótipo”, “as reconstruções”, “o testemunho da língua em antropologia e em pré-história” e de “famílias de línguas e tipos linguísticos”).

São dois os objetivos principais desse minicurso: ampliar o destaque que se vem dando aos estudos históricos e diacrônicos das línguas e relembrar a contribuição que Saussure prestou a nossa causa até 1913, preparando uma edição especial desses capítulos de sua obra mais conhecida, divulgada pela Editora Cultrix, já em sua trigésima quarta edição.

Será utilizado o mesmo texto já tradicional nas universidades brasileiras (34ª edição, de 2012), na esperança de contribuir para o progresso dos estudos diacrônicos, principalmente da língua portuguesa, a que serão feitas as devidas aplicações e da qual serão buscadas exemplificações adequadas e ilustrativas.

**2. *Linguística sincrônica ou estática versus linguística diacrônica ou evolutiva***

O termo “linguística histórica” suscita ideias como a de que, “ao descrever estados sucessivos da língua, se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo” (p. 122), para o que seria necessário encarar separadamente os fenômenos que fazem a língua passar de um estado a outro, os seja, as causas dessas modificações. O termo *linguística evolu-*

*tiva* tem sido empregado frequentemente, assim como *linguística estática*, significando linguística diacrônica e linguística sincrônica, respectivamente.

Para ficar mais claro nosso raciocínio, entenda-se que sincrônico é tudo que se relaciona com o aspecto estático da linguística, e diacrônico é o que diz respeito às evoluções e que *sincronia* e *diacronia* designam um estado de língua e um estágio de sua evolução.

O falante comum não percebe que a sucessão dos fatos da língua, visto que “ele se acha diante de um estado” (p. 123). Por isto, o linguista deve ignorar a diacronia quando quiser compreender o estado da língua em determinado momento, suprimindo o passado.

A intervenção da história na descrição de um estágio da língua falsearia a análise linguística, assim como seria absurdo, por exemplo, desenhar um panorama do Pão de Açúcar focalizando-o simultaneamente de vários pontos da Baía da Guanabara. Ou seja: um panorama deve ser focalizado de um só ponto. Do mesmo se deve agir para a descrição da língua: não se pode descrevê-la nem fixar normas para o seu uso sem se colocar em um estado determinado. Isto é a linguística sincrônica ou estática, em oposição à linguística diacrônica ou evolutiva.

Quando o linguista segue a evolução da língua, assemelha-se ao observador em movimento, que vai de uma a outra extremidade da Baía da Guanabara para anotar os deslocamentos da perspectiva.

A linguística moderna nasceu como linguística diacrônica, com a gramática comparada do indo-europeu; método que se utilizou também no estudo das línguas românicas, das línguas germânicas etc.; casos em que os estados pontuais de cada uma dessas línguas intervêm muito imperfeitamente e apenas por meio de fragmentos, como o fez Franz Bopp.

Após ter concedido um lugar bastante grande à história, a linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos, e o método histórico terá contribuído para esse rejuvenescimento; por via indireta, será o método histórico que fará compreender melhor os estados de língua. A gramática antiga via somente o fato sincrônico; a linguística nos revelou uma nova ordem de fenômenos; isso, porém, não basta: é necessário fazer sentir a oposição das duas ordens e daí tirar todas as consequências que comporta. (p. 124)

Para o falante, em geral, o aspecto sincrônico é mais importante que o diacrônico, porque é ele que constitui a verdadeira e única realidade linguística perceptível. Quando o linguista se coloca na perspectiva

diacrônica, percebe uma série de acontecimentos que modificam a língua, mas não a língua viva em uso. É verdade que é muito importante conhecer as condições que formaram determinado estado da língua, porque são elas que esclarecem sobre a sua verdadeira natureza e nos livram de ilusões. Apesar de ser inútil na descrição do seu estado atual, é a diacronia que explica e justifica os fatos da língua.

### **3. A diferença entre diacronia e sincronia, ilustrada por comparações**

Para mostrar simultaneamente a autonomia e interdependência do sincrônico e do diacrônico, pode-se comparar a primeira com a projeção de um corpo sobre um plano. Com efeito, toda projeção depende diretamente do corpo projetado e, contudo, dele difere, é uma coisa à parte. Sem isso, não haveria toda uma ciência das projeções; bastaria considerar os corpos em si mesmos. Em linguística, existe a mesma relação entre a realidade histórica e um estado de língua, que é como a sua projeção em um dado momento. Não é estudando os corpos, isto é, os acontecimentos diacrônicos, que se conhecerão os estados sincrônicos, do mesmo modo porque não se terá noção das projeções geométricas por ter-se estudado, ainda que de muito perto, as diversas espécies de corpos. (p. 129)

Finalmente, para passar de uma sincronia a outra, o deslocamento de uma peça é suficiente; não ocorre mudança geral. Aí está o paralelo do fato diacrônico, com todas as suas particularidades. (p. 130)

Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico. A fala só opera sobre um estado de língua, e as mudanças que ocorrem entre os estados não têm nestes nenhum lugar. (p. 131)

Existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez tem a *intenção* de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada. (p. 131)

### **4. A sincronia e a diacronia opostas em seus métodos e em seus princípios**

Os métodos de cada ordem diferem também, e de dois modos:

a) A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente averi-

guar em que medida ela existe para a consciência de tais pessoas. A linguística diacrônica, pelo contrário, deve distinguir duas perspectivas: uma, *prospectiva*, que acompanhe o curso do tempo, e outra *retrospectiva*, que faça o mesmo em sentido contrário (p. 132)

b) Uma segunda diferença resulta dos limites do campo que abrange cada uma das duas disciplinas. O estudo sincrônico não tem por objeto tudo quanto seja simultâneo, mas somente o conjunto dos fatos correspondentes a cada língua (p. 132); [mas] a linguística diacrônica não somente não necessita de semelhante especialização, como também a repele; os termos que ela considera não pertencem forçosamente a uma mesma língua. (p. 133)

O “fenômeno” sincrônico nada tem em comum com o diacrônico, um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um acontecimento. (p. 133)

A lei sincrônica se impõe a todos, sujeitando-os ao uso coletivo, mas não é uma obrigação imperativamente imposta porque nada garante a manutenção da regularidade em qualquer ponto.

A lei sincrônica é a “simples expressão de uma ordem vigente” (p. 135) na comunidade, comprovando um estado de coisas. “Ela é da mesma natureza da que comprova que as árvores de um bosque estão dispostas em xadrez. E a ordem que ela define é precária, precisamente porque não é imperativa”. Enfim, “se se fala de lei em sincronia, é no sentido de ordem, de princípio de regularidade” (p. 135).

Ao contrário da sincronia, a diacronia supõe um fator dinâmico, pelo qual se produz um efeito. Mas não basta esse caráter imperativo para se aplicar a noção de lei à evolução da língua; fala-se de lei porque um conjunto de fatos obedece à mesma regra. No entanto, apesar de não parecer, os fatos diacrônicos “têm sempre caráter acidental e particular” (p. 135).

“No tocante aos fatos semânticos, somos convencidos imediatamente” (p. 135); se a palavra “baiano”, em São Paulo, significa o mesmo que “paraíba” no Rio de Janeiro, tratando-se do migrante nordestino, isso se deve a causas particulares que não dependem de outras mudanças ocorridas na língua; foi apenas um acidente registrado na história do português brasileiro.

##### **5. Consequências da confusão entre sincronia e diacronia**

A mudança sincrônica supõe sempre dois termos simultâneos, enquanto o fato diacrônico não precisa de mais que um termo, porque a forma nova toma o lugar da forma antiga, que desaparece.

Resumindo: os fatos sincrônicos apresentam certa regularidade, mas não têm nenhum caráter imperativo; os fatos diacrônicos, ao contrário, se impõem à língua, apesar de não ter um caráter geral.

Ou seja: “A verdade sincrônica parece ser a negação da verdade diacrônica e, vendo as coisas superficialmente, parecerá a alguém que cumpre escolher entre as duas; de fato, não é necessário; uma das verdades não exclui a outra”. (p. 138)

O verbo “pôr” e seus derivados, por exemplo, são da segunda conjugação porque é uma evolução de poer (< pōer < poner < ponere < pōnere), mas também, do ponto de vista sincrônico, porque a sua vogal temática, identificável na segunda pessoa do singular, é a mesma vogal átona “e” dos demais verbos da segunda conjugação.

A verdade sincrônica não contradiz diacrônica, porque a consciência linguística aproxima a gramática tradicional da gramática histórica. Pelo contrário elas concordam tanto que se costuma confundir uma com a outra.

Considerando duplo princípio da diacronia e da sincronia, pode-se concluir que “*tudo quanto seja diacrônico na língua só o é pela fala*” (p. 141), porque é no discurso ou na língua falada, pela qual cada uma das modificações é transmitida aos outros indivíduos de uma comunidade que tem origem a evolução da língua. Enquanto as inovações permanecerem no nível individual, não terão qualquer efeito diacrônico.

Um fato de evolução linguística é sempre precedido de outros fatos similares na esfera da fala, porque sempre se encontram dois momentos distintos, na sua história: “1º – aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2º – aquele em que se tornou um fato de língua, exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade”. (p. 141)

## **6. Generalidades sobre a linguística diacrônica**

A fonética, e toda a fonética, constitui o primeiro objeto da linguística diacrônica; com efeito, a evolução dos sons é incompatível com a noção de estado; comparar fonemas ou grupos de fonemas com o que foram anteriormente equivale a estabelecer uma diacronia. A época antecedente pode ser mais ou menos próxima; mas quando uma e outra se confundem, a fonética deixa de intervir; só resta a descrição dos sons de um estado de língua, e compete à fonologia levá-la a cabo. (p. 193-194)

Em fonética, nada é significativo ou gramatical, de tal modo que para se fazer a história dos sons de uma palavra pode ser totalmente ignorado o seu sentido, ficando evidente que “diacrônico equivale a não gramatical, assim como sincrônico a gramatical”. (p. 194)

Há sons que se transformam com o tempo, assim como o significado das palavras e as categorias gramaticais. Numerosos casos são mostrados na gramática histórica. Por isto, sem a fonética, é difícil estabelecer uma distinção absoluta entre diacronia e sincronia. (Cf. p. 194)

A linguística diacrônica estuda as relações que unem termos sucessivos não percebidos pela comunidade, termos que substituem uns aos outros sem formar um sistema, enquanto a sincrônica trata das relações lógicas e psicológicas, unindo termos coexistentes e formando sistemas percebidos pela comunidade. (Cf. p. 142)

A linguística diacrônica estuda as relações entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo; não as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua. (Cf. p. 193)

Apesar da intervenção da fonética na evolução das línguas, não é ela que a explica em todos os seus detalhes: “uma vez eliminado o fator fonético, encontra-se um resíduo que parece justificar a ideia *de uma história da gramática* (p. 196), que é a história dos fatos marcantes de uma comunidade que influenciaram em sua evolução, que se costuma chamar de história externa da língua, em oposição à história interna, que é exatamente a gramática histórica.

## **7. As mudanças fonéticas e suas causas**

Nas mudanças fonéticas, o que se transforma é um fonema e, às vezes, apenas em determinadas posições, como é o caso exemplificado da nasalização das vogais tônicas que precedem a consoantes nasais. Neste caso, registra-se um “sucesso isolado, como todos os sucessos diacrônicos” (p. 197), que atinge todas as palavras em que figure o fonema em questão, naquelas mesmas condições.

Apesar de sempre haver “uma causa determinante” para o desencadeamento de um sucesso histórico, nem sempre fica evidente a sua causa imediata, “cuja causa geral existia há muito tempo” (p. 204), como é o caso do desenvolvimento da nasalização da vogal tônica que precede uma consoante nasal, no Brasil, em oposição ao que ocorre em Portugal e

em outros países da lusofonia, como em Antônio X António, Eugênio X Eugênio etc.

Busca-se, por vezes, uma dessas causas determinantes no estado geral da nação em um dado momento. As línguas atravessam algumas épocas mais movimentadas que outras: pretende-se relacioná-las com os períodos agitados da história exterior e descobrir, assim, um vínculo entre a instabilidade política e a instabilidade linguística; isso feito, acredita-se poder aplicar às mudanças fonéticas as conclusões concernentes à língua em geral. (p. 204)

### **8. *A analogia e a aglutinação na evolução linguística***

Sentimo-nos por vezes tentados a perguntar se a analogia tem verdadeiramente a importância que lhe concedem os desenvolvimentos precedentes, e se possui ação tão extensa quanto a das mudanças fonéticas. De fato, a história de cada língua permite descobrir um formigueiro de fatos analógicos acumulados uns sobre os outros, e, tomados em bloco, esses contínuos reajustes desempenham um papel considerável na evolução da língua, mais considerável, inclusive, que o das mudanças de sons. (p. 229-230)

Algumas vezes, há insegurança para se afirmar que uma forma atual da língua nasceu por aglutinação ou se surgiu como construção analógica, em palavras como também/tão bem, contudo/com tudo, senão/se não, porquanto/por quanto, portanto/por tanto etc. Somente com testemunhos na história, é possível resolver tal problema porque

Todas as vezes que ela permite afirmar que um elemento simples foi outrora dois ou vários elementos da frase, está-se diante de uma aglutinação [...], Mas quando falta a informação histórica, é bem difícil determinar o que seja aglutinação e o que resulta da analogia. (p. 238)

### **9. *Unidades, identidades e realidades diacrônicas***

Pode-se definir a diacronia como o deslocamento da relação entre o significante e o significado, aplicado à alteração do sistema. (Cf. p. 241)

Depois de “comprovado um determinado deslocamento das unidades sincrônicas”, é preciso identificar a “unidade diacrônica em si” (p. 241), pesquisando-se sobre “cada acontecimento” para se identificar “qual o elemento submetido diretamente à ação transformadora”, sempre atento ao fato de que “a palavra, enquanto unidade, lhe é estranha”. (p. 241)

Em todo caso, não será completamente elucidada enquanto não tiver sido estudada em seus dois aspectos, o estático e o evolutivo. Somente a solução do

problema da unidade diacrônica nos permitirá ultrapassar as aparências do fenômeno de evolução e atingir-lhe a essência. Aqui, como na sincronia, o conhecimento das unidades é indispensável para distinguir o que é ilusão do que é realidade. (p. 241)

A *identidade diacrônica* é ponto que nem sempre é fácil de definir, pois é preciso saber se uma unidade persistiu idêntica a si mesma, ou se, persistindo como unidade distinta, mudou de forma ou de sentido. Por exemplo, se a palavra *cadeira* ou a palavra *leite* – é a mesma coisa que o elemento tomado do latim *cathédra* < *cáthedra* ou do latim *laite* < *lacte* (Cf. p. 241)

### **10. Objetividade da diacronia e subjetividade da sincronia**

A análise histórica ou diacrônica consiste em projetar sinteticamente as construções das palavras em diferentes épocas, de modo que, como a divisão da palavra em suas subunidades é feita para conhecê-las melhor, a síntese resultante pretende identificar sua forma mais antiga. Comparativamente, (Cf. p. 244)

A palavra é como uma casa cuja disposição interior e destinação tivessem sido alteradas em várias ocasiões. A análise objetiva soma e superpõe essas distribuições sucessivas; entretanto, para os que ocupam a casa, nunca existe mais que uma análise. (p. 244)

A etimologia não é uma disciplina distinta nem uma parte da linguística evolutiva; é somente uma aplicação especial dos princípios relativos aos fatos sincrônicos e diacrônicos. Ela remonta ao passado das palavras até encontrar algo que as explique. (p. 249)

Tratando-se da origem de uma palavra, quando se diz que ela “vem” de outra, várias coisas podem ser entendidas: simples alteração do som (*lupa* > *loba*); alteração do sentido somente (*oculus* > *óculos*); alteração do sentido e do som (*senior* > *senhor*) ou, enfim, uma derivação gramatical (*casa* > *casebre*). Neste último caso, trata-se de uma relação sincrônica de vários termos diferentes; deste modo, a analogia se torna a parte mais importante da pesquisa etimológica. (Cf. p. 249-250)

A etimologia não se contenta em explicar palavras isoladas; faz a história de famílias de palavras, assim como a faz dos elementos formativos, prefixos, sufixos etc. (p. 250)

### **11. As duas perspectivas da diacronia**

A linguística sincrônica só admite a perspectiva dos falantes e, conseqüentemente, um único método, mas a linguística diacrônica supõe um ponto de vista prospectivo (seguindo o curso verdadeiro dos acontecimentos, desenvolvendo a história da língua), seguindo o tempo, e um retrospectivo, indo em sentido oposto, ao passado, porque aquela maneira de praticar a linguística diacrônica pode ser insuficiente ou inaplicável em alguns casos, como nos estudos etimológicos. (Cf. p. 281)

Com efeito, para poder fixar a história de uma língua em todos os seus detalhes, acompanhando o curso do tempo, seria mister possuir uma infinidade de fotografias da língua, tomadas momento após momento. Ora, tal condição nunca se verifica: os romanistas, por exemplo, que têm o privilégio de conhecer o latim, ponto de partida de sua pesquisa, e de possuir uma massa imponente de documentos pertencentes a uma longa série de séculos, verificam, a cada instante, lacunas enormes em sua documentação. Cumpre então renunciar ao método prospectivo, ao documento direto, e proceder em sentido inverso, remontando o curso do tempo pela retrospecção. Nesse segundo modo de ver, colocamo-nos em uma época dada para pesquisar não o que resulta de uma forma, mas qual é a forma mais antiga que lhe pode dar origem. (p. 281-282)

### **12. A língua mais antiga, as reconstruções**

Raramente duas formas linguísticas fixadas pela escrita em datas sucessivas representam exatamente o mesmo idioma em dois momentos de sua história, mas, pelo contrário, dialetos que não são a continuação linguística um do outro. A mais ilustre exceção a esta regra são as línguas românicas relativamente ao latim. Recuando, por exemplo, do português ao latim, nós nos encontramos bem na vertical porque o território dessas duas línguas é o mesmo em que se falava o latim lusitano num passado remoto, sendo ele, naturalmente uma evolução do latim. (Cf. p. 287)

Apesar de se poder recuar no tempo e reconstituir línguas faladas muito antes de sua entrada na história, graças ao método retrospectivo, em grande parte é uma ilusão pensar que essas reconstruções poderiam esclarecer a respeito da raça desses povos, filiação, relações sociais, costumes, instituições etc. e que a língua subministra luzes à antropologia, à etnografia, à pré-história. É claro que há alguma verdade nisto, mas se trata de uma verdade relativa e restrita a alguns aspectos (Cf. p. 294)

Feitas as devidas ressalvas e consideradas as suas limitações, a língua é um documento histórico. Por isto, “o fato de as línguas indo-europeias consti-

tuírem uma família nos leva a concluir um etnismo primitivo, do qual todas as nações que hoje falam tais línguas são, por filiação social, as herdeiras mais ou menos diretas". (p. 296)

### **13. Reflexões conclusivas**

Poderíamos concluir este minicurso com as palavras dos próprios organizadores do *Curso de Linguística Geral*, que definiram o objeto da linguística com a seguinte frase, que não parece ser de Saussure: "*A Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*" (p. 305).

No penúltimo parágrafo do livro, os seus organizadores ainda escreveram:

Embora reconhecendo que Schleicher violentava a realidade ao ver na língua uma coisa orgânica, que trazia em si própria a sua lei de evolução, continuamos, sem vacilar, a querer fazer dela uma coisa orgânica em outro sentido, ao supor que o "gênio" de uma raça ou de um grupo étnico tende a conduzir a língua incessantemente por caminhos determinados. (p. 305)

A única forma de analisar a língua objetivamente é através de sua história, da história de sua evolução, da diacronia linguística, porque a percepção da língua viva pelo falante, inclusive pelos linguistas, é subjetiva e muito parcial.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 34. ed. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira: Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 2012.

## UM POUCO DE HISTÓRIA EXTERNA DA LÍNGUA PORTUGUESA

*José Mario Botelho* (UERJ e ABRAFIL)  
[botelho\\_mario@hotmail.com](mailto:botelho_mario@hotmail.com)

### **1. Introdução**

Certamente, quando se deseja falar sobre a história da língua portuguesa, a primeira informação que nos vem à lembrança é de que o português é uma língua neolatina e, por conseguinte, tem a sua origem na língua latina, falada na península Ibérica pelos povos romanizados.

Não nos lembramos, portanto, do enorme lastro de história existente entre o uso efetivo da língua latina na região, onde se instituiu o reino de Portugal e o início da língua portuguesa propriamente dito nessa mesma região. Não nos vem à lembrança, por conseguinte, das diferentes situações por que passou a língua falada pelos povos daquela parte da península Ibérica depois das invasões dos povos góticos, que determinaram o fim do Império Romano no século V da nossa era.

De certo, o latim vulgar – língua falada em todo o Império Romano – é a origem mediata da língua portuguesa. Acresce-se que as línguas românicas são formas modificadas dessa modalidade da língua latina. Das línguas românicas surgiram as línguas neolatinas, em cuja classificação está inserida a língua portuguesa. Logo, além de muitos elementos linguísticos do período de formação das línguas românicas, certos fatos históricos são fundamentais para a história externa da língua portuguesa.

A partir da descrição desses elementos, pode-se estabelecer um período pré-histórico e um proto-histórico do português, que, juntos ao período histórico, compõem a história da língua portuguesa.

Portanto, desde a queda do Império Romano até a fundação de Portugal, a língua falada pelos povos daquela região (até então, o latim vulgar) não era mais a língua latina, que se dialetava profundamente e diferentemente nos diversos reinos que se formavam na península. Poder-se-ia dizer que surgiam várias línguas daquele princípio caótico, causado pelo domínio dos bárbaros góticos, que destruíram as escolas, os templos, as estradas e praticamente tudo que garantia até então certa unidade da língua latina.

Deu-se, pois, a dialeção do latim vulgar, que já não era, nem mesmo no tempo do domínio romano, uma língua homogênea. Tal asserção vai ao encontro do que afirma Mattos e Silva:

Poderíamos dizer, parafraseando, que nada, ou quase nada, nas línguas se perde, tudo se transforma e é observando o passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, nos faz. Para algumas perplexidades que a variação sincrônica levanta, um rápido olhar para a história passada esclarece. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 13)

Certamente, muitos dados gramaticais do português dos nossos dias podem ser explicados, como alerta Mattos e Silva, a partir do estudo da história externa da língua; muitas idiossincrasias e outras complexidades linguísticas perdem a força que as norteia e justifica tais caracteres, e passam a ser encaradas como normalidades linguísticas por pertencerem a um dos paradigmas previstos no sistema da língua.

Não cabe nesse artigo descrever tais fatos, mas se faz necessário lembrar de que eles existem em consequência da rica história da língua portuguesa, que constitui, em parte, o objetivo deste nosso estudo.

## **2. *O início da história externa da língua portuguesa***

O Lácio – pequena aldeia às margens do rio Tibre –, onde tudo começou...

O latim era uma língua rude, falada no Lácio – exígua região da Itália Central, onde se estabeleciam várias pequenas aldeias até mais ou menos os meados do séc. VIII a.C.

Embora seja o latim vulgar a língua que deu origem às línguas românicas, que, mais tarde, deu origem ao português, não se faz mister escrutá-lo, uma vez que a língua portuguesa não se origina tão somente daquele, e tampouco diretamente; o português é, na verdade, uma miscelânea de várias outras línguas. No entanto, não se pode negar que é a principal língua dentre aquelas que constituem a língua portuguesa em si e, principalmente, o seu léxico, já que o nosso vocabulário se formou do vocabulário latino, tendo o acusativo como o caso lexicogênico da língua.

A língua latina, de fato, faz parte da história do português, porquanto compõe o que denominamos “período pré-histórico”, quando os soldados romanos chegaram à península Ibérica. Tal período se estende

até aproximadamente ao século IX, quando se inicia o “período proto-histórico”.

Sabe-se que, depois que o povo romano unificou a península Itálica, estabelecendo o seu Império nas terras italianas continentais e, em seguida, as ilhas do Mar Mediterrâneo (Sicília, Córsega e Sardenha), o Império Romano se estendeu para o resto da Europa ocidental, para o norte do litoral da África e para as terras litorâneas do Oriente.

À península Ibérica, região onde se deu a evolução do latim vulgar, do qual se origina a língua portuguesa, os romanos chegaram no século III a.C. e lá encontraram povos que habitavam aquele solo (celtíberos e o povo basco, além dos estrangeiros: gregos, fenícios e cartagineses, que se estabeleciam ao Sul da península).

É natural que a linguagem dos soldados romanos, os quais conquistavam terras longínquas, se distanciasse da linguagem daqueles que mantinham um contato mais direto e efetivo com Roma. Além de a distância dificultar e até mesmo impedir o contato com os falares de Roma, que também se modificava rapidamente, o contato com as linguagens dos habitantes de cada região conquistada, criava novos padrões linguísticos. E, embora constituíssem substratos para o latim, as línguas dos povos conquistados influenciavam o latim vulgar da península, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma.

### **3. A romanização da península Ibérica**

Os romanos, depois de vencerem os cartagineses, ampliaram o território, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria e impuseram o latim aos povos peninsulares conquistados. Para isto os romanos introduziram costumes de civilização que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais. O latim, prestigiado como língua oficial, ensinada nas escolas, pôde suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador.

Essa língua não era o latim clássico; era, pois, o latim vulgar, que, influenciado pelas línguas peninsulares, já não era também a língua falada em Roma. E as diferenças foram crescendo, à medida que as civilizações conquistadas adotavam por completo os costumes dos vencedores – isto é, romanizavam-se.

#### 4. A queda do império romano e a dialeção do latim

No séc. V d.C., o Império Romano já em decadência é totalmente destruído pelas invasões góticas. Os bárbaros, como eram chamados pelos romanos, fizeram várias incursões, primeiramente ao Nordeste, e depois ao norte da península Ibérica.

Tal fato acelerou a dialeção do latim, que já vinha sendo influenciado pelos substratos linguísticos da península. Nesse período, ainda “pré-histórico”, instaura-se um verdadeiro caos linguístico, pois muitos são os falares – diletos do latim – que surgem nos diferentes reinos gótico-cristãos em que se transforma aquela parte da România Ocidental.

Os povos bárbaros, essencialmente guerreiros e de cultura diferente da dos romanizados, embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização: a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros. Adotaram a língua latina, falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural da região do antigo Império Romano, pois as escolas foram fechadas e novos elementos culturais foram introduzidos. Logo, a romanização chega ao fim, mas a latinização se fazia presente.

Depois da queda do Império, reinos gótico-cristãos foram estabelecidos.

O latim vulgar, já bastante modificado pela ação dos substratos peninsulares e influenciado pelo superstrato (língua do vencedor, preterida pela língua do povo vencido) – a língua dos germânicos –, dialetou-se, isto é, passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região.

No séc. VIII, a península, já sob o domínio visigótico, sofre a invasão dos árabes pelo Sul. Vindo do norte da África, os mouros maometanos – muçulmanos – invadiram e dominaram parte da península e, embora oficializassem a língua árabe, não coibiram a língua latina.

Esse estrato linguístico é para a língua latina falada pelo povo conquistado, na qual exerce bastante influência, um adstrato (língua do povo vencedor que não suplanta a do vencido).

Em algumas regiões (na Lusitânia, que hoje é Portugal) surge o *moçárabe* – mistura da dialeção do latim vulgar com o árabe e, portanto, um romance (ou romance) cristão.

Nessa época, já se verificavam vários romances latinos, os quais praticamente se transformaram em línguas românicas e, mais tarde, nas línguas neolatinas existentes.

### **5. *A Reconquista da Península Ibérica e estabelecimento do Reino de Portugal***

O domínio árabe não conseguiu destruir um movimento de resistência cristã, cujos adeptos se refugiaram nas Astúrias, ao Norte da península e se organizaram para a reconquista, que aconteceu árdua e paulatinamente.

Estes cristãos, que partiram do Norte para o Sul, conquistando terras e expulsando os mouros, levam consigo um romance latino cristão – o galego-português –, que se encontra com o moçárabe mais tarde, de cujo contato surge a língua portuguesa.

Ao Norte da península, surgem a Galiza – dote que o rei de Leão e Castela, D. Afonso VI, ofereceu a D. Raimundo, ao se casar com sua filha legítima, D. Urraca, e o Condado de Portu Cale, feudo oferecido a D. Henrique, ao se casar com sua filha bastarda, D. Teresa.

A língua falada destas duas regiões era o romance galaico-português; a administração do Condado Portucalense era de responsabilidade de D. Raimundo aos cuidados de D. Henrique. Com a morte de D. Henrique, a viúva assume o poder, mas surgem problemas familiares e políticos, os quais obrigam o seu filho, D. Afonso Henriques, já senhor daquele condado, a tomar o poder e se proclamar rei do condado, que ele denomina reino de Portugal.

Depois de várias batalhas, os cristãos conseguem reconquistar as terras ocupadas pelos moçárabes na Lusitânia e estabelecem, até Algarve, os limites de Portugal, que só mais tarde é reconhecido pelo rei de Espanha.

### **6. *O Reino de Portugal e fundação da nacionalidade portuguesa***

Até que os mouros fossem expulsos totalmente, Portugal ia diferenciando-se cada vez mais da Galiza. E à medida que isto acontecia, o galego-português de Portugal, em contato com outros falares, o moçárabe

principalmente, se diferenciava mais e mais daquele falado na Galiza, que permanecia estacionário, empobrecido.

Nesse século XIII, de fundação da nacionalidade portuguesa e de delimitação de seu território, a língua portuguesa já apresentava uma língua literária – as cantigas medievais “de amor”, em galego-português.

É importante frisar que antes da segunda metade do século XIII, quando Portugal firmou seus limites ao conquistar Algarves, no extremo sul da península, a língua falada em Portugal já se distinguia daquela falada na Galiza.

Desta língua não se tem registro, uma vez que, até então, escrevia-se em latim bárbaro (língua escrita de documentos oficiais, em que se observam indícios de uma linguagem oral), em documentos oficiais, e em galego-português, na poesia. Nesse período, denominado “proto-histórico”, que se estende até o século XII, já que se verificam muitos vocábulos portugueses em documentos escritos em latim bárbaro desde o século IX.

Daqueles textos em prosa, depreendem-se traços da língua portuguesa, que substituiu o latim bárbaro e o galego-português mais tarde.

Logo, o português existiu durante muito tempo sem ser escrito.

## **7. Síntese da história externa do português**

Alguns autores dividem a história da língua portuguesa em fases ou períodos, cujos critérios são muitas vezes divergentes. Leite de Vasconcelos, em Coutinho (1976, p. 56-57):

- a) Época Pré-Histórica (das origens até o séc. IX) – surgem os primeiros documentos latino-portugueses, escritos num latim estranho (sem regras) – formação do romance falado na região;
- b) Época Proto-Histórica (do séc. IX ao séc. XII) – textos redigidos em latim bárbaro, nos quais se verificam palavras portuguesas, o que evidencia o romance galaico-português; e
- c) Época Histórica (a partir do séc. XII) – textos redigidos em português. Esta época deve ser dividida em duas fases: a arcaica (do séc. XII ao séc. XVI) e a moderna (a partir do séc. XVI).

Estabelece-se, na época histórica, a língua portuguesa, que se apresenta na escrita poética em forma de galego-português. A cantiga “No mundo non me sei parelha” ou “Cantiga da Guarvaya”, de Paio Soares Taveirós, tem sido considerado o 1º texto (1189 ou 1198) nesse galego-português.

Também é dessa época a cantiga de amigo, atribuída ao rei D. Sancho I, “Cantiga da Ribeirinha”. Essa trova, que provavelmente fora feita entre 1189 e 1199, quando D. Sancho I estivera na cidade da Guarda, em guerra, também pode ter sido o primeiro texto em português.

#### **Cantiga da Guarvaya**

|                                   |                                      |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| No mundo non me sei parelha       | parelha ⇒ igual, semelhante          |
| mentre me for' como me vay        | mentre ⇒ enquanto, ao passo que      |
| ca já moiro por vos – e ay!       | ca ⇒ pois, porque                    |
| mia senhor branca e vermelha,     |                                      |
| queredes que vos retraya          | retraya ⇒ retrate, reporte, descreva |
| quando vos eu vi en saya!         | saya ⇒ roupa íntima para dormir      |
| Mao dia me levantei,              |                                      |
| que vos enton non vi fea!         |                                      |
| E, mia senhor, des aquel di' aya! |                                      |
| me foi a mi muyñ mal,             |                                      |
| e vos, filha de don Paay          |                                      |
| Moniz, e ben vuz semelha          | semelha ⇒ parece                     |
| d'aver eu por vos guarvaya        | guarvaya ⇒ manto de rei; respeito    |
| pois eu, mia senhor, d'alfaya     | d'alfaya ⇒ como mimo; prova de amor  |
| nunca de vos ouve nem ei          |                                      |
| valia d'ua correa.                | correa ⇒ correia; coisa sem valor    |

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 22)

#### **Cantiga da Ribeirinha**

Ay eu coitada, como vivo en gran cuidado  
 por meu amigo que ei alongado!      alongado ⇒ afastado; longe  
 Muito me tarda  
 o meu amigo na Guarda

Ay eu coitada, como vivo en gran cuidado  
 por meu amigo que tarda e non vejo!  
 Muito me tarda  
 o meu amigo na Guarda

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 21)

Também pode ser considerado o 1º texto em português a cantiga de escárnio atribuída a Joam Soares de Paiva “Ora faz ost’o senhor de

Navarra”, que fora tardiamente encontrada e que pertencera a D. Sancho I. Esta trova, que é provavelmente de 1196 (ou 1200 ou 1214), faz referências às batalhas entre o rei D. Sancho VII, de Navarra, e os reis D. Afonso IX de Castela e D. Pedro II de Aragão. Sabe-se que o rei de Navarra saqueara as terras de Castela e de Aragão, aproveitando-se do fato de o rei de Castela estar distante, em Provença.

**Ora faz ost’o senhor de Navarra**

|  |  |
|--|--|
| Ora faz ost’o senhor de Navarra,<br>pois en Proenç’ est’ el-Rei d’Aragon;<br>non lh’an medo de pico nem de marra<br>Tarraçona, pero vezinhos son;<br>nen an medo de lhis poer boçon<br>e rir-s’an muit’Endurra e Darra;<br>mais, se Deus traj’ o senhor de Monçon,<br>ben mi cuid’eu que a cunca lhis varra.<br>Se lh’o bon Rei varrê-la escudela<br>que de Pamplona oïstes nomear,<br>mal ficará aquest’outr’ en Todela,<br>que al non á /a/ que olhos alçar;<br>ca verrá i o bon Rei sejournar<br>e destruir atá burgo d’Estela<br>e veredes Navaros lazerar<br>e o senhor que os todos caudela.<br>Quand’el-Rei sal de Todela, estrêa<br>ele sa ost’ e todo seu poder;<br>ben sofren i de trabalh’ e de pëa<br>ca van a furt’ e tornan-s’ en correr;<br>guarda-s’ el-Rei, come de bon saber,<br>que o non filhe luz en terra alhêa,<br>e onde sal, e s’ar torn’ a jazer<br>jantar ou se non aa cêa. | ost’ ⇒ hoste, exército, tropa<br><br>pico, marra ⇒ armas de guerra<br>Tarraçona ⇒ terras em Aragão<br>boçon ⇒ arma de guerra: ariéte<br>Endurra, Darra ⇒ terras em Aragão<br>Monçon ⇒ terras em Aragão<br>cunca ⇒ apelido de Pamplona<br>escudela ⇒ apelido de Pamplona<br>Pamplona ⇒ terras em Navarra<br>Todela ⇒ terras em Navarra<br><br>i ⇒ aí; sejournar ⇒ repousar<br>Burgo d’Estela ⇒ terras em Navarra<br>lazerar ⇒ sofrer<br>caudela ⇒ comanda<br>estrêa ⇒ mostra<br>sa ⇒ sua<br>pëa ⇒ peia, amarra para os pés<br>ca ⇒ porque<br><br>filhe ⇒ alcance<br>onde ⇒ donde; ar ⇒ alguém; jazer ⇒ ao<br>[deitar] |
|--|--|

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 21)

Na prosa, o primeiro texto escrito em português foi o Testamento de D. Afonso II, o terceiro rei de Portugal. Esse texto em prosa não artística foi escrito em 1214. Das 13 (treze) cópias que foram feitas, como consta no fim do documento, há uma no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa, e outra, no arquivo da Catedral de Toledo. Abaixo transcrevemos um trecho:

**Testamento de D. Afonso II**

En’o nome de Deus, Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a

proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us)filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia mada p(er) q(eu) depos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(eu)lãs cousas q(eu) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. Primeiram(en)te mado q(eu) meu filio infante don Sancho q(eu) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(en)te e en paz. E ssi este for morto sen semmel, o maior filio q(eu) ouer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz.

E ssi filio barõ nõ ouermos, a maior filia que ouermos agia'o...

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 22-3)

Segundo Coutinho (1976), o primeiro texto em prosa não-artística da língua portuguesa é o Auto da Partilha, que também é um testamento, de 1192. Contudo, essa data tem sido questionada e o texto não se apresenta totalmente em galego-português:

#### **Auto da Partilha**

In Christi nomine amen. Hec est notitia de partiçon, e de devisaõ que fazemos entre nos dos erdamentus, e dus Coutos, e das Onrras, e dous Padruadigos da Eygreugas, que forum de nosso padre, e de nossa madre, en esta maneira: que Rodrigo Sanches ficar por sa partiçon na quinta do Couto de Viiturio, e na quinta do Padroadigo dessa Eygreuga en todolos us herdamentus do Couto, e de fora do Couto: Vasco Sanchiz ficar por sa partiçon na Onrra Dulveira, e no Padroadigo dessa Eygreuga, en todolos herdamentos Dolveira, e en nu casal de Carapezus de Vluar, e en noutro casal en Agiar, que chamam Quintaa: Meen Sanchiz ficar por partyes do Padroadigo dessa Eygreuga, e no Padroadigo da Eygrega de Treysemil, e na Onrra e no herdamento de Darguiffe, e no herdamento de Lavorados, e no Padroadigo dessa Eygreuga; Elvira Sanchez ficar por sa partiçon nos herdamentos de Centegaus, e nas tres quartas do Padroadigo dessa Eygreuga, e no herdamento de Treyxemil, assi us das sestas, como noutro herdamento. Estas partiçoens, e divisões fazemos entre nos, que vallam por em secula seculorum amen. Facta Karta mensee Marcii, Era MCCXXX. Vaasco Suariz testis – Vermuu Ordoniz testis – Meen Fanrripas testis – Gunsalvu Vermuiz testis – Gil Dias testis – Dom Minon testis – Martim Periz testis – Dom Stephani Suariz testis – Ego Johanes Menendi Presbiter notavit.

(*Apud* COUTINHO, 1976, p. 68)

Além desse documento, de 1192, há também outro, o “Testamento de Elvira Sanches”, que seria de 1193, e a “Notícia do Torto”, que seria de 1206 ou 1211, sendo, portanto, os documentos mais antigos.

Entretanto, o padre Avelino de Jesus da Costa, em seu aprofundado estudo “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico” (*Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, p. 263-310), digressiona acerca da datação daqueles textos, até então tidos como os mais antigos textos escritos em português, e

afirma que são do final do século XII os seus originais, escritos em latim, língua utilizada na elaboração dos documentos da época, e que as versões em galego-português são do século XIII, posteriores ao Testamento de D. Afonso II, cuja data é inquestionável.

## 8. *Conclusão*

Muito ainda se pode falar da trajetória do latim vulgar desde a queda do Império Romano até a fundação do Reino de Portugal, período em que se verifica uma parte da pré-história e toda a proto-história da língua portuguesa.

Nesse extenso período – sete séculos (do Séc. V ao Séc. XII –, uma série de fatos históricos, muitos fenômenos linguísticos de formação das línguas românicas e mudanças linguísticas de naturezas diversas foram fundamentais na história externa do português.

É a partir da descrição desses elementos que se pode ter uma compreensão sólida da língua portuguesa, solucionar vários impasses gramaticais e desmistificar certas asserções teóricas, além de desmitificar o que se afirma acerca da origem da língua.

Como se pode verificar, a língua portuguesa originou-se do romance galaico-português, mais propriamente, que constitui o conjunto de evoluções do latim vulgar, cuja reconstituição é polêmica, por ter sido uma língua essencialmente falada.

Não obstante, não se pode negar a possibilidade de se assinalarem semelhanças entre as duas línguas, apesar das diferenças que as particularizam. De fato, o léxico do português é basicamente o do latim vulgar, que sofreu profundas mudanças; a tendência à formação de paroxítonas no latim justifica o fato de o português ser uma língua paroxítona; a tendência ao analitismo latino determinou o fato de a língua portuguesa ser analítica; etc. Contudo, a lacuna entre a efetivação do latim vulgar e a do português é deveras grande e muitos foram os falares que se efetivaram durante os sete séculos de formação da língua portuguesa.

Para se chegar a esta conclusão, apresentamos uma breve história da língua portuguesa, acompanhada de digressões pontuais.

Estamos certos de que não se esgota neste artigo tal tema, mas esperamos ter contribuído para o estudo daqueles que se interessam pela história externa da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. I, História externa das línguas românicas. S. Paulo: Edusp, 2005.
- CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CARVALHO, Garcia Dolores; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1969.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O português arcaico: fonologia*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.
- MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008. (Videoaulas)
- MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- NASCENTES, Antenor. *Elementos de filologia românica*. Organizado por José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Botelho, 2009.
- NETO, Serafim da Silva. *História do latim vulgar*. Apresentação de Rosalvo do Valle. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Clássica, [1969?].
- SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1977.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 10. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1988.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELOS, Leite. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1926.

**PARA ROSA**

Sônia Bastos Borba Costa (UFBA)  
[soniaborba.let@uol.com.br](mailto:soniaborba.let@uol.com.br)

Rosa das rosas e Fror das frores  
Dona das donas, *Senhor das Senhores*

(Cantiga de louvor a Santa Maria, Afonso X)

**RESUMO**

O trabalho pretende apresentar um resumo circunstanciado da vida acadêmica da Professora Doutora Rosa Virgínia Mattos e Silva, entremeado de alguns dados de sua vida pessoal e acompanhado de um depoimento da autora sobre sua convivência com a referida professora no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, desde 1982 até o seu falecimento, em 16 de julho de 2012. A autora foi sua orientanda de mestrado e doutorado; participou da fundação do grupo de pesquisa PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa (1990), coordenado até seu passamento pela Profa. Rosa Virgínia, e é a sua atual coordenadora.

**Palavras-chave:** Rosa Virgínia Mattos e Silva.

**Depoimento.** Linguística histórica. História da língua portuguesa

**1. Sobre o título desta conferência**

Tomei de empréstimo a tradução do título do I Congresso Internacional de Linguística Histórica, que organizamos em homenagem a Rosa Virgínia – o *ROSAE* – para intitular esta fala que apresento em sua memória e em memória dos bons momentos que compartilhamos.

**2. Sua vida, em suas palavras**

Em seu último texto apresentado em público (julho de 2012, 60º Seminário do GEL, USP/SP), Rosa Virgínia apresentou breve relato da sua vida acadêmica, que aqui trago, com algumas adaptações e acréscido de informações que colhi aqui e ali. É também dela o texto sobre o PROHPOR, apresentado em 25.06.2005, na UnB. Passo a apresentá-los, transpondo-os da primeira para a terceira pessoa.

Rosa (permitam-me chamá-la assim, como a chamava no cotidiano) cursou a Graduação na então Faculdade de Filosofia da UFBA, entre 1958 e 1961. Já em 1958, Nelson Rossi, seu professor de língua portu-

guesa nos quatro anos de formação, lecionou linguística à sua turma, embora essa disciplina só tenha vindo a figurar no currículo a partir de 1963. No segundo ano, notícias sobre o indo-europeu, história da língua latina, o latim vulgar. No terceiro ano, a história da língua portuguesa – a partir de Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis, Adolfo Coelho, Serafim da Silva Neto – e introdução à dialetologia (era o tempo dos inícios do APFB). Em 1961, último ano do curso, o grupo constituído por Jacyra Mota, Vera Rollemberg e ela empreendeu, sob a orientação de Rossi, a edição crítica do *Livro das Aves*, texto português do século XIV, cujos fac-símiles tinham sido publicados por Serafim da Silva Neto (1956). A edição ultrapassou o curso, vez que levou dois anos e meio para ser concluída. Naquela altura, não havia bolsa de iniciação científica, então, como ela disse, começava-se a fazer pesquisa pelo prazer de fazê-la. Teve ela então a oportunidade de desenvolver seu gosto pelo português antigo que conhecera, segundo me revelou em conversa informal, quando fora aluna de Maria Alice Teixeira, sua professora de português no curso médio. Conta ela as dificuldades que enfrentaram, iniciantes que eram. Em 1965 foi o livro publicado pelo Instituto Nacional do Livro. Fizeram também o Glossário, de acordo com as normas de A. G. Cunha.

No início de 1962, Rossi foi convidado para a Universidade de Brasília, tendo o direito de levar quatro auxiliares para cursar mestrado e/ou doutorado. Foram Nadja Andrade, para o doutorado, e Dinah Callou, Júlia Conceição Santos e Rosa, para o mestrado. Estudaram linguística teórica, com Aryon Rodrigues, e prática, com membros do *Summer Institute of Linguistics*. Nessa época, ela dava aulas de recuperação de português e, junto com Rossi, Nadja, Júlia Conceição e Ada Natal Rodrigues, começaram inquéritos para o *Atlas Linguístico de Goiás*, interrompido pela fechamento da universidade. Júlia faleceu em Besançon, em 1968, quando cursava o doutorado. Ada se tornou também sua grande amiga até seu falecimento em 1991. Rossi e Nadja ainda continuaram seus companheiros por muitos anos.

Diz ela: “como já tinha trabalhado no *Livro das Aves*, resolvi continuar no mundo de trezentos. Consegui microfimes alcobacenses e outros para fazer a edição crítica dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório*, também, integrantes dos manuscritos de Serafim da Silva Neto”. Iniciou então a sua dissertação de mestrado, sob orientação de Rossi. Escolheram o livro dois dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório*, não só pelo tempo disponível para o mestrado (dois anos), mas porque apresentava uma unidade temática, a biografia de São Bento. Diz ela: “O

monge Gregório, que depois viria a ser Papa e Santo – Gregório I, o Magno – conta com simplicidade e em forma de diálogos a vida do criador da Ordem de São Bento”. A dissertação, segundo o modelo clássico das edições de textos medievais – uma introdução; a leitura crítica; o aparato crítico, em que comparou as três versões em português, e um glossário, foi finalizada em dezembro de 1964.

Em 1964, devido ao golpe militar, a maioria dos professores voltou a seus lugares de origem, entre eles Nelson Rossi. Rosa permaneceu em Brasília, com uma bolsa da Fundação Gulbenkian, com o dever de terminá-la em Portugal. Diz ela: “era excepcional a Gulbenkian dar bolsas a brasileiros no Brasil. A excepcionalidade por mim conseguida aconteceu por causa de duas cartas de apresentação, a de Nelson Rossi e a do professor George Agostinho da Silva, que criava na UnB o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses”.

Em janeiro de 1965, Rosa partiu para Lisboa, acompanhada de Pedro Agostinho, seu marido e filho de George Agostinho da Silva, e seus dois primeiros filhos, para continuar a edição dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório*, sob a orientação do filólogo, dialetólogo e linguista, Luís Filipe Lindley Cintra, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ela conta que, no primeiro encontro com o professor Cintra, ficou decepcionada, pois ele lhe disse que deveria refazer a parte já feita da edição, a partir de critérios mais modernizadores.

Enquanto avançava na edição, assistia a disciplinas que Cintra ministrava. Ela conta: “as aulas do Prof. Cintra eram de extrema clareza e simplicidade. Na primavera, ele reunia seus alunos para excursões dialetais, pela região de Trás-os-Montes e região das Beiras. Aprendia-se muito, não só dialetologia, mas história, arquitetura, enfim, cultura”.

Cintra lhe concedeu uma sala no Centro de Estudos Filológicos, onde passou a trabalhar, como diz, “na companhia de meu casacão de inverno e de uma máquina de datilografia portátil”. Devia escrever a história dos manuscritos dos *Diálogos de São Gregório* em português. O manuscrito que identificou como A – base da sua edição crítica – é o que envolve mais mistérios e hipóteses quanto à origem e data. Para o filólogo J. J. Nunes, “teria sido oriundo dalgum mosteiro ou casa religiosa do norte de Portugal”. Em meios do século XX, foi comprado por Silva Neto, não se sabe a quem. Os manuscritos B e C estavam e estão hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Nessa época conheceu Maria Helena Mira Matheus, da qual ficou amiga até o fim. Ambas faziam edições críticas, Maria Helena sobre a *Vida e Feitos de Júlio César*. Sugeriu essa, então, que fossem ao Centro de Cálculo Científico da Fundação Gulbenkian, para, utilizando o maquinário de que o Centro dispunha, organizar um glossário por meios mecanográficos. Dessa organização surgiu o quarto volume da sua futura tese de doutorado, intitulada *Índice Geral das palavras lexicais*.

Rosa confrontou a versão A dos *Diálogos de São Gregório* com a C, datada de 1416, e com textos do último quarto do século XIV, como o *Orto do Esposo* (MALER, 1964), a *Vida de Barlaam e Josephat* (ABRAHAM, 1938), entre outros. Esse confronto permitiu a conclusão, com bastante margem de certeza, de que a versão A dos *Diálogos* apresenta características linguísticas anteriores às do século XV. Com menor margem de segurança, propôs que o referido documento pode representar um estado linguístico do último quarto do século XIV.

Maria Helena publicou sua tese em 1970, pela Gulbenkian, e, aos poucos, fazia seu glossário, que era publicado no *Boletim de Filologia*, dirigido por Cintra. Infelizmente, a tese de Rosa continua inédita.

Ainda sobre os *Diálogos de São Gregório*, ela conta:

em 1991 me telefonou Arthur Askins, da Califórnia (Berkeley). Ele e sua equipe tinham encontrado um outro manuscrito com os *Diálogos de São Gregório*. Essa nova versão está catalogada nos IAN-TT (Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo) e registrada como Manuscrito da Livraria – nº 522. Esse manuscrito foi editado por Américo Venâncio Machado Filho em seu programa de Pós-Doutoramento na Universidade de Coimbra, em 2006, orientado pela Dra. Clarinda Maia (Edufba, 2008). Machado Filho conclui: ‘Com base nesses dados, provavelmente um documento do período de transição, isto é, produzido no limiar temporal entre o final do século XIV e inícios do século XV’ (2008, p. 285).

Ela constata que as cerca de 200 folhas pergaminháceas que Serafim da Silva Neto trouxe para o Brasil tiveram um curioso destino: foram editadas por brasileiros, na Bahia, e publicadas no Brasil:

- O *Livro das Aves*, edição crítica e glossário (ROSSI et alii, Instituto Nacional do Livro, 1965).
- Dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório*, a versão A (manuscrito Silva Neto) editada por ela, está inédita, tendo, contudo, aparecido a versão D (manuscrito da livraria, cod. 522), editada por Machado Filho (Edufba, 2008).

- Um *Flos Sanctorum* trecentista, editado por Machado Filho, parte de sua tese de doutorado, por ela orientada. Em 2009, foi publicada a edição interpretativa (UnB).

Assim, graças a integrantes da UFBA, está, como ela diz, “em papel o que estava em pergaminho e no gótico francês”.

Em 1973, Rosa ingressou como discente no já então Instituto de Letras da UFBA, onde, por 39 anos, atuou como professora efetiva, em dedicação exclusiva, na graduação, passando a atuar também na Pós a partir de 1976, uma das fundadoras que foi do curso de mestrado. Ela declarou que foi a partir de então que começou a estudar sistematicamente e com muito prazer as teorias da mudança linguística. Sempre nos dizia que foi então que surgiram seus primeiros cabelos brancos, os quais, aliás, nunca veio a tingir, ostentando até o fim bela cabeleira grisalha. A causa teria sido o fato de ter de lecionar, como doutora que já era, a suas antigas colegas, que só então puderam fazer o mestrado. Nesse tempo, ela se divertia com o fato de que os estudantes da graduação chamavam as professoras de língua portuguesa – todas mulheres – de “viúvas de Mattoso”, porque seguíamos seus ensinamentos. Dou o testemunho de que assim ainda fomos chamadas até a década de 1990, pelo menos.

De agosto de 1979 a dezembro de 1982, teve um “tempo contínuo”, como gostava de dizer, para realizar o trabalho que veio a configurar as Estruturas Trecentistas, resultado do seu pós-doutorado na UFRJ, sob a orientação do professor Celso Cunha, e que veio a ser publicado, em 1989, em Lisboa pela IN-CM.

Em 1985, dizia ela, outra razão para embranquecerem-lhe os cabelos: Nelson Rossi, não só se aposentou, como se afastou por completo da Universidade e lhe passou o bastão, dizendo-lhe: “agora é com você”. Embora ela referisse muitas vezes o quanto de estresse isso lhe acarretou, imaginamos que o mestre Rossi sabia perfeitamente o que estava fazendo.

Em 1999 a pós-graduação foi reformulada, sob a sigla PPGLL, com a inclusão do curso de doutorado, e mais recentemente o curso foi repartido em dois, o PPGLInC e o PPGLitC. Rosa sempre partilhou o ensino da Pós com o da Graduação que, no nosso *Instituto* conta, atualmente, para o curso de Vernáculos, com duas disciplinas obrigatórias de “Diacronia do português” (uma, da formação da língua até o século XVI e outra sobre o português no e do Brasil), além de três outras optativas: A língua portuguesa no período arcaico”; “A língua portuguesa no século

XVI” e “Morfofossintaxe diacrônica do português”. No IL/UFBA, a cada semestre temos pelo menos uma disciplina optativa de história do português sendo oferecida.

Na pesquisa, como docente, pertenceu à equipe do NURC, de 1973 A 1979. Fundou e sempre atuou na linha de pesquisa da Pós-Graduação intitulada *Constituição Histórica do Português* e, mais recentemente, na linha de pesquisa *História da leitura e da escrita no Brasil*, em que se incluem estudos, que lhe eram muito caros, sobre a alfabetização/literatização no Brasil, desenvolvidos geralmente em parceria com Emília Helena Monteiro de Souza.

Além de tudo o que fez pela pesquisa até o ano de 1988, e pelo ensino sempre, Rosa criou a partir de então o grupo de pesquisa PROHPOR, sobre o qual falarei mais detidamente, ainda neste texto.

Permito-me agora apresentar alguns comentários a essa trajetória tão rica e consistente: destaca a importância da continuidade de seus estudos numa tradição de trabalho de Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Lindley Cintra e Nelson Rossi, constituindo linha temática de relevância no Brasil. Graças a Rossi e a seus discípulos iniciais, dentre eles Rosa, o IL/UFBA já completa 55 anos de trabalho sobre a língua portuguesa na linha da linguística histórica, em sentido lato, como Rosa sempre a conceituou: o estudo de uma língua a partir de dados, sempre que possível, datados e localizados, quer sincrônicos, quer diacrônicos.

### **3. O PROHPOR**

Por volta de 1988, Rosa começou a pensar em reunir em um grupo de pesquisa os colegas do departamento que demonstravam gosto pelo estudo da história da língua portuguesa. Lembro-me de que, um dia, durante uma carona que lhe dava, ela me disse, de maneira simples, quase casual, mais ou menos o seguinte: “Que tal se nós, que gostamos de pesquisar história do português, nos reuníssemos em um grupo de pesquisa organizado?” Foi a primeira menção que ela me fez em relação àquele que viria a ser o PROHPOR. Para nossa alegria, ela chamou o PROHPOR de “um parto fácil e agradável”.

Conta ela, em agosto de 2005, que o núcleo inicial do PROHPOR foi constituído por ela, Maria do Socorro Netto, mestranda, trabalhando sobre a variação ser/estar, em um *corpus* do português arcaico; Therezinha Barreto, também mestranda, trabalhando sobre conjunções no período

do arcaico e eu, Mestra, com dissertação sobre a categoria de aspecto, em *corpus* do Projeto NURC, mas que fui cativada pela Linguística Histórica, trabalhando sobre adverbiais na história do português. Assim nos apresentamos, em fins de 1990, ao nosso Departamento de Letras Vernáculas, com projeto no campo da linguística histórica e da história da língua portuguesa.

Em 1991 se integraram ao grupo professores da Universidade Estadual de Feira de Santana: Ilza Ribeiro; Tânia Lobo e Dante Lucchesi, que logo depois fizeram concurso para a UFBA e, em seguida, saíram para o mestrado em linguística histórica na Universidade de Lisboa, com o professor Luis Filipe Lindley Cintra e que, com o falecimento do Professor Cintra, vieram a ser seus orientandos. Também da UEFS, Sílvia Rita Olinda, que já fizera seu mestrado, sob sua orientação.

Esse grupo, em 1992, se apresentou ao CNPq, já sob o nome PROHPOR (sugestão feliz de Dante Lucchesi), com uma plataforma geral de pesquisa e com projetos individuais, para solicitação de Auxílio Integrado. Desde então o PROHPOR esteve vinculado ao CNPq.

Nosso objetivo geral foi e é o estudo da constituição histórica da língua portuguesa, desde o período arcaico, infletindo, a partir do século XVI, para o estudo do português brasileiro. Especificamos quatro campos de trabalho:

- a) análise da morfossintaxe e da sintaxe;
- b) estudo de fontes para a sócio-história do português brasileiro (nessa altura focávamos fontes indiretas);
- c) a construção de um banco de textos informatizados em função da história da língua portuguesa;
- d) a formação contínua de pesquisadores no âmbito de teorias da linguística histórico-diacrônica e da história da língua portuguesa.

Definimos também nesse texto inaugural – e mantemos – que não pesquisariamos no âmbito de uma única teoria/metodologia da linguística histórica: cada projeto poderia definir o modelo teórico a seguir. Decidimos, contudo, que qualquer projeto que envolvesse análise linguística deveria ter uma base descritiva dos dados do *corpus* escolhido, uma vez que, a nosso ver, a base descritiva seria um ponto de partida essencial em nosso trabalho, além de constituir informação organizada para outros pesquisadores por isso interessados.

No decorrer desses 21 anos, muitos membros se afastaram e outros vieram a se integrar. Embora cada membro tenha o seu próprio projeto, a seu ver, necessário para manter o perfil individual de cada um, decidimos, em 1992, para melhor integração do grupo, fazer um trabalho coletivo inicial e foi, então, por sugestão de Tânia Lobo, escolhido como texto-base, a Carta de Caminha. Desse projeto resultou a coletânea *A 'Carta de Caminha': testemunho linguístico de 1500*, (Edufba/UEFS/CNPq/EGBA, 1996), o primeiro livro do PROHPOR.

Diz Rosa:

Com o início do Programa de Doutorado no nosso Instituto, tendo eu ficado, a partir de 1996, responsável pelos Seminários Avançados III, disciplina que trata de teorias contemporâneas da linguística, tive a oportunidade de trazer vários professores estrangeiros e brasileiros que, sem dúvida, foram fundamentais para o enriquecimento da formação dos doutorandos, dentre eles também os que pertencem ao nosso grupo. Assim, Em 1999, dois membros do PROHPOR, Therezinha Barreto, do núcleo original do PROHPOR, e Rosauta Fagundes Poggio, professora de latim, mas integrada ao PROHPOR, por seu doutoramento em nossa linha de pesquisa, concluíram suas teses, aprovadas com distinção, focalizando o quadro teórico do funcionalismo, sobretudo a teoria da gramaticalização. Nesse mesmo enquadramento teórico trabalharam para suas teses de doutorado Sônia Borba Costa e Anna Maria Macedo. (MATTOS E SILVA, 2005).

Prossigui o PROHPOR com outro projeto coletivo, *O Português Quinhentista: Estudos Linguísticos*, centrado em documentação de meados e segunda metade do século XVI e que se tornou livro em 2002, o segundo livro do PROHPOR.

Como já exposto, um dos campos de trabalho do PROHPOR trata fontes para a sócio-história do português brasileiro. No início, tínhamos como objetivo explorar fontes indiretas, pesquisa que começou a ser feita por Tânia Lobo e uma bolsista de aperfeiçoamento, suspensa, por Tânia Lobo vir a dedicar-se a sua tese de doutoramento.

Iniciado em 1996, com o I Seminário Nacional, o projeto *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, pensado e coordenado por Ataliba de Castilho, com equipes regionais formadas ou em formação, definiu como áreas de atuação: a) a constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de vária natureza, escritos no Brasil, a partir do século XVI; b) a reconstrução da história social linguística do Brasil e c) o estudo de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* selecionados.

O PROHPOR, que já definia como um dos campos de trabalho o estudo de fontes indiretas e já começava a trabalhar sobre fontes diretas

de arquivos, passou a ter um projeto específico, de um subgrupo de seus membros – Para a História do Português Brasileiro – Bahia –, vinculado ao projeto nacional. Nesse projeto àquela época estavam sendo implementados novos *corpora* documentais, tendo como base de pesquisa, o Arquivo Público da Bahia, que tem como responsável Tânia Lobo; Arquivos públicos e particulares do interior da Bahia, sob a responsabilidade de Zenaide Carneiro e Norma Almeida da UEFS e cartas semioficiais do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, sob a responsabilidade de Ilza Ribeiro. Em seguida, o arquivo particular da Sociedade Protetora dos Desvalidos, irmandade de cor, criada por negros forros, na terceira década do século XIX, foi pesquisado, sob a responsabilidade de Klebson Oliveira, já doutor, coordenado por Tânia Lobo. Também foi iniciada pesquisa, no arquivo da Irmandade do Rosário dos Pretos, por Ilza Ribeiro.

Desse modo, o campo originalmente b do PROHPOR está, desde 1996, vinculado ao projeto nacional Para a História do Português Brasileiro, tanto no que concerne à constituição de *corpora* de documentos, quanto à reconstrução da sócio-história linguística do Brasil e à análise intralinguística, baseada nos *corpora* editados.

Em 2004, publicou o PROHPOR a sua terceira coletânea, *Do português arcaico ao português brasileiro*, pela Edufba, organizada por Américo Machado Filho e Sônia Borba Costa.

#### Continua Rosa:

Quando iniciamos, fins de 1990, inícios de 1991, apenas eu tinha o título de doutorado; já em inícios de 1995, Ilza Ribeiro concluía seu doutorado na UNICAMP, orientada por Charlotte Galves. Em 1999, Therezinha Barreto e Rosauta Poggio se doutoraram pela UFBA, sob minha orientação. Em setembro de 2001 doutorou-se Tânia Lobo, pela USP, orientada por Ataliba de Castilho. Também doutorados pela UFBA são Sônia Borba Costa, Anna Maria Nolasco de Macedo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Emília Helena Monteiro de Souza, Klebson Oliveira, Juliana Soledade Coelho, todos sob minha orientação. Já também se doutoraram pela UNICAMP, Zenaide Carneiro e Norma Almeida, orientadas por Charlotte Galves. Therezinha Barreto, por seu turno, orientou o doutoramento de Lucas Campos. (MATTOS E SILVA, 2005)

#### Ainda Rosa:

Há, certamente, uma motivação para os estudos histórico-diacrônicos no Instituto de Letras da UFBA, tanto que, mesmo não tendo sido bolsistas de iniciação no PROHPOR, mestrands têm escolhido nossa linha de pesquisa para a sua dissertação. Com isso quero destacar que o passado do português, desde suas origens e no correr de sua história, motiva os jovens no alvorecer

do século XXI. Constitui o quadro permanente, no momento, do PROHPOR, um conjunto de dezessete pesquisadores: Rosa Virgínia Mattos e Silva, Ilza Ribeiro, Therezinha Barreto, Rosauta Poggio, Tânia Lobo, Sônia Borba Costa, Anna Maria Macedo, Emília Helena P. Monteiro de Souza, Lucas Campos, Zenaide Carneiro, Norma Almeida, Norma Lopes, Alan Baxter, Jaciara Oliveira, Juliana Soledade Coelho, Klebson Oliveira e Américo Venâncio Lopes Machado Filho, todos doutores, esse último coordenando o projeto DEPARC, que prepara um dicionário etimológico do português arcaico. Dante Lucchesi, doutor pela UFRJ, sob a orientação de Anthony Naro, desligou-se espontaneamente do grupo para iniciar uma nova linha de pesquisa, relacionada ao tema de seu doutorado, que trata da questão da chamada criouliização ou descriouliização do português vernáculo ou popular brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2005)

E Rosa finaliza:

Sem dúvida, e encerrando, gostaria de afirmar que o trabalho coletivo em grupo é interenriquecedor, não só por desenvolver uma solidariedade exigente, mas, sobretudo, por permitir o intercâmbio fraterno entre os saberes de cada um, o que, necessariamente, multiplica e favorece o trabalho coletivo do Grupo. (MATTOS E SILVA, 2005)

Para além desses dados do seu texto de 2005, podemos agora acrescentar que o PROHPOR já publicou a sua quarta coletânea, em 2009, pela Edufba, intitulada *do PA ao PB outras histórias*, sobre o qual Rosa escreveu, ainda em 2008: “Alegra-me e até orgulho-me do crescimento do nosso grupo de pesquisa e da diversidade da temática dos trabalhos desta coletânea, o que demonstra a maturidade do Grupo, adolacente de dezesseis anos”.

No seu último texto, o de 2012, no GEL, escreveu sobre o PROHPOR: “Os jovens que se integram ao PROHPOR, iniciam-se na pesquisa, com amor, paixão, rigor e Paciência. Para fechar, diria como escreveram alguns copistas do medievo: LAVS DEO!”

Os últimos dados sobre o PROHPOR que coletei de textos de Rosa encerram-se em 2008. De lá pra cá algumas coisas mudaram. Pesquisadores se afastaram, outros se incorporaram, alguns novos projetos foram se delineando. Mas, naturalmente, foi em julho do ano passado que o PROHPOR sofreu um golpe que nos deixou muito abalados.

Após a partida da nossa Mestra, temos tentado manter vivo o PROHPOR. Como eu figurava como subcoordenadora, tentei reunir todos os integrantes em algumas reuniões, nas quais resolvemos pela realização de um seminário interno, que veio à luz no dia 16 de maio de 2013. Nesse seminário tomamos plena consciência da vitalidade do grupo e da enorme disseminação do gosto pelo estudo da história da língua portu-

guesa em universidades baianas. Nesse dia, Américo Machado Filho nos anunciou o seu afastamento formal do grupo, visto que criou um novo grupo de pesquisa, o *Nêmesis*, voltado especificamente para o estudo do léxico da língua portuguesa.

Rearticulamos o programa para dar conta da complexidade dos interesses dos pesquisadores, que resolvemos subdividir em efetivos, colaboradores e temporários, esses últimos aqueles que fazem iniciação científica ou pós-graduação (o PROHPOR conta, no momento, com 22 pesquisadores efetivos, um colaborador e 66 pesquisadores temporários). Atualmente, os temas afetos ao PROHPOR são: Socio-história do PE e do PB; Diacronia do PE e do PB, em qualquer dos níveis de estruturação; História da leitura e escrita no Brasil.

Os subgrupos de pesquisa em atuação são:

- BIT – Edição eletrônica de textos portugueses e brasileiros.  
Coordenação: Zenaide Carneiro (UEFS) e Mariana Fagundes (UEFS)
- GRAM – Gramaticalização na história do português. Coordenação: Therezinha Barreto (UFBA)
- HISCULTE – História da cultura escrita no Brasil.  
Coordenação: Tânia Lobo (UFBA) e Klebson Oliveira (UFBA)
- Morfologia e semântica históricas do português.  
Coordenação: Juliana Soledade Coelho (UFBA) e Aurelina Ariadne D. Almeida (UFBA)
- Sintaxe histórica do português.  
Coordenação: Ilza Ribeiro (UFBA) e Edivalda Araújo (UFBA).

Nossos projetos mais próximos são: O lançamento da quinta coletânea do PROHPOR<sup>16</sup>, reformulação do nosso *site* e a transferência da biblioteca pessoal de Rosa para o IL/UFBA.

---

<sup>16</sup> No momento em que reviso o texto, a quinta coletânea já foi dada a público: MATTOS E SILVA, R. V.; OLIVEIRA, K.; AMARANTE, J. (Orgs.) *Várias Navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos*. Salvador: EDUFBA, 2012.

Estamos numa fase de “limbo” em relação ao CNPq, porque temos de adequar o grupo às atuais normas da pós-graduação na UFBA e consequentemente ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

#### 4. Alguns dos seus trabalhos

Falarei muito brevemente sobre alguns dos seus textos, separando-os por temas, e ressaltando alguns trechos que colocam questionamentos ou posicionamentos seus, além de um seu hábito muito recorrente, o de buscar citações de autores diversos, para incluí-las como epígrafes dos textos ou para ilustrar seus raciocínios.

##### 4.1. Livros

4.1.1. Início pelo português arcaico, o seu *crochet*, como chamei uma vez, porque ela me disse que esse era verdadeiramente o seu *hobby*, retrucando insinuações de outros de que ela deveria divertir-se, desenvolver um *hobby* (como fazer *crochet*).

Primeiro, *O Livro das Aves* (INL, 1965) – em coautoria com Nelson Rossi, um dos seus mestres, o trabalho que a aproximou do português arcaico.

Segundo, a edição dos *Diálogos de São Gregório*, ainda inédita.

Terceiro, *As Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico* (Lisboa, IN-CM, 1989). Sobre ele diz Rosa:

Propus e foi aceito o meu projeto de pós-doutoramento, que tratou de uma descrição linguística de um *corpus* do passado: a versão A dos Diálogos. Fiz um trabalho descritivo, com o que sabia de Linguística, que veio a ser publicada em 1989 pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda (IN-CM), intitulada *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. (MATTOS E SILVA, 2012).

É impensável, desde 1989, alguém trabalhar com o português arcaico sem o auxílio inestimável do *ET*, como o chamava Fernando Tarallo. É, sem dúvida, uma síntese formidável, pela estruturação que ela conseguiu impor aos dados que recolheu da versão A dos *Diálogos de São Gregório*. Publicado em Portugal, teve, graças aos esforços de Américo Machado Filho, nova edição pela Edufba, em 2010.

Quarto, *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe* (Contexto, 2006). Neste livro, ela reuniu e atualizou os livros *O português arcaico: fonologia* (Contexto/Edufba, 1991) e *O português arcaico: morfologia e sintaxe* (Contexto/Edufba, 1994), originalmente publicados em separado na coleção *Repensando a língua portuguesa*, voltada para estudantes dos cursos de Letras e professores de ensino médio.

Nele lemos a seguinte citação: “Antes peço a quem conhecer meus erros que os emende; e, todavia, não murmurando em sua casa, porque desfaz em si”. (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536)

Quinto, a *Carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. (Edufba/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996). Foi o primeiro livro que publicou resultados de trabalhos do PROHPOR, motivado pela proximidade dos 500 anos de descoberta do Brasil.

Sexto, *O Português Arcaico: uma aproximação*: Ela conta que durante o Congresso em Évora, em 2000, Ivo Castro a convidou a escrever um livro sobre o português arcaico para a coleção *Filologia Portuguesa* da IN-CM. Para ele, isso não seria difícil de realizar: bastava reunir os dois livros que ela já tinha feito para a editora Contexto e acrescentar um capítulo sobre o léxico... Diz ela: “Acontece que a realidade não era tão simples como imaginou meu amigo Ivo!” O fato é que daí surgiu *O Português Arcaico: uma aproximação*, escrito entre 8 de dezembro de 2002 e 05 de fevereiro de 2004, como está documentado no seu epílogo. Agora, desde 2008, é impensável alguém trabalhar sobre o português arcaico sem recorrer, além de *Estruturas Trecentistas*, a este, que Ivo Castro chamou de Livro Magno de Rosa Virgínia. Nele, ficam evidentes as contribuições que vêm sendo acrescidas, por muitos autores, mas sobretudo por ela mesma e por seus orientandos, acerca do que já se sabe sobre o português arcaico. Sua honesta simplicidade ao denominá-lo de *uma aproximação*, refazendo o subtítulo “uma introdução”, que dera na primeira versão manuscrita, foi explicitada:

A escolha do subtítulo *uma introdução* pareceu-me que pretendia estabelecer verdades sobre o período focalizado. O que pretendo, contudo, é, com base no já existente e nas pesquisas destes últimos anos, com novos dados e renovadas interpretações, aproximar-me dos fatos linguísticos desse período recuado no tempo. (MATTOS E SILVA, 2008)

Para isso, apoia-se em Labov: “A tarefa da Linguística Histórica é explicar as diferenças entre o passado e o presente, não há como saber quão diferente ele foi” (LABOV, 1994).

Lembra D. Carolina Michaëlis: “Uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado para outro”. (CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1956).

Cita Drummond:

Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
Mal rompe a manhã.  
[...]  
O ciclo do dia  
ora se conclui  
e o inútil duelo  
jamais se resolve  
[...]  
Cerradas as portas,  
a luta prossegue  
nas ruas do sono.

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, *O lutador*, 1988, 85)

Cita Saramago:

Estranha relação é a que temos com as palavras. Aprendemos de pequeno umas quantas, ao longo da existência vamos recolhendo outras que vêm até nós pela instrução, pela conversação, pelo trato com os livros, e, no entanto, em comparação, são pouquíssimas aquelas sobre cujas significações, acepções e sentidos não teríamos nenhuma dúvida se algum dia nos perguntássemos seriamente se as temos” (SARAMAGO, em *O homem reduplicado*).

Neste seu livro maior, apresenta, como epígrafe geral, um trecho de Pessoa: “Outros poderão achar/ O que, no nosso encontrar/ Foi achado ou não achado/ segundo o destino dado” (PESSOA, *Mensagem VI. Os colombos*).

No epílogo, apresenta outra citação de Pessoa: “Tudo é incerto e derradeiro/ Tudo é disperso, nada é inteiro”. (PESSOA, *Mensagem, O encoberto*)

Ainda sobre o português arcaico, embora não apenas, lembro a segunda coletânea do PROHPOR, *O português quinhentista: estudos linguísticos* (Edufba, 2002), organizada em parceria com Machado Filho. Nele, lemos:

Os estudos de mudança linguística no tempo real de longa duração não podem se restringir a um levantamento mecânico dos dados focalizados. Uma volta ao texto para observar questões de camadas textuais de idades diferentes se faz essencial na análise da documentação arcaica manuscrita, em que, em um manuscrito podem estar presentes reflexos de modelos anteriores utiliza-

dos no processo sucessivo das cópias. No caso de documentação já impressa [...], há que voltar aos documentos depois de segmentados os dados selecionados, para observar pelo menos questões de intertextualidade como citações e textos mais antigos; reflexos de usos próprios a determináveis personagens; usos metalinguísticos; prováveis locuções idiomáticas fossilizadas etc. (MATTOS E SILVA; MACHADO FILHO, 2002)

Também nesse texto:

Alguns que escrevem livros costumam fazer, nos princípios, prólogos de sua defesa, o que eu não fiz. E tenho esta razão: que me não quero queixar antes de ser ofendido” (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536). Também citado em *O Português Arcaico – uma aproximação*.

Das cousas naçem as palavras e não das palavras as cousas... (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536)

Todas as cousas têm seu tempo: e os ociosos o perdem (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536).

Sobre linguística histórica publicou pela Parábola (2008) *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*, subtítulo emprestado de Lass (1997), in *Historical linguistics and language change*. Nele, assim como em outros textos, apresenta seu conhecido conceito sobre linguística histórica, inspirado em Coseriu:

Há duas grandes vertentes na linguística histórica: linguística histórica *lato sensu* e linguística histórica *stricto sensu*. A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em corpora. A linguística histórica *stricto sensu* é a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas e pode ser trabalhada em duas orientações: linguística histórica sócio-histórica e linguística diacrônica associada. (MATTOS E SILVA, 2008).

Cita, a esse respeito, um trecho de Coseriu: “A descrição e a história da língua situam-se, ambas, no nível histórico da linguagem e constituem juntas a linguística histórica”. (COSERIU, 1979)

Cita Meillet, também citado em outros textos: “A história política de Roma e a história de civilização romana explicam a história da língua latina” (MEILLET, 1928).

Nesse mesmo livro, sobre ecletismo e/ complementaridade:

Desses confrontos [entre as linguísticas a-históricas e as chamadas empiristas] (apesar de mortos e feridos) têm crescido sucessivamente, e com sucesso, as teorias que buscam a compreensão do fenômeno da linguagem humana tanto na sua face biopsíquica quanto na sócio-histórica. O reconhecimento da complementaridade – parece-me que possível – desses caminhos

que correm paralelos será a meta de uma teoria explicativa abrangente para a linguagem humana. (MATTOS E SILVA, 2008)

Ainda nesse livro, citando José Mattoso:

Prefiro, embora reconheça as contradições e a heterogeneidade do real ou do comportamento humano, tentar descobrir, por detrás delas, as harmonias resultantes dessa espécie de fantástica sinfonia que é a história, feita de inmensurável mistura de elementos de toda espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos e os encontros e desencontros, os paralelismos e as divergências. As secretas regras da composição não se poderão reduzir, nunca, creio, a nenhum sistema totalmente válido, a nenhuma gramática definitiva, mas procurá-los e dizer o que julguei descobrir é tão apaixonante como o prazer de viver. (MATTOSO, 1988):

E conclui: “Foi esse fascínio e essa paixão que me levou à linguística histórica e a escrever este livro. Espero que tenha podido transmitir a outros, sobretudo jovens, tal fascínio e tal paixão: ‘ouvir o inaudível’” (MATTOS E SILVA, 2008).

#### *4.1.2. Sobre o português brasileiro*

Cito primeiro *O Atlas Prévio dos Falares Baianos* (INL, 1963) – em coautoria com Nelson Rossi e Dinah Callou.

Segundo, em coautoria com Jacyra Motta e Suzana Cardoso, *Quinhentos anos de história linguística do Brasil* (Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006), coletânea pensada para as comemorações dos 500 anos de descoberta do Brasil e que, bem brasileiroamente, só foi possível sair em 2006...

Terceiro, *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos* (Humanitas, 2001), Rosa organizou o primeiro livro que divulgou resultados do PHPB.

Quarto, *Ensaio sobre a socio-história do português brasileiro* (Parábola, 2004)

#### *4.1.3. Sobre o ensino de língua portuguesa:*

Em primeiro lugar, *Tradição gramatical e gramática tradicional* (Contexto, 1989)

Em segundo, *Contradições no ensino do português: a língua que se fala x a língua que se ensina* (Contexto/Edufba, 1995). Nele encontramos a citação de Rossi:

É sabido que o normal mas relações de dominação é a coincidência entre a ideologia do dominador e a do dominado, porque o processo de dominação elabora, para legitimar-se, uma ideologia sem a qual não teria como sustentar-se e não deixa, enquanto vige, alternativa ao dominado, que, até construir a sua própria, só dispõe da que lhe é imposta, como (por sinal, falacioso) instrumento da chamada ascensão social' (ROSSI, 1980 – A realidade linguística brasileira)

E outras:

O que é certo em matéria de uso linguístico? O que é errado? A tarefa dessa geração está em resolver esse impasse da cultura nacional, desvendando nossa realidade linguística e reajustando a norma pedagógica no que for necessário. (CASTILHO, 1980)

Ainda nesse livro, sobre língua padrão:

Língua padrão: um peixe ensaboado? (FARACO & TEZZA, 1992)

O arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder (GNERRE, 1985)

Depois do livro pronto [São Bernardo], notei que não era Paulo Honório que falava. Eram os grandes estilistas, através da minha pena. Precisava, portanto, traduzir o livro para a linguagem dele. Acabou surgindo na folha de papel um brasileiro encrencado, muito diferente desse que aparece nos livros de gente das cidades, um brasileiro matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem (SILVIANO SANTIAGO, *Em liberdade – memórias ficcionais de Graciliano Ramos*, 1981).

Gosto de sentir a minha língua roçar  
a língua de Luís de Camões  
[...]  
Flor do Lácio, Sambódromo,  
Lusamérica, latim em pó (CAETANO VELOSO, 1984, *Velô/ Língua*)

E, no epílogo, a íntegra do poema que lhe inspirou o título do livro seguinte:

A linguagem  
na ponta da língua,  
tão fácil de falar  
e de entender.

A linguagem  
na superfície estrelada das letras,  
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,  
e vai desmatando

o Amazonas da minha ignorância.

Figuras de gramática, esquipáticas,  
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,  
em que pedia para ir lá fora, em que levava e dava pontapé,  
a língua, breve língua entrecortada  
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE,  
*Boitempo / aula de português*)

Terceiro, *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas* (Parábola, 2004).

#### 4.1.4. Outros textos

Não tenho condição de falar sobre os tantos capítulos de livros, artigos em periódicos, textos apresentados em Congressos, aulas e outros, mas gostaria de trazer aqui recortados alguns trechos deles ou as epígrafes que ela escolheu para eles, como reflexo de sua face de leitora contínua, devotada e apaixonada, dentro ou fora das prateleiras da linguística.

Inicialmente, trechos de sua autoria:

Uma gramática indutiva e descritiva pode ser criticável, mas indução e dedução são apenas etapas metodológicas a serem percorridas uma após a outra. (Em aula do mestrado, 1982).

De fato multiplicam-se as situações em que dizem, no Brasil, que vai mal a língua portuguesa. Irá mal, de fato, o vernáculo no Brasil? Claro que não. Vai muito mal a expectativa de alguns, até numerosos sem dúvida, que, desligados da realidade da nação brasileira, desejam recuperar algo que nunca fomos e, por isso, não assumem de fato o que nos legou e lega a nossa própria história. (*Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil*, 1984)

Sobre gramaticalização: não haveria casos de polidirecionalidade, como se fosse um percurso linear interrompível por linhas diagonais, por travessas inesperadas? [...] Quem trabalha com a mudança linguística no tempo real de longa duração sabe que esse processo contínuo do fazer-se das línguas reserva muitas surpresas, muitas travessas e becos, até sem saída, sobretudo por pressões externas, pela criatividade dos falantes, por condicionamentos fora do alcance do analista. (ANPOLL, 2002).

Seria este, talvez, um dever patriótico: o conhecimento e o reconhecimento, na escola, da realidade do português brasileiro. (*O que corrigir no portu-*

*guês de nossos alunos?* – V Congresso Internacional de Didática da Língua e da Literatura – Universidade de Coimbra, 1998.)

Diversa e una, em momento de liberdade, revendo criticamente a coerção normativa homogeneizadora, dominante outrora, sempre a esgueirar-se por frestas acadêmicas, a aventura linguística que se definiu historicamente com Afonso Henriques no século XII continua o seu percurso e se afirma como uma das línguas mais usadas no mundo. (*Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*, 1991)

Desaparecendo e reaparecendo, as palavras continuam suas histórias, a depender da história dos falantes das línguas. (*Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*, 2009)

A seguir, trechos de outros estudiosos de língua:

É preciso que nosso trabalho filtre as ideias que importamos” (BORGES NETO, 1996) – epígrafe de trabalho apresentado na ANPOLL, de 2002.

A arte de fazer o melhor uso de maus dados, no sentido de que os fragmentos da documentação escrita que permanece são os resultados de acidentes históricos para além do controle do observador. (LABOV, 1982, *Building on empirical foundations*, citado em *Rastros de velho mistério*, Estudos, n. 10, 1990)

E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem as línguas e não a língua o homem. (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536).

Saibamos que a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam entender, e para ser bem entendida há de ser a mais acostumada entre os melhores dela e os melhores da língua são os que mais leram e viram e viveram, continuando mais entre primores sisudos e assentados, e não amigos de muita mudança. (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536, citado em *Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*, 1991)

De outros autores:

Guimarães Rosa, em um de seus dispersos reunidos em *Ave, Palavra*, intitulado *Uns índios (sua fala)*, ao narrar a sua experiência de linguista amador, ou talvez com mais precisão, de amador de línguas, depois de descodificar algumas expressões recolhidas aos índios Terena de Aquidauana, reconhece que as suas hipóteses para outras descodificações fugiam pelos “fundos da lógica” e então nos presenteia com uma afirmativa exemplar: “Toda língua são rastros de um velho mistério”(in *Rastros de velho mistério*, texto dedicado a Cintra, 1990).

Há palavras que dão poder, outras que deixam mais desamparados, e dessa espécie são as palavras vulgares dos simples, a quem o senhor não concedeu saber exprimir-se na língua universal da sabedoria e do poder. (ECO, em O Nome da Rosa, citado em *A diversidade do português brasileiro e seu ensino aos povos indígenas*, 1986)

Que é um ato poético, perguntou o rei, Não se sabe, meu senhor, só damos por ele quando aconteceu (SARAMAGO, em *A viagem do elefante*, citado em *Rosae: desvelando um dativo*, 2012).

O que quer/ o que pode / esta língua (CAETANO VELOSO, *Velô*, 1984)

que põe em confronto com a citação: “a historicidade das línguas resulta necessariamente dos dois universais da criatividade e da alteridade” (SCHRIEBEN-LANGE, 1994) para concluir:

Talvez então possamos responder ao poeta, com o entrecruzamento da criatividade individual, da alteridade social e das limitações estruturais possíveis, próprias a qualquer língua, para retomar o poeta e a linguista, companhias com que iniciei este texto. (MATTOS E SILVA, 2004).

Cita poetas:

O sonho vem do futuro  
e voa para o passado  
donde volta como névoa  
donde volta reforçado.

(AGOSTINHO DA SILVA, *Uns poemas de Agostinho*, 1990, citado em *do português arcaico ao português brasileiro*, 2004).

Língua certa do povo  
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil  
Ao passo que nós  
O que fazemos  
É macaquear  
A sintaxe lusiada

(MANUEL BANDEIRA, *Libertinagem/ Evocação do Recife*, citado na sua Conferência do concurso para Professor Titular)

por mares nunca de antes navegados (CAMÕES em *Os Lusíadas*, 1578 – epígrafe do texto *Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*, 1991)

Se ainda há vida ainda não é finda (PESSOA, *Mensagem – Prece*), citado no texto *De sonhos desfeitos e feitos*, 2003.

E no final do mesmo texto:

Relembrando a epígrafe – *se ainda há vida ainda não é finda* – espero continuar a trabalhar no ensino, na pesquisa, até quando for possível. É o que sei fazer; é o de que gosto de fazer! Sem dúvida, a experiência desses anos na Universidade do Brasil foi não só inesquecível como fundamental (MATTOS E SILVA, 2003).

### 5. *Minha convivência com Rosa Virgínia*

Eu a conheci em 1981, na sala do Laboratório de Fonética do Instituto de Letras, prédio de Nazaré, onde trabalhavam conjuntamente os professores de língua portuguesa, capitaneados pelo Prof. Nelson Rossi, quando ela ainda se encontrava no seu Pós-Doutoramento no Rio e estava em visita aos colegas. Fui-lhe apresentada como a mais nova professora. No ano seguinte, 1982, tive a honra e alegria de ser sua aluna, na disciplina “Morfossintaxe do português” antigo do curso de mestrado e, desde então, começamos um diálogo que se foi cristalizando em parte fundamental da minha formação acadêmica e em modesta colaboração constante aos seus projetos de pesquisa vinculados à diacronia do português.

Tive Rosa como minha professora e como minha orientadora no curso de mestrado. Em dúvida sobre o tema da minha dissertação e após muitas conversas com ela e com Nelson Rossi, elegi a categoria de aspecto para investigar, em *corpus* do Projeto NURC. Rosa me disse mais ou menos o seguinte: “eu não sei muito sobre essa categoria, ela é pouco estudada no português, mas concordo em aprender junto com você”. Vejam quanta disponibilidade e quanta simplicidade. Foram dois anos de intensa convivência, como orientanda e como colega, pois ensinávamos no mesmo Departamento, o que me permitia testemunhar sua atuação no plenário do DLV e nas reuniões do Setor de língua portuguesa. Fui aprendendo com ela os caminhos da pesquisa, a disciplina quanto ao recorte temático, aos métodos, à análise.

Alguns aspectos desse convívio foram marcantes para mim: primeiro, a paciência de me fazer compreender o que eu queria fazer e que não me parecia tão claro, as perguntas instigantes, o estímulo. Senti, então, o que vim a dizer em algumas ocasiões públicas: Rosa sabia fazer seu orientando encontrar o caminho que fosse mais adequado às suas condições e o mais agradável para ele, portanto, também o mais produtivo, nem que para isso ela, como orientadora, tivesse de se desviar intelectualmente dos seus interesses mais imediatos e mais caros. Aprendi, também, com ela, a importância de olhar detida e abertamente os dados linguísticos de que eu dispunha, para retirar deles o melhor que me fosse possível e, desde então, tornei-me uma apaixonada pelos dados que, se bem colhidos, permanecerão ali, à disposição dos pesquisadores, a partir de qualquer teoria que se lhes queira aplicar.

Só em finais de 1998 decidi começar o doutorado. Não por falta de estímulo, de muitos colegas, sobretudo dela, que me dizia, para minha honra, estar à disposição para me orientar quando eu quisesse. Em 1999, iniciei o curso e pude ser mais uma vez sua aluna, uma condição de que me lembro com saudade. Ela orientou a minha tese, que versou sobre gramaticalização de elementos adverbiais no português. Dizia, com sua simplicidade constante, que Therezinha Barreto, Rosauta Poggio, Anna Maria Nolasco e também eu e Emília Helena Souza a estávamos ensinando a teoria da gramaticalização, vejam só!

Outro momento marcante da minha convivência com Rosa foi o seu concurso para professor titular de língua portuguesa da UFBA. Lembro-me do misto de emoção e estranheza que sentimos, todos nós professores de língua portuguesa, por estarmos presenciando um momento esdrúxulo na história da universidade brasileira ao vermos a nossa mestra, em decorrência do enorme lapso temporal em que a UFBA não abria vagas para professores titulares, estar se submetendo à avaliação de colegas que, como bem disse Carlos Alberto Faraco, componente da banca, tinham sido formados pelo seu saber, pelas suas aulas, pelos seus livros. Momento comovente se apresentou quando, em decorrência da proximidade do tempo-limite para a leitura da sua conferência, o presidente da banca sugeriu-lhe que ela o abreviasse. Ela se calou por um momento e depois disse, calma, mas firmemente, aproximadamente o seguinte: “peço-lhe que me permita permutar pontos da minha nota final pela concessão do tempo necessário para a leitura, para não mutilar meu texto”.

Em 2007, Tânia Lobo me apresentou a ideia que ela e Américo estavam desenvolvendo, a de organizar um congresso internacional de linguística histórica em sua homenagem. Receosa que sou da minha capacidade administrativa, disse-lhe que, só sob sua batuta, eu concordava em integrar a comissão organizadora. Sem dúvida, essa foi uma inspiração abençoada dos colegas. Fizemos o lançamento do Congresso em março de 2008 e o realizamos em julho de 2009, durante a semana do seu aniversário – 27 de julho – num hotel a beira-mar, o que a agradou particularmente. Por economia de tempo, não contarei mais detalhes desse evento inesquecível. Digo apenas que, graças a um esforço verdadeiramente hercúleo das colegas Tânia Lobo, Juliana Soledade, Ariadne Almeida, Zenaide Carneiro e Silvana Ribeiro neste ano lançamos o livro e o CD que reúnem a colaboração dos seus participantes (*ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, Edufba, 2012).

A entrega do título de Professor Emérito foi também um momento marcante da nossa convivência. O título lhe foi concedido pela UFBA, a partir de sugestão de Américo Machado Filho ao nosso Departamento. Preparamos a cerimônia em comum acordo com o Cerimonial da Reitoria, Américo à frente, e me coube a honra e a alegria de fazer o papel de mestre de cerimônia.

Bem, já me alonguei demais, estou mesmo fazendo jus ao apelido de “grilo falante” que ela me concedeu. Quero, por fim, trazer para vocês os trechos de agradecimento que lhe fiz, respectivamente, na minha dissertação de mestrado e na minha tese de doutorado:

À minha orientadora, Rosa Virgínia Mattos e Silva, que me proporcionou viver na prática o que entendo dever ser a respeitosa, estimulante e afetuosa relação mestre/discípulo. (COSTA, 1986, inédita).

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva, orientadora, colega e amiga, sempre presente, pelo exemplo de trabalho intelectual e pela influência marcante, mas jamais invasiva. (COSTA, 2003, inédita).

Muito obrigada pela atenção de todos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, R. *A portuguese version of the life or Barlaam e Josaphaf*. Paleographical edition and linguistic study. Philadelphia: University of Pennsylvania 1938.

BRAGA, M. L.; CASTILHO, A.; NARO, A.; MATTOS e SILVA, R. V. *Gramaticalização: olhares distintos e convergentes*. In: XVII Encontro Nacional da ANPOLL, 2002, Gramado. Boletim Informativo 31. Gramado: ANPOLL, 2002.

MACHADO FILHO, A. V. L. *Diálogos de São Gregório*: edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba, 2008.

\_\_\_\_\_. *Um flos sanctorum trecentista em português*: edição interpretativa. Brasília: UnB, 2009.

\_\_\_\_\_; COSTA, S. B. B. (Orgs.) *do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: Edufba, 2004.

MALER, B. *Orto do esposo*. Edição e glossário. Stockolm: Almqvist & Wirsell, 1964.

MATTOS E SILVA, R. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. *Contradições no ensino do português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador: Edufba, 1995.

\_\_\_\_\_. *De sonhos desfeitos e refeitos*. Depoimento. Brasília: UnB, 2003.

\_\_\_\_\_. Desvelando um dativo. In: Tânia Lobo; Zenaide Carneiro; Juliana Soledade; Ariadne Almeida; Silvana Ribeiro (Orgs.). *ROSAE- Linguística Histórica, História das Línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012.

\_\_\_\_\_. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.

\_\_\_\_\_. *O que corrigir no português de nossos alunos? Uma avaliação do fator escolarização na compreensão do português brasileiro*. A Cor das Letras, Feira de Santana, 1999.

\_\_\_\_\_. Rastros de um velho mistério! Sobre estudos de variação e mudança na fase arcaica do português. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 10. Salvador: Edufba, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 25/26, 2002. (Conferência de concurso para Professor Titular)

\_\_\_\_\_. *A 'Carta de Caminha': testemunho linguístico de 1500*. Salvador: Edufba/UEFS/CNPq/EGBA, 1996.

\_\_\_\_\_. A diversidade do português brasileiro e seu ensino aos povos indígenas. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, n. 5. Salvador: Edufba, 1986

\_\_\_\_\_. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português. In: Ivo Castro et alii. (Org.) *Curso de História da língua portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a socio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. *O difícil fazer de uma edição crítica de um manuscrito medieval: relato de uma experiência*. 60º Seminário do GEL, USP/SP, 2012.

\_\_\_\_\_. *O português arcaico, uma aproximação*. Lisboa: IN-CM, 2008.

\_\_\_\_\_. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto; Salvador: Edufba, 1991.

\_\_\_\_\_. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto; Salvador: Edufba, 1994.

\_\_\_\_\_. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. O Programa Para a História da Língua Portuguesa: raízes e projetos em andamento. *IV Congresso Internacional da Abralin*, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil: reflexões sobre o português e seu ensino. In: Carlota Ferreira et alii. (Org.). *Diversidade do português brasileiro*. Salvador: UFBA/PROEB, 1988.

\_\_\_\_\_. *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*. Edição crítica com Introdução e Índice geral das palavras lexicais. 1971. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 4 vs.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas, 2001.

\_\_\_\_\_; MACHADO FILHO, A. V. L. (Orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: Edufba, 2002.

\_\_\_\_\_; MOTTA, J.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.) *Quinhentos anos de História Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, K.; AMARANTE, J. (Orgs.) *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos*. Salvador: Edufba, 2012.

OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H.; SOLEDADE, J.(Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: Edufba, 2009.

ROSSI, N. et alii. *O atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963

\_\_\_\_\_. *O livro das aves*. Edição crítica. Rio de Janeiro: INL, 1965 (Coleção Dicionário da Língua Portuguesa – Textos e Vocabulário).

SILVA NETO, S. da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1956.

**VERBOS DE AÇÃO RESULTATIVA EM CONTEXTO DE USO**

Bárbara Bremenkamp Brum (UFES)

[barbarabbrum@hotmail.com](mailto:barbarabbrum@hotmail.com)

Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFES)

[carmel\\_msa@yahoo.com.br](mailto:carmel_msa@yahoo.com.br)

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

[lhpr@terra.com.br](mailto:lhpr@terra.com.br)

**1. Introdução**

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo que estamos realizando no Núcleo de Pesquisas em Linguagens, na Universidade Federal do Espírito Santo, com verbos de ação resultativa, dando continuidade à pesquisa anterior, publicada no artigo “Estudo de verbos de ação resultativa” (BRUM, AMORIM, ROCHA, 2012). A pesquisa contempla os verbos *fazer*, *construir*, *organizar*, *acarretar*, *provocar* e *imaginar* visando discutir, analisar e descrever esses verbos que são caracterizados por terem um objeto que é o resultado da ação verbal.

Nas gramáticas tradicionais, o estudo do verbo ficou circunscrito a uma tentativa de explicar modos, tempos, vozes, pessoas e à predicação dentro da perspectiva morfossintática da língua. Nesse viés descritivo, não se contemplavam outros aspectos que envolvessem o verbo. Por isso, consideramos esta proposta importante, uma vez que levamos em consideração o papel que o verbo desempenha na sentença, no discurso e na comunicação.

A escolha dos verbos de ação resultativa teve como ponto de partida a proposição que Cano Aguilar (1981) faz para a língua espanhola. Segundo o autor, esses verbos são tipicamente de ação acompanhados por um objeto sintático que é resultado dessa ação. Inspirada no trabalho de Cano Aguilar (1981), esta pesquisa vem descrevendo e analisando esses verbos a partir de ocorrências na língua em uso, em que elencamos suas características sintático-semânticas no português do Brasil. Para nortear os estudos sobre esses verbos, utilizamos como referência Chafe (1979), Borba (1996) e Hopper e Thompson (1980).

Observando a bibliografia existente sobre verbos, pudemos constatar que: (i) há poucos trabalhos sobre verbos de forma geral e (ii) quase não existem estudos sobre verbos de ação resultativa na perspectiva que pretendemos empreender.

Partimos da hipótese de que os verbos de ação resultativa “fazer”, “construir”, “imaginar” e “organizar” selecionam um sujeito agente [+animado], [+intencional], um objeto [+concreto] e, por fim, comportam-se como verbo de ação-processo, ao passo que os verbos “provocar” e “acarretar” selecionam um sujeito causativo [-animado], [-intencional], um objeto [+concreto], comportando-se também como verbo de ação-processo.

O *corpus* é constituído de textos que circulam socialmente, e foi coletado a partir de ferramenta de busca *online*, que permite o direcionamento a vários textos em contexto de uso, e de forma manual.

Por contexto de uso, entendemos com Furtado da Cunha (2012) que se trata da utilização real da língua, pois as línguas são moldadas a partir da interação entre falantes, perpassando por situações e acontecimentos que por sua vez envolvem questões pragmáticas, cognitivas e semânticas que determinam sua formação.

A relevância deste estudo está em possibilitar, ao final, a criação de um quadro tipológico para evidenciar o comportamento desses verbos no funcionamento da linguagem bem como suas características linguísticas.

## **2. *Abordagens linguísticas***

Neste ponto, traçaremos breves considerações sobre o aporte teórico utilizado nas análises empreendidas sobre os verbos de ação resultativa, evidenciando sua importância para este estudo.

### **2.1. A gramática de valências**

Chafe (1979) acolhe os verbos em quatro categorias semânticas: ação, processo, ação-processo e estado. Borba (1996) se vale dessa subcategorização ao propor sua gramática de valências.

A valência verbal diz respeito às propriedades que o verbo possui e que se mostram em sua realização em uma oração. Essas propriedades são chamadas de argumentos. Borba (1996, p. 46-57) distingue três tipos de valência: valência quantitativa, valência sintática e valência semântica. A função básica da valência verbal é de observar e determinar o comportamento do verbo no âmbito da frase.

Os verbos podem ser classificados como monovalente, bivalente, trivalente ou tetravalente, necessitando de um, dois, três ou quatro argumentos em sua realização, respectivamente. Um verbo pode ainda ser classificado como aivalente, caso não necessite de argumentos para formar a oração e são, portanto, os verbos impessoais (chover, ventar, etc.) que formam as orações sem sujeito.

Ignácio (2003) diz que o conceito de valência verbal muito se aproxima dos conceitos de regência e transitividade verbais, no sentido de que dão conta das relações sintáticas envolvidas na realização verbal. No entanto, a valência verbal abrange ainda o nível semântico, que permite a identificação dos traços e propriedades semânticas do verbo.

- a) Valência quantitativa: refere-se ao número de argumentos que o verbo necessita em sua realização na oração, podendo ser de zero a quatro.
- b) Valência sintática: refere-se à natureza morfossintática dos argumentos que acompanham o verbo.
- c) Valência semântica: diz respeito aos papéis temáticos e aos traços que os argumentos do verbo apresentam.

Na gramática de valências, o verbo é considerado o centro dinâmico da frase e os elementos que dele dependem são tratados sob o ponto de vista sintático-semântico. Borba (1996, p. 16) afirma que “o ponto de partida da valência verbal é a consideração do verbo como unidade lexical portadora de características morfológicas tais que permitem isolá-lo numa sequência”. Nessa perspectiva considera-se a existência de uma relação de dependência entre os elementos constituintes da frase, estabelecida em nível sintático.

Partindo dessa concepção de valência, podemos dizer que os complementos verbais não podem ser designados lexicalmente no próprio verbo, fora do contexto frasal, mas são apenas lugares vazios, denominados actantes, a serem preenchidos lexicalmente na frase, mas cujas propriedades morfossintáticas e semânticas são determinadas pelo verbo. Assim, os actantes estabelecem relações semânticas com o verbo e é este que determina a classe semântica dos termos que preenchem seus lugares vazios.

A gramática de valências, juntamente com a gramática de casos, nos possibilitam a análise do número de argumentos que os verbos de ação resultativa selecionam nos diversos contextos de uso, quais classes

de palavras podem preencher cada um desses argumentos, quais argumentos devem ser ou não introduzidos por preposição, que categorias devem ter as palavras que se combinam (como por exemplo, concreto, animado) e também os papéis temáticos que os argumentos desempenham na sentença.

Acolhemos a Gramática de Casos como subitem da Gramática de Valências, proposta por Borba (1996). Borba (1996) se valeu das noções de Fillmore (1977) para desenvolver a Gramática de Valências.

## **2.2. A teoria funcionalista**

A perspectiva funcionalista da linguagem considera que a situação real de comunicação é o aspecto determinante da estrutura gramatical. Sendo assim, o funcionalismo privilegia o uso de língua para a compreensão dos fenômenos linguísticos em seu funcionamento.

Para a teoria funcionalista, o discurso é o uso da língua de forma concreta e é a partir dos procedimentos que regulam a comunicação que temos a gramática. Mas não se trata da gramática em seu conceito tradicional, mas da gramática que apresenta os elementos da língua e mostra como organizá-los para que seja possível a comunicação.

A importância de descrevermos os verbos de ação resultativa dentro da perspectiva funcionalista da linguagem é que assim poderemos considerar o uso real desses verbos e sua ambiência linguística.

### *2.2.1. Parâmetros de Hopper e Thompson*

Para Hopper e Thompson (1980), a transitividade refere-se à transferência de uma ação de um agente para um paciente e, por conseguinte, quanto mais efetiva for a transferência mais transitiva será a sentença. Hopper e Thompson (1980) concebem a transitividade como sendo uma propriedade escalar, vista no contínuo, que fica condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Os autores apresentam dez parâmetros a partir dos quais a transitividade oscila entre a alta transitividade e a baixa transitividade. No quadro a seguir apresentamos esses parâmetros.

| COMPONENTES                 | ALTA TRANSITIVIDADE  | BAIXA TRANSITIVIDADE |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| Participantes               | Dois ou mais         | Um                   |
| Cinese                      | Ação                 | Não ação             |
| Aspecto                     | Perfectivo           | Não Perfectivo       |
| Pontualidade                | Pontual              | Não pontual          |
| Intencionalidade do sujeito | Intencional          | Não intencional      |
| Polaridade da oração        | Afirmativa           | Negativa             |
| Modalidade da oração        | Realis               | Irrealis             |
| Agentividade                | Agentivo             | Não agentivo         |
| Afetamento de O             | O totalmente afetado | O não afetado        |
| Individualização de O       | O individuado        | O não individuado    |

**Quadro 1: Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980)**

Segundo Hopper e Thompson (1980), cada parâmetro pode ser explicado assim:

- (1) uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos, dois participantes: A e O (*Ana abraçou Pedro VS. Ana partiu*);
- (2) ações podem ser transferidas de um participante para outro, enquanto que estados, não (*Ana empurrou Lara VS. Ana admira Sara*);
- (3) uma ação vista de seu ponto final é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em desenvolvimento (*Eu comi o bolo VS. Eu estou comendo o bolo*);
- (4) ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim tem um efeito marcadamente maior do que ações inerentemente contínuas (*Mara chutou a bola VS. Mara carregou a bola*);
- (5) quando A age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida (*Leo escreveu seu nome na areia (intencional) VS. Leo esqueceu seu nome (não intencional)*);
- (6) a polaridade refere-se à distinção entre afirmação e negação, sendo a afirmação mais efetiva do que a negação (*Mere comeu o sanduíche VS. Mere não comeu o sanduíche*);

(7) uma ação que não aconteceu, ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma que ocorreu ou que corresponde a um evento no plano real (*Ana comprou um carro novo* VS. *Ana vai comprar um carro novo*);

(8) participantes com maior potencial de agentividade podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes com potencial menor de agentividade (*Ana abriu a porta* VS. *O vento abriu a porta*);

(9) a transferência de uma ação ocorre em maior grau se o paciente for totalmente afetado (*Ana bebeu o leite todo* VS. *Ana bebeu um pouco do leite*);

(10) uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um não individuado (*Ana ama seu namorado* VS *Ana ama sanduíche*. Hopper e Thompson (1980) apresentam este último parâmetro nos traços a seguir:

|                       |                 |
|-----------------------|-----------------|
| Individuado           | Não individuado |
| Próprio               | Comum           |
| Humano, animado       | Inanimado       |
| Concreto              | Abstrato        |
| Singular              | Plural          |
| Contável              | Incontável      |
| Referencial, definido | Não referencial |

**Quadro 2: Propriedades da individuação por Hopper e Thompson (1980)**

### 2.2.2. *A perspectiva de Givón (2001)*

Givón (2001) concebe a transitividade como um fenômeno complexo que envolve os componentes sintático e semântico. Para ele, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração-evento, respectivamente:

- (i) Agentividade: ter um agente intencional.
- (ii) Afetamento: ter um paciente concreto, afetado.
- (iii) Perfectividade: envolver um evento concluído, pontual.

Para Givón (2001), os três traços são uma questão de grau. Desse modo, dentro da categorização proposta pelo autor, em função da mudança física registrada no estado do paciente, tem-se um objeto criado.

### 3. Metodologia

Esta pesquisa está sendo realizada a partir da análise de verbos consignados em dicionários e gramáticas. Estamos nos atendo à modalidade escrita da língua.

O *corpus* se constitui de textos de circulação social, coletados por meio de ferramenta digital que permite o levantamento dos verbos de ação resultativa e sua ambiência linguística. Esse procedimento se deu em função da facilidade que ele proporciona ao direcionar aos mais variados textos encontrados no meio digital.

A análise e a descrição seguirão à proposição de Borba (1996), de Hopper e Thompson (1980) e, por fim, de Givón (2001).

### 4. Análise dos dados

(1) Idoso que **fazia** placas de carro falsas é preso em Colatina.

(Disponível em:

[http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2011/03/noticias/gazeta\\_online\\_norte/noticias\\_norte/800218-idoso-que-fazia-placas-de-carro-falsas-e-preso-em-colatina.html](http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2011/03/noticias/gazeta_online_norte/noticias_norte/800218-idoso-que-fazia-placas-de-carro-falsas-e-preso-em-colatina.html)). Acesso em: 07-01-2013, grifo nosso)

A notícia de *A Gazeta*, jornal de grande circulação no Estado do Espírito Santo, traz ao conhecimento dos leitores, tanto da versão impressa quanto de sua versão on-line, sobre a prisão de um idoso de 65 anos, que fazia placas falsas, na cidade de Colatina, no Espírito Santo. O senhor contava com uma máquina de fazer placas, que pesa cerca de duas toneladas. Ele cobrava R\$ 20,00 por placa fabricada e foi preso devido às denúncias feitas ao se notarem que as placas estavam fora do padrão exigido. O idoso responderá pelos crimes de estelionato, fraude e falsificação.

A análise do ponto de vista da gramática de valências de Borba (1996) evidencia que o verbo “fazer” está empregado como ação-processo, no sentido de “fabricar, produzir” e tem como sujeito, o idoso, agente [+humano], com intenção de agir [+intencional] e tem controle sobre a ação de fazer placas falsas, [+controlador]. É um verbo de valên-

cia dois, uma vez que seleciona um sujeito agente e um complemento concreto: placas falsas.

A aplicação dos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980) ao exemplo (1) pode ser observada no quadro a seguir:

|                   |                          |
|-------------------|--------------------------|
| Participantes     | Dois (+)                 |
| Cinese            | Ação (+)                 |
| Aspecto           | Não-perfectivo (-)       |
| Pontualidade      | Não-pontual (-)          |
| Intencionalidade  | Intencional (+)          |
| Polaridade        | Afirmativa (+)           |
| Modo              | Realis (+)               |
| Agentividade      | Agente (+)               |
| Afetamento do O   | Afetado (+)              |
| Individuação do O | Parcialmente individuado |

Numa escala de transitividade que varia de 0 a 10, a oração em questão possui grau 8 e tem, portanto, transitividade alta.

A análise à luz da proposição de Givón (2001) permite-nos afirmar que:

- (i) quanto à intencionalidade: há um agente intencional, ativo – o idoso,
- (ii) quanto ao afetamento: tem um paciente concreto, afetado: placas falsas e
- (iii) quanto à perfectividade: envolve um evento não-pontual: fazia.

Nessa perspectiva, dentro da categorização de Givón (2001), há a criação de um objeto: as placas passaram a existir, depois que o idoso as fabricou.

(2) Cidadão cansa de promessas e **constrói** ponte por conta própria em Santa Maria de Jetibá (ES)  
(Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/12/708236-cida-dao+cansa+de+promessas+e+constroi+ponte+por+conta+propria+em+santa+maria+de+jetiba+es.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/12/708236-cida-dao+cansa+de+promessas+e+constroi+ponte+por+conta+propria+em+santa+maria+de+jetiba+es.html) Acesso em 07/01/2013, grifo nosso)

O exemplo foi coletado no *site* do jornal *A Gazeta*, de Vitória do Espírito Santo. A notícia informa ao leitor que no interior do estado do Espírito Santo, em Santa Maria de Jetibá, um cidadão cansou-se das promessas de políticos, por isso construiu uma ponte.

Do ponto de vista da gramática de valências de Borba (1996), a análise do verbo “construir” permite-nos classificá-lo como verbo de

ação-processo e está empregado no sentido de “dar estrutura a, edificar”, seleciona um sujeito agente [+humano]: cidadão, com intenção de agir [+intencional] e tem controle sobre a ação de edificar uma ponte, [+controlador]. O verbo “construir”, nesta ambiência linguística, está se comportando como um verbo de valência dois, uma vez que seleciona um sujeito agente e um complemento concreto: ponte.

Ao aplicarmos os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) no exemplo (2), observamos que:

|                   |                 |
|-------------------|-----------------|
| Participantes     | Dois (+)        |
| Cinise            | Ação (+)        |
| Aspecto           | Perfectivo (+)  |
| Pontualidade      | Pontual (+)     |
| Intencionalidade  | Intencional (+) |
| Polaridade        | Afirmativa (+)  |
| Modo              | Realis (+)      |
| Agentividade      | Agente (+)      |
| Afetamento do O   | Afetado (+)     |
| Individuação do O | Individuado (+) |

A oração possui grau 10 de transitividade e tem transitividade alta.

A análise empreendida a partir das propriedades preconizadas por Givón (2001) evidencia que:

- (i) há um agente intencional, ativo – cidadão,
- (ii) tem um paciente concreto, afetado: ponte e
- (iii) envolve um evento concluído, pontual: constrói, já que, em manchetes, o emprego do presente correspondendo ao passado recente se verifica com maior frequência.

Além disso, Silva (2013, p. 83) assegura que o uso do presente nas manchetes de capa se deve à motivação de caráter discursivo, uma vez que confere à manchete um estatuto de novidade e instantaneidade.

(3) Chuva forte **provoca** alagamentos em Anchieta.

(Disponível em:

[http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2012/11/noticias/cidades/gazeta\\_online\\_sul/1375589-chuva-forte-provoca-alagamentos-em-anchieta.html](http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2012/11/noticias/cidades/gazeta_online_sul/1375589-chuva-forte-provoca-alagamentos-em-anchieta.html)

Acesso em 07/01/2013, grifo nosso).

O exemplo (3) foi retirado do site do jornal *Gazeta Online Sul*, jornal do Espírito Santo que traz notícias sobre acontecimentos do sul do estado. A notícia se refere aos alagamentos ocorridos em Anchieta, cidade localizada no sul do estado, em razão da forte chuva que destruiu calçadas, fez desmoronar uma barreira e interrompeu o trânsito de uma rodovia próxima.

A análise do ponto de vista da gramática de valências de Borba (1996) evidencia que o verbo “provocar” está empregado como ação-processo, no sentido de “ocasionar, incitar, estimular” e tem como sujeito, a forte chuva, que não é agente e é [-animado], pois se trata de um fenômeno da natureza, sem intenção de agir [-intencional] e também sem controle sobre a ação de provocar os alagamentos, [-controlador]. Trata-se de um verbo de valência dois, uma vez que seleciona um sujeito não agentivo e um complemento concreto: alagamentos.

Aplicando os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) que analisam o grau de transitividade das orações, observamos:

|                   |                     |
|-------------------|---------------------|
| Participantes     | Dois (+)            |
| Cinse             | Ação (+)            |
| Aspecto           | Perfectivo (+)      |
| Pontualidade      | Pontual (+)         |
| Intencionalidade  | Não-intencional (-) |
| Polaridade        | Afirmativa (+)      |
| Modo              | Realis (+)          |
| Agentividade      | Não-agentivo (-)    |
| Afetamento do O   | Afetado (+)         |
| Individuação do O | Não-individuado (-) |

Em uma escala de 0 a 10, a oração possui grau de transitividade 7.

Na perspectiva de Givón (2001) podemos observar, no exemplo (3), que:

- (i) não há um agente intencional – chuva forte,
- (ii) apresenta um paciente concreto, afetado: alagamentos e
- (iii) envolve um evento concluído, pontual: provoca, pois se trata de uma manchete de algo que aconteceu no dia anterior ao da publicação da notícia.

Nesse sentido, seguindo a proposição do autor, tem-se um objeto criado: alagamentos, que surgiram a partir da ocorrência da chuva forte na cidade.

(4) **Imagine** sua Casa a 50m do Mar. Praia do Quilombo Penha – SC.

(Disponível em: <http://penha.olx.com.br/imagina-sua-casa-a-50m-do-mar-praia-do-quilombo-penha-sc-iid-506495119> Acesso em 13/07/2013, grifo nosso).

O exemplo (4) foi retirado do site OLX de anúncios imobiliários. O anúncio em questão refere-se a uma grande casa localizada próxima à praia em SC.

A análise do ponto de vista da gramática de valências de Borba (1996) considera que o verbo “imaginar” está empregado como ação-processo, no sentido de “conceber alguma coisa, criá-la, fantasiá-la” e tem como sujeito oculto, você, ou seja, qualquer pessoa que se interesse pelo anúncio, que é agente [+humano], levado a agir, imaginar, pela proposta publicitária com o verbo no imperativo e, portanto, [+intencional] e também controlador da ação [+controlador]. Trata-se de um verbo de valência dois, uma vez que seleciona um sujeito agente e um complemento concreto: casa.

A aplicação dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) evidencia que:

|                   |                    |
|-------------------|--------------------|
| Participantes     | Dois (+)           |
| Cinese            | Ação (+)           |
| Aspecto           | Não-perfectivo (-) |
| Pontualidade      | Não-pontual (-)    |
| Intencionalidade  | Intencional (+)    |
| Polaridade        | Afirmativa (+)     |
| Modo              | Irrealis (-)       |
| Agentividade      | Agente (+)         |
| Afetamento do O   | Afetado (+)        |
| Individuação do O | Individuado (+)    |

A oração, na escala de 0 a 10, apresenta grau e transitividade 7.

Observado as propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração-evento, segundo a proposição de Givón (2001), temos, respectivamente:

- (i) quanto à agentividade: um agente intencional,
- (ii) quanto ao afetamento: apresenta um paciente concreto, afetado e

(iii) quanto à perfectividade: envolve um evento concluído, pontual: imagine, que ao ler o anúncio, a pessoa interessada cria a imagem da casa desejada.

Desse modo, dentro da categorização proposta por Givón, tem-se um objeto criado: casa, apesar de ter sido criado apenas mentalmente, não fisicamente.

(5) Mariana Ximenes **organizou** festa para estilista

(Disponível em: <http://entretenimento.br.msn.com/famosos/reynaldo-gianecchini-curte-festa-de-anivers%C3%A1rio-de-marc-jacobs> Acesso em 13/07/2013, grifo nosso).

O exemplo foi retirado da sessão Entretenimento do site MSN e se refere a festa organizada pela atriz brasileira Mariana Ximenes para comemorar o aniversário do estilista Marc Jacobs, na casa da estilista Gilda Midani.

Do ponto de vista da gramática de valências de Borba (1996), a análise do verbo “organizar” permite-nos classificá-lo como verbo de ação-processo e está empregado no sentido de “pôr em ordem, preparar, arrumar”, seleciona um sujeito agente [+humano]: Mariana Ximenes, com intenção de agir [+intencional] e tem controle sobre a ação de organizar a festa, [+controlador]. O verbo “organizar”, nesta ambiência linguística, está se comportando como um verbo de valência dois, uma vez que seleciona um sujeito agente e um complemento abstrato: festa.

Os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) mostram que:

|                  |                   |
|------------------|-------------------|
| Participantes    | Dois (+)          |
| Cítese           | Ação (+)          |
| Aspecto          | Perfectivo (+)    |
| Pontualidade     | Pontual (+)       |
| Intencionalidade | Intencional (+)   |
| Polaridade       | Afirmativa (+)    |
| Modo             | Realis (+)        |
| Agentividade     | Agente (+)        |
| Afetamento do O  | Afetado (+)       |
| Indivuação do O  | Não-indivuido (-) |

A oração em questão apresenta grau de transitividade 9, sendo, portanto, de transitividade alta.

Analisando as propriedades elencadas por Givón (2001) no que contemplam as características semânticas do agente, paciente e verbo na oração-evento, observamos que:

- (i) há um agente intencional, ativo – Mariana Ximenes,
- (ii) há um paciente abstrato, afetado: festa e
- (iii) envolve um evento concluído, pontual, perfectivo: organizou.

Temos, portanto, no exemplo (5), a criação de algo a partir da ação do sujeito: a festa, que passou a existir após a organização, a preparação feita pela atriz.

(6) Forte calor **acarretou** recorde de temperatura e chuvas intensas no Triângulo.

(Disponível em: <http://www.jornalnoticiaregional.com.br/cidade-e-regiao/forte-calor-acarretou-recorde-de-temperatura-e-chuvas-intensas-no-triangulo/> Acesso em 13/07/2013, grifo nosso).

O exemplo (6) foi retirado do site do Jornal Notícias Regional, que é publicado na região de Monte Carmelo, MG. O exemplo se refere à alta temperatura registrada em MG, além das fortes chuvas que ocorreram durante o período do fim de outubro e início de novembro de 2012.

A análise do ponto de vista da gramática de valências de Borba (1996) revela que o verbo “acarretar” está empregado como ação-processo, no sentido de “ocasionar, causar” e tendo como sujeito, Forte calor, que não é agente e é [-animado], pois se trata de um fenômeno da natureza, sem intenção [-intencional] e também sem controle sobre o ocorrido [-controlador]. Trata-se de um verbo de valência dois, que seleciona um sujeito não agentivo e um complemento inanimado: recorde de temperatura e chuvas.

Com relação à análise a partir dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) para o exemplo (6), constatamos que:

|                  |                     |
|------------------|---------------------|
| Participantes    | Dois (+)            |
| Cinese           | Não há ação (-)     |
| Aspecto          | Perfectivo (+)      |
| Pontualidade     | Pontual (+)         |
| Intencionalidade | Não-intencional (-) |
| Polaridade       | Afirmativa (+)      |
| Modo             | Realis (+)          |
| Agentividade     | Não-agentivo (-)    |

|                   |                     |
|-------------------|---------------------|
| Afetamento do O   | Afetado (+)         |
| Individuação do O | Não-individuado (-) |

É uma oração que possui grau de transitividade 6.

O exemplo (6), dentro da categorização proposta por Givón (2001), podemos observar que:

- (i) não há um agente intencional – forte calor,
- (ii) apresenta um paciente abstrato, afetado: recorde de temperatura e chuvas intensas e que
- (iii) envolve um evento concluído, pontual, perfectivo: acarretou.

Portanto, neste caso, tem-se um objeto criado: recorde de temperatura e chuvas intensas, que aconteceram por causa do forte calor na região do Triângulo Mineiro.

## 5. *Conclusões*

Neste estudo, procuramos identificar, descrever e analisar o comportamento sintático, semântico e discursivo dos verbos “fazer, construir, provocar, imaginar, organizar, acarretar”, nas acepções que os colocam na subclasse dos verbos de ação resultativa. O *corpus* de análise se constituiu de manchetes, anúncios publicitários, *etc.* dos quais foram eleitos seis para serem apresentados no presente artigo.

A análise dentro da abordagem de Chafe (1979) evidenciou que os verbos se comportam como ação-processo, uma vez que há uma ação que é realizada por um sujeito agente, como em: (5) Mariana Ximenes *organizou* festa para estilista, e/ou uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, conforme atesta o exemplo (6) Forte calor *acarretou* recorde de temperatura e chuvas intensas no Triângulo.

A gramática de valências de Borba (1996) subsidiou a análise no que tange ao tipo de argumentos selecionados pelos verbos em questão: sujeito (agente ou causativo), por exemplo. Essa teoria permitiu a análise do número de valências deste tipo de verbo e também a natureza dos elementos selecionados pelos verbos.

Os parâmetros de Hopper e Thompson e também a proposta de Givón (2001) foram fundamentais para a análise empreendida por razões claramente delineadas:

- (i) porque tratam a transitividade como um fenômeno de natureza escalar, gradiente e concebida dentro do contínuo;
- (ii) a transitividade deixa de ser uma propriedade apenas do verbo e passa para uma orientação de toda oração onde o verbo se encontra;
- (iii) noções como intencionalidade do sujeito agente prototípico é levado em consideração;
- (iv) a língua é estudada a partir de seu uso real, não em frases descontextualizadas ou elaboradas.

O verbo “imaginar” revelou algumas peculiaridades em parte previstas por Cano Aguilar (1981, p. 188, 189). A descrição que o autor faz desse verbo é breve, destacando que imaginar pode ser considerado, às vezes, como um verbo resultativo ou de criação mental: “por que imagina tantos enredos?” Sendo que o objeto é algo criado pela mente. Continua o autor, há também, muito próximo a esse sentido, o sentido de construir algo na mente: “Imagino a expressão das mulheres nas janelas”. O autor assegura ainda que: com orações e infinitivos seu sentido se aproxima mais do de “crer”, “acreditar”: “Imaginei viria ontem, imaginei que você não sabia o que fazer”, “Juan imagina ser homem rico”. Defende que o verbo pode também trazer um elemento predicativo que se refere ao objeto nas mesmas circunstâncias que outros verbos: “Eu o imaginava mais jovem”, ou introduzido por “como”: “Eu o imaginava como um pequeno touro”. Em todos os exemplos citados, o uso do verbo em espanhol se aproxima muito com seu uso em português.

Com base no exposto, concluímos que a ambiência linguística de um verbo é um fator extremamente importante na hora de determinar sua transitividade. Há um ganho na análise aqui proposta, visto que diferentemente da metodologia adotada por gramáticos tradicionais, que usam exemplos cuidadosamente colhidos de textos literários, há um novo olhar para a língua a partir de seu uso efetivo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

CANO AGUILAR, R. *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos, 1981.

CHAFE, W. *Significado e estrutura linguística*. Trad.: Maria Helena de M. Neves, Odette G. L. A. S. C. e Sonia V. R. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam (Philadelphia): John Benjamins Publishing Company, 2001, vol. 1.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.

NEVES. M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.